



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

36ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Brasília/DF.
07 de Dezembro de 2016.

(Transcrição ipsius verbi)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **O SR. TARCÍSIO NUNES (MMA)** – Bom dia a todos. Solicitamos que tomem os
2 seus lugares, por favor. Bom dia, senhoras e senhores. Pedimos a todos que
3 ocupem os seus lugares. Gostaríamos de dar boas-vindas e agradecer a presença
4 de todos. Para que possamos dar início a nossa 36ª Reunião Ordinária do
5 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, gostaríamos de compor a mesa
6 convidando o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente e ministro do
7 Meio Ambiente substituto, o senhor Marcelo Cruz. O senhor secretário de
8 Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e o secretário-executivo do CNRH, o
9 senhor Jair Vieira Tannus Júnior para presidir a nossa sessão. Com a palavra o
10 senhor secretário-executivo do MMA, Marcelo Cruz, para pronunciamento oficial
11 representando o Ministério do Meio Ambiente, senhor José Sarney filho.
12
13

14 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Bom dia a todos.
15 Jair, muito obrigado pelo convite. Em nome do ministro Sarney Filho, nós damos
16 as boas-vindas a todos vocês, essa é a segunda reunião do ano, uma pauta
17 extensa, por isso que o Sérgio não quis sentar-se à mesa logo de início. Nós
18 temos, hoje, são 14 itens de pauta, nove propostas de Resolução, uma proposta
19 de moção, um parecer final da Comissão de Ética do CNRH. Eu entendo e estava
20 falando isso com o Jair, que esse Conselho tomou uma dimensão importantíssima
21 diante da crise que estamos vivendo. Eu sou o secretário-executivo do Ministério e
22 do CONAMA, e eu acho que esse Conselho está no nível de importância do
23 CONAMA, diante do cenário que nós estamos vivendo hoje. Então, eu desejo a
24 vocês um bom trabalho, discernimento nas decisões, e contem conosco aqui no
25 Ministério do Meio Ambiente, estamos à disposição de todos vocês, se você me
26 permitir, Jair, eu gostaria de participar do início, das apresentações, para nós
27 entendermos um pouquinho a aprender com vocês. Agradeço a todos. Bom dia.
28 *(Palmas!)*
29
30

31 **O SR. TARCÍSIO NUNES (MMA)** – Com a palavra o senhor secretário-executivo
32 do CNRH para abertura oficial da reunião.
33
34

35 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH)** – Bom
36 dia a todos, as senhoras conselheiras, os senhores conselheiros. Muito obrigado,
37 Dr. Marcelo, pela presença, que aqui indica a importância que o Ministério, com
38 essa gestão do Ministério dá a esse Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que
39 é a instância máxima de deliberações na área de recursos hídricos aqui no nosso
40 País. Sejam muito bem-vindos, senhores conselheiros, trata-se de uma pauta
41 densa, conforme já disse o nosso secretário-executivo, uma das maiores já
42 havidas no CNRH, e por isso pedimos a compreensão de todos, sem prejuízo da
43 participação para atender ao tempo estipulado para as falas, para que possamos
44 exercer a agenda prevista para esses dois dias. Informo que a agenda do dia e os

demais documentos foram encaminhados anteriormente aos conselheiros, quando da convocação. Eu solicito ao Tarcísio que verifique o quórum no Plenário.

O SR. TARCÍSIO NUNES (MMA) – Senhor secretário, nós atingimos o quórum para iniciar a reunião.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Então, declaro aberta a 36ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Agradeço ao Plenário pelo quórum e eu solicito que o mesmo seja mantido até o final da reunião. Eu peço que a cada intervenção os conselheiros informem o nome completo, a entidade e o órgão que representa para efeito de registro da gravação da reunião. Solicito ao Tarcísio que leia os procedimentos para a nossa reunião.

O SR. TARCÍSIO NUNES (MMA) – Procedimentos: somente terão direito a voto os Conselheiros titulares. Os Conselheiros suplentes com direito a voto são aqueles que estejam substituindo os titulares ausentes. Os Conselheiros suplentes terão direito a voz. Os Conselheiros podem delegar a seu critério o uso da palavra para manifestação em Plenário. Os Conselheiros inscritos serão chamados pela ordem de inscrição e farão uso da palavra por três minutos devendo todos se ater, exclusivamente, sobre o assunto em discussão. Encerradas as discussões, os resultados obtidos serão submetidos ao Plenário para aprovação. Durante o processo de votação não será concedida a palavra para novos pronunciamentos e nem apertes. A matéria será declarada aprovada ou rejeitada por maioria simples dos membros presentes, ou seja, metade mais um dos votos dos Conselheiros que se encontrem presentes no momento de votação.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Então, daremos início aos trabalhos, eu informo que temos três pedidos de requerimento de urgência para avaliar, e que foram encaminhados previamente. Pergunto se existe mais alguma matéria de urgência a ser proposta. Nenhuma? Não havendo outras solicitações, vamos avaliar a admissibilidade dos pedidos de urgência. Caso aceito, as propostas serão deliberadas após a aprovação da ata. Lembrando que se o requerimento de urgência não for aprovado, o tema será automaticamente incluído na pauta da reunião seguinte. Primeiro pedido de requerimento de urgência, proposta de Resolução que aprova as prioridades, ações e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para o Quadriênio 2016 e 2020. Convido a presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, conselheira Jussara Cruz, para justificar o requerimento de urgência.

90 **A SR^a. JUSSARA CRUZ (Presidente da CTPNRH)** – Bom dia a todos. Bom dia. O
91 requerimento de urgência, ele se justifica porque o Plano iniciou a sua revisão em
92 2015, foi sempre bastante amplo, primeiro, inicialmente, nos dedicamos a fazer
93 uma análise da implementação do anterior para que nós tivéssemos
94 embasamento para essa revisão e, inclusive gerou uma Resolução aprovada aqui
95 para a orientação do PPA. Posteriormente nas muitas reuniões, em paralelo nós
96 tivemos uma consulta pública atingindo mais de 1.500 pessoas, dos mais
97 diferentes organismos, tivemos a consolidação desse material que se referia a que
98 prioridades, que programas e o que deveria estar contendo, e, aí, com base nisso
99 foi realizada um seminário para estabelecer metas para esses programas, porque
100 plano sem metas fica difícil de avaliar. Esse seminário foi em setembro, e foi um
101 seminário muito denso, com muitas sugestões e um trabalho muito intenso da Ana
102 e da SRHU, os técnicos, para poder consolidar tudo isso. Então, na nossa reunião
103 de outubro da Câmara Técnica, com dois dias de reunião, nós não demos
104 vencimento da densidade das informações e do material a ser trabalhado, e
105 entendemos que precisaríamos de mais um encontro para poder consolidar e
106 termos um trabalho bem consistente, e que foi no dia 21 de novembro. Então, no
107 dia 21 de novembro já não haveria tempo hábil nós passarmos pela CTIL, e esse
108 plano é plano de 2016 a 20 e, portanto, importante que ele seja analisado ainda
109 este ano. Então, tendo em vista isso, é um trabalho bastante intenso que houve
110 muitas discussões com todos os setores contribuindo, a Câmara Técnica
111 entendeu que existe densidade e condições de ser trazido aqui a Plenária. Então,
112 nós pedimos que seja admissível a discussão sobre o Plano aqui hoje. Obrigada.

113
114
115 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH)** – Eu
116 que agradeço. Está em discussão a matéria. Algum conselheiro deseja se
117 inscrever para debater? Nenhum? Então, vamos colocar em votação a
118 admissibilidade. Pois não, Conselheiro Clímaco.

119
120
121 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ACA)** – Eu queria,
122 secretário, primeiramente cumprimentando a todos aqui na sua pessoa manifestar
123 o posicionamento das ONGs para que esse requerimento, sensibilizar essa
124 Plenária para que esse requerimento seja aprovado, nós participamos ativamente
125 de todos os esforços da equipe da Secretaria para que essa matéria fosse
126 aprovada no tempo que está sendo colocada, apesar das dificuldades
127 enfrentadas, e aqui eu aproveito para cumprimentar a presidente da Câmara e a
128 sua equipe aí na Secretaria, porque muitos dos nossos pleitos foram colocados
129 nesse plano, e eu estou falando porque comparativamente a outros planos, apesar
130 de nós termos feito audiências em todas as regiões do Brasil, esse, apesar de não
131 ter acontecido isso com medida conjunturais, que eu estou vendo, nós tivemos
132 uma qualidade muito positiva. Então, eu queria aqui deixar esse registro para
133 sensibilizar a Plenária para aprovar esse regime de urgência.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –
Agradeço a manifestação do conselheiro. Mais algum conselheiro que queira fazer uso da palavra? Então, em votação a admissibilidade do pedido de urgência, eu solicito que levante o crachá os conselheiros que aprovam. Confira o quórum, por favor, Tadeu. Júlio. Sérgio. De frente. Bom, abaixem então. Levantem por gentileza o... Que eu achei um pouco. Agora quem não aprova, por favor, se manifeste levantando o crachá. Então, aprovado. Abstenção, por favor, alguém se abstém de votar? Uma abstenção. E o crachá, por favor. Apenas uma abstenção declarada. Então, está aprovada a proposta. Segundo pedido de requerimento de urgência, proposta de Resolução que estabelece a recomposição da Composição Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Convido o representante do Ministério do Meio Ambiente, o conselheiro Júlio Tadeu para justificar o requerimento de urgência.

O SR. JÚLIO TADEU KETTELHUT (MMA) – Bom dia a todos e a todas. Esse requerimento de urgência é porque nós precisamos recompor a Comissão de Ética. Como todos sabem, a Comissão de Ética do Conselho é formado por quatro membros, um de cada segmento, sendo que um desses membros fica como suplente, na verdade quem participa e quem decide são três membros e um suplente. Nós tivemos a ausência de dois segmentos por motivos variados, o segmento dos usuários e o segmento das organizações civis. Então, os detalhes, depois, uma vez aprovado o regime de urgência, isso vai voltar, daí explico os detalhes e como foi feita a convocação para a manifestação dos interessados. Então, é importante que isso seja discutido porque, atualmente, estamos com dois membros só efetivos no Conselho de Ética. Então, nós precisamos recompor, há uma necessidade urgente de ser discutida nessa reunião hoje.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –
Vamos colocar em votação a admissibilidade do pedido de urgência. Algum conselheiro deseja se manifestar? Pois não. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Ainda não. Declina? Só para quem queira se manifestar. Ninguém? Então, solicitamos que levante o crachá os conselheiros que se encontram a favor da proposta. Ok. Manifestem-se os que estão contra a proposta. Os que se abstém de votar. Está aprovada. Terceiro pedido de requerimento de urgência. Pois não, secretário.

O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA) – Novamente boa condução, eu agradeço a todos, e reitero o que o ministro Sarney Filho nos falou, hoje, que é a importância desse Conselho e a prioridade que o Ministério dará a ele. Muito obrigado a todos.

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (CERH-PB) – Doutor Marcelo, eu sou do Estado da Paraíba, vizinho do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, e um primo mais distante do Estado do Ceará. Como o Ministério do Meio Ambiente, no meu entender, é muito mais amplo do que os outros ministérios, que eu consideraria esse específico deve cuidar da infraestrutura ambiental deste País, a crise hídrica que se abate sobre esses estados é gravíssima, e este Conselho, este Conselho, e, notadamente, o nosso querido ministro e o senhor que o representa muito bem aqui, precisam chamar, como diz lá no Nordeste, e os juristas também falam isso, chamar o feito à ordem para nós tomarmos uma posição mais consequente para que as obras da transposição do São Francisco, porque na Paraíba, nós dependemos de dois, primeiro da mãe natureza, se chover em janeiro, fevereiro, março e abril, a região chamada da Borborema, que é o cariri, a mesorregião da Borborema da Paraíba, e o sertão, o alto sertão paraibano, talvez, não tenha água depois de abril, talvez não, todas as simulações nos levam a essa situação. Em abril, nós vamos ter que passar a abastecer cidades, e 10 mil, 20 mil, 40 mil habitantes não é pouca coisa para se abastecer com carro-pipa. Daí porque faço um apelo a vossa excelência e ao ministro para que em nome deste Conselho aqui, eu quero crer que esse Conselho seja favorável a isso, tomem um posicionamento mais consistente. A obra do eixo leste anda bem, está prometida para 15 de dezembro, apesar de entender alguma dificuldade da obra, pode chegar a 15 de janeiro, não tem problema, o mundo não vai se acabar por isso, até porque a água que é transposta lá de floresta, da estação uma até a estação seis de Monteiro, ela demora muito tempo, um apelo no sentido de que se apresse o bombeamento da água do eixo leste, e que se retome imediatamente as obras do eixo norte, porque este sim é que vai sofrer, o chamado sertão da Paraíba e um pedaço do Rio Grande do Norte que há de receber um dia as águas da transposição do São Francisco não tem quase água, e a partir de março a abril, nós estamos fazendo uma química, fazendo todo o tipo de operação, fiscalização radical, suspendendo atividade agropecuária, e, isso, nós, para assegurar o direito de acesso a água, nós estamos retirando o direito ao trabalho, o direito a saúde e outros direitos, até porque nós fazemos esse apelo, e gostaríamos muito de ouvir um posicionamento, se não de vossa excelência ou de vossa excelência e do próprio ministro, no sentido mesmo de chamar os outros ministérios a sua responsabilidade, esta obra precisa chegar logo, porque Campina Grande, a terra desta jovem que está ali, que serve a este Ministério, Campina Grande tem 400 mil habitantes, tudo ao redor, no entorno gira quase um milhão de habitantes, e essa cidade está ameaçada de ficar sem água na torneira. Era só isso, desculpe, eu ter invadido o espaço para colocar essa questão. E muito obrigado pela atenção.

(Palmas!).

224 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – João Fernandes,
225 antes de mais nada não precisa se desculpar de nada, foi importante, e o espaço
226 é para isso mesmo. O Vicente está escondido ali. O presidente da ANA, Secretaria
227 de Recursos Hídricos, o Sérgio nos acompanhou, inclusive em uma reunião na
228 Casa Civil, tem duas semanas. Onde está estabelecido, não só a prioridade do
229 Ministério do Meio Ambiente, mas do Ministério da integração, da Presidência da
230 República, a Casa Civil, inclusive com relação à obra do eixo leste, como o senhor
231 bem disse, está na beira de sair, e deve realmente ser cumprido o cronograma.
232 Nas diversas reuniões que nós vimos tendo, e como eu falei aqui no início da
233 importância do Conselho, é óbvio que nós estamos buscando essa prioridade.
234 Talvez na primeira reunião que nós tivemos assim que nós assumimos, o Vicente
235 foi muito feliz e externou exatamente essa problemática da crise hídrica,
236 principalmente que se abate lá no Nordeste, que talvez a pior de todos os tempos.
237 Então, é óbvio que isso está na prioridade da pauta, eu estou em nome do
238 ministro Sarney, e estou muito tranquilo em falar isso, e que nós compartilhamos
239 com essa preocupação e com essa necessidade de priorização, e isso será feito.
240 Muito obrigado a todos e bom trabalho.

241
242
243 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH)** – Eu
244 que agradeço a sua presença senhor secretário. O terceiro pedido de
245 requerimento de urgência, proposta de moção que recomenda aos comitês de
246 bacias hidrográficas que suspendam as atividades relativas a definição,
247 deliberação ou aplicação de priorização para outorga de direito de uso de recursos
248 hídricos, até que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabeleça diretrizes
249 para o tema, conforme Inciso VIII do Art. 7º, da Lei 9.433 de 97, quanto ao
250 conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos. Convido o representante do
251 Ministério de Minas e Energia, o conselheiro Igor Souza Ribeiro para justificar o
252 requerimento de urgência.

253
254
255 **O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME)** – Bom dia a todos. Esse requerimento de
256 urgência, ele surge com o tema de prioridade para outorga de direito de uso de
257 recursos hídricos. O Ministério de Minas e Energia entende que esse tema é
258 extremamente nesse momento, porque vem sendo incitado dentro do Comitê de
259 Bacias, propostas independentes de conceituação e aplicação desse tema, que é
260 um ponto de conteúdo mínimo dos planos, tanto nacional, quanto estadual, quanto
261 de bacia, e que deve ter um entendimento uniforme. Então, nós entendemos, em
262 termos de Ministério de Minas e Energia, e trazemos aqui essa proposta para
263 tentar uma convergência nesse sentido, que esse tema tem que ser discutido, e
264 também por isso o próprio Ministério já encaminhou ao CNRH um pedido para que
265 esse tema seja avaliado em termos de Câmaras Técnicas do CNRH, mas não
266 obstante, esse tema também tem que ser avaliado aqui em Plenário do próprio
267 CNRH, como uma proposta de sinalização aos comitês de bacia, que a avaliação
268 desse tema tem que ser cautelosa, não dá para ter um entendimento

desassociado do Plano Nacional de Recursos Hídricos, as prioridades para a outorga não pode ser confundidas como prioridade de uso. Então, são uma série de questões que precisam ser levantadas, e a nossa proposta é justamente sinalizar aos comitês de bacia que esse tema está em avaliação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e que suspendam as atividades referentes a priorização para outorga de recursos hídricos, até que o CNRH delibere diretrizes tanto sobre a conceituação em si, quer dizer, nós não podemos confundir prioridade para outorga, um tipo específico de outorga, prioridade sazonal, outorga coletiva, não podemos confundir isso com prioridade de uso, até porque os usos múltiplos tem que ser sempre respeitados em todas as condições. Então, nós gostaríamos do apoio de vocês para aprovar esse requerimento de urgência e sinalizar que esse tema vai constar de avaliação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Em discussão a matéria, os Conselheiros que desejam se manifestar. Conselheira, por gentileza.

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBONI BOSON (FIEMG) – Bom dia a todos. Patrícia Boson, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, FIEMG. Secretário, esse, eu gostaria que as pessoas refletissem sobre o tema. Eu acho que só o fato de um Ministério de Minas e Energia ter vindo aqui, pedido para uma reflexão já coloca o ponto em pauta de uma maneira muito seria. Nós não podemos transformar a gestão de recursos hídricos na luta entre um usuário e outro usuário, toda a política de recursos hídricos, o sistema de recursos hídricos, a forma que a composição dos comitês de bacia foi todos postas para obedecer ao fundamento basilar dessa política, que são os usos múltiplos, o esforço para a gestão de usos múltiplos. Tudo isso foi colocado aqui. Então, nós não podemos transformar comitês de bacias e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos como decisores que um uso é mais importante do que o outro, além do uso prioritário já posto em lei, que é o abastecimento público, a dessedentação humana e animal, e em Minas Gerais, nós temos também a questão do ecossistema. Então, quer dizer, nós não podemos transformar isso aqui em um fórum de guerra entre que um uso é mais importante que aquele e que aquele outro. Se gestão de recursos hídricos fosse hierarquizar uso, eu acho que nem precisava de um sistema, bastávamos nos reunir, hierarquizar os usos para aquela bacia, acabou, não tinha nenhum problema de gestão a ser resolvido, não tinha nenhuma questão de engenharia a ser pensada. Então, quer dizer, o que eu quero que você se sensibilize é que primeiro, não estamos aqui em detrimento de um setor, achamos que os pleitos para irrigação na bacia que gerou toda essa discussão é válido, precisa de ser resolvido, não temos dúvida nenhuma, só que nós consideramos que esse Conselho tem uma função mais nobre, que é a função de articular-se para achar uma solução que não seja o confronto entre usos e usuários, mas que

seja da fundamentação da Lei, que é a questão da gestão de usos múltiplos. E lembrando ainda que se formos definir que prioridade para outorga é dizer que um uso é mais importante do que o outro, o próprio uso que hoje está em tela, que é a irrigação poderá sofrer amanhã. Basta ter um conjunto de usuários mais organizados em um bacia, que não seja esse, eles se organizam e se suplantam em relação a outro. E mais, acredito que um colegiado que possa decidir que um uso de irrigação é mais importante que o uso da hidrelétrica, ele pode decidir que irrigar arroz é mais importante do que irrigar cana-de-açúcar, que colocar fábrica de papel celulose é mais importante que de refrigerante, e nós não temos vamos ter fim em relação a isso. A Lei é clara, ela diz que é prioridade para outorga, no Art. 13, onde ela diz que é prioridade de uso, conforme definida no plano, e não em uma deliberação, no plano, e ainda diz no seu § único, negando o próprio artigo, de que tem que respeitar o uso múltiplo, desde que seja respeitado o uso múltiplo. Então, nós estamos indo para uma solução de simplificação, eu como engenheira hidróloga, não me sinto nem bem com isso, porque eu estou entregando para uma norma uma solução de engenharia, que é possível, que é capaz, estamos indo para uma solução de confronto entre usos e usuários, estão dizendo que a solução é colocar um na frente do outro e quem berrar mais é quem leva, e não é bem assim. Não é esse o propósito nem do sistema, não é esse o propósito da política, e não é esse o propósito do Comitê de Bacias Hidrográficas. Obrigada.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Obrigada, Conselheira. Eu chamo o conselheiro Ivo para se manifestar, e lembrando que cada Conselheiro se atenha aos três minutos, para que nós possamos cumprir bem toda a nossa pauta.

O SR. IVO MELO (IRGA) – Eu estou até meio decepcionado agora com o que eu escutei da Patrícia, porque nós vimos exatamente porque era descentralização, era poder discutir nas suas bacias, com as suas comunidades, com as suas prerrogativas, com os seus problemas, as comunidades locais discutirem o que é uso prioritário dentro de um Comitê de Bacia. Eu sou presidente de um Comitê de Bacia, que depois de um plano elaborado colocou o uso prioritário depois dos dois, que são por Lei, a dessedentação humana e animal, colocou que irrigação sim é o uso prioritário, e ninguém questiona, porque é o que todos sabem fazer, é o que todos fazem. Então, nós estamos votando aqui uma Resolução, que não... É uma moção, para pedir para os comitês não deliberarem aquilo que nós fomos convidados pela União, por uma modernidade de uma legislação que descentraliza, a discussão descentraliza todo o processo de acomodação das coisas que nós podemos fazer nas nossas bacias, nas nossas comunidades. Então, eu estou surpreso até de ter que fazer isso aqui, o (...) acabou de chegar, não sei por que chegou tão tarde, porque ele foi o nosso mestre, “ensinador” de tudo isso que nós realmente íamos ter o poder de discutir, conversar, trocar

figurinha, brigar, jogar, etc.. Então, depois que decidisse dentro do Comitê de Bacia, o uso prioritário ia ser aquele que foi discutido, claro, depois daqueles que (...). Então, a nossa posição aqui, como irrigante, como presidente do Comitê de Bacia na nossa região, nós somos totalmente contrários a que esse tipo de discussão venha dessa forma, eu entendo algumas coisas que a Patrícia coloca na legislação, mas eu vejo inclusive o modelo que o Brasil se espelhou para estabelecer e constituir a legislação de gestão de recursos hídricos, é baseado na França, já estive várias vezes visitando a França, tem vários tipos de investimento desses, que são grandes e que seria de utilidade pública, de maior interesse, tipo algumas hidrelétricas inclusive, que foram negadas pela comunidade local, exatamente priorizando o uso menos importantes, entre aspas, para quem olha de uma forma centralizada a gestão de um País como o todo.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Agradeço a manifestação do conselheiro IVO, lembrando que o que está se discutindo agora é a admissibilidade da matéria. Ok? Convido o conselheiro Alexandre para fazer uso da palavra.

O SR. ALEXANDRE KEPLER SOARES (CERH-GO) – Bom dia. Eu posso delegar a minha palavra ao conselheiro Bento?

O SR. BENTO GODOY (Presidente do CBH Paranaíba) – Eu sou Presidente de Comitê Hidrográfico do Rio Paranaíba, Comitê ali de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal. Eu gostaria de falar, como presidente de Comitê, então sem defender lado algum, mas só o direito claro e cristalino dos comitês de bacia, foram trazidos alguns artigos aqui pela conselheira Patrícia, que é o Art. 7, que os planos de recursos hídricos são planos de longo prazo, por horizonte, planejamento compatível e etc., terão o conteúdo mínimo a prioridade mínima a outorga do direito de uso de recursos hídricos, e que toda a outorga, já no Art. 13º, estarão condicionadas as prioridades de uso estabelecidos nos planos de recursos hídricos. Claro, considerando a multiplicidade dos usos, o que não quer dizer que todos os usos tenham que caber dentro de uma bacia, até porque as bacias hidrográficas têm realidades muito distintas, eu não vejo ninguém melhor do que os próprios comitês para saberem a realidade em que se encontram em cada bacia, em cada distinção. A do Ivo é diferente da nossa aqui do Paranaíba, Goiás tem suas particularidades, e etc.. Então, eu vejo com muito receio uma moção nesse sentido, não fato de que lado esteja certo ou qualquer coisa nesse sentido, um receio de tolher esse direito dado, estatuído na 9.433 pelos comitês de bacia, que são a base do nosso sistema de gestão, participativo e descentralizado. Eu agradeço.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –
Obrigado, presidente. Conselheiro Vicente com a palavra.

O SR. VICENTE ANDREU (ANA) – Bom dia a todos. Eu, no mérito, gostaria de me manifestar contrário a alguns dos argumentos que foram aqui apresentados com relação ao setor elétrico quando faz a diferenciação de outorga de uso de uso, de prioridade de uso, eu não consigo ver essa diferença dessa maneira. Também não concordo com a conselheira Patrícia, quando ela menciona de que não se pode colocar um uso contra o outro, não se trata disso, mas eu penso que a experiência concreta que temos vivenciado nas diversas crises, a ausência de uma definição pelos comitês de bacia de quais são os usos prioritários nas suas bacias transfere para alguém essa responsabilidade depois de definir essas prioridades numa situação de crise, e acaba ficando no âmbito dos órgãos regularizadores, que tomam essa decisão à luz do quê? Então, é fundamental, em minha opinião, que os comitês de bacia definam nos seus planos quais são as prioridades de uso, como isso depois vai se aplicar dependerá, evidentemente, de cada circunstância. Então, eu divirjo dessas duas colocações. Mas, eu entendo que por outro lado nós não temos ainda um amadurecimento para transferir um conceito dessa magnitude para dentro dos planos sem um aprofundamento entre nós. Então, transferir prioridade de uso que não foi aplicado em nenhum caso até o momento e consolidá-lo aonde as interpretações podem ser as mais diferentes possíveis, no meu ponto de vista, pode não trazer um avanço e, aí, sim poder incentivar o conflito entre os usuários no Comitê com um reflexo inclusive do esvaziamento do próprio Comitê, eu dou um exemplo, nós não trabalhamos o que para mim é fundamental, particularmente na bacia da Paranaíba, nós conversamos bastante sobre isso, o que é uso consolidado, como você discute prioridade de uso sem desconsiderar a figura do uso consolidado, você pode priorizar dali para frente onde o Comitê decide, mas regredir em relação a usos que já estão outorgados e consolidados na bacia é alguma coisa sobre a qual nós merecemos refletir. Então, em minha opinião, há espaço para um amadurecimento sem nenhum tipo de prejuízo concreto sobre o Comitê do Paranaíba, porque isso não terá consequências imediatas, não haverá nenhuma eliminação de usuários da bacia, isso não vai acontecer dessa maneira, e nem espero que aconteça ao longo do tempo. Então, eu gostaria de propor de que nós fizéssemos uma inversão em relação a uma moção, porque a moção do jeito que está, ela deixa para nunca, não sabemos quando vamos fazer, uma discussão dessa natureza. Então, em minha opinião, nós poderíamos aqui fazer uma modificação ou um arranjo nessa moção para que ela envie em caráter de urgência para as Câmaras Técnicas necessárias, não será, só uma, para análise em urgência desse conceito de prioridades de usos, que está na Lei, e que tem, em minha opinião, de ser definida dentro dos planos de bacia, e trazê-lo, ainda se possível, no primeiro semestre de 2017, para que nós possamos refletir o quanto amadurecemos ou não para que isso seja implantado segundo o entendimento comum, porque senão o comitê A interpreta o uso prioritário de um jeito, comitê B de outro, e isso não vai

nos ajudar, efetivamente. Então, a proposta que eu apresentaria era de conhecer o mérito da moção, mas transmitir, remetê-la para dentro do Conselho Nacional, para uma análise de natureza de urgência, e trazer aqui novamente para uma avaliação sobre os conceitos, o que se evoluiu ainda no primeiro semestre de 2017.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Eu agradeço a manifestação do Conselheiro Vicente, e eu informo ao Plenário, só para reforçar que realmente vai ser submetido a análise das câmaras técnicas, porque nós já percebemos um ofício do Ministério do Meio Ambiente nesse sentido. Então, de Minas e Energia, desculpe, e nós vamos submetê-lo às outras Câmaras Técnicas. Conselheiro Willy, por favor, com a palavra.

O SR. WILLY ORTIZ DE OLIVEIRA (FONASC.CBH) – Bom dia a mesa, os colegas conselheiros, eu gostaria em nome da representação de entidades de comitês de bacia endossar as falas a partir da colega Patrícia e das duas seguintes a ela. Acrescentamos o seguinte, que cria um precedente, frustra os comitês de bacia que estão trabalhando dentro dessa ótica no momento, geram precedentes futuros, e isso já é o suficiente. Obrigado.

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Energisa Soluções S.A) – Representante do setor de eletricidade aqui nesse Conselho. Eu acho que, na verdade, se nós pararmos para pensar, a Patrícia e o Vicente estão falando quase que a mesma coisa de formas diferentes. O fim é praticamente o mesmo, eu acho que a angústia de todos é a mesma. Eu não queria deixar de colocar aqui, nós acabamos de viver uma situação bem próxima a isso o Paraíba do Sul, com a escassez hídrica, onde nós definimos, está uma resolução entrando em vigor agora, de um acordo, de um pacto de novas regras de operação dentro da bacia. Claro que ela foi estimulada por questão de abastecimento humano, mas uma das coisas que eu sempre discuti, Vicente, que na carona do abastecimento, acabou que o setor elétrico veio tendo que atender a indústria, o saneamento para lançamento, e não só para abastecimento. Então, são essas angústias que eu venho colocando isso, eu tenho sido quase que uma voz solitária dentro do Comitê na hora de fazer essa discussão. Eu acho que são essas questões que nós temos que colocar na mesa, porque como você disse, são usos que já estão postos na bacia e que de repente ele tem que mudar outorga, nós não estamos falando nem só de prioridade de uso, estamos falando de prioridade de outorga, então, eu acho que é emergente que discutamos isso. Nós estamos em pleno momento de revisão do plano, mas sem você ter um regramento, alguma coisa de uma legislação superior que também te direcione e te ajude a discutir isso no plano fica difícil. Eu acho que está mais do que na hora de regulamentarmos essa questão no âmbito do Conselho Nacional, não sei se já está na hora de discutir,

nós não podemos também penalizar o Comitê, mas eu CEIVAP, até em questão de cobrança do setor elétrico, nós achamos um caminho para isso no Conselho Nacional, que talvez ajude a vocês também, você pode até aprovar, mas dar o prazo para implementação até que os órgãos superiores se regulamentem, regularizem, e, assim, nós fizemos e assim vem funcionando, como o Vicente pediu um prazo do primeiro semestre, quando você vê, a hora que for começar a ter que discutir isso já chegou, quando vemos dentro do Comitê, isso passa muito rápido, talvez isso para nós, deu certo, e realmente é uma angústia, nós tivemos a ANA abrindo mão do poder discricionário dela de definir a questão de outorga e de regulação fazendo uma resolução conjunta com os três estados na bacia, e isso também é ineditismo, hoje a ANA não define isso sozinha, e mais do que isso, isso tudo foi definido dentro do Comitê, a ANA não emitiu nenhuma Resolução antes que isso não fosse exhaustivamente discutido dentro do Comitê e encaminhado o parecer para ela, eu acho que é isso que estamos precisando, fiz questão de estar divulgando isso, porque eu acho que é isso que precisamos que os comitês façam, e até cobrem também da ANA, porque nós conseguimos isso sem precisar cobrar, foi com argumentação, conseguimos um grande pacto, todos os usuários sentaram, negociaram, e não saiu nenhuma proposta de dentro do Comitê enquanto todos esses usuários sentaram, se manifestaram e se sentiram cada um abrindo mão um pouco, claro, nós não tivemos totalmente um em detrimento do outro, cada um abriu mão um pouquinho, principalmente porque nós estamos em um momento de crise, mas nós conseguimos que saísse consensuado entre os usuários, e a ANA obedeceu *ipsis litteris* tudo que encaminhamos pelo CEIVAP para que ela publicasse em Resolução. Eu acho que esse pode ser um caminho interessante, e conto com o Conselho Nacional para poder regulamentar essa questão.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Agradeço à conselheira. Tem mais uma conselheira que está se inscrevendo, e eu gostaria de ao ouvi-la e declarar encerradas as inscrições para a discussão. Convido agora a conselheira Jussara.

A SR^a. JUSSARA CRUZ (Presidente da CTPNRH) – Eu fiquei com uma dúvida na proposta do Vicente, eu entendo, o meu ponto de vista é que essa discussão ela é extremamente importante de ser amadurecida, têm casos e casos, e uma urgência dessa para ser votada aqui no Conselho Nacional precisa passar pelas Câmaras Técnicas, precisa ter um amadurecimento grande, esse é o meu ponto de vista, então eu entendo que o recebimento da matéria poderia ser na próxima reunião ou já ser encaminhado direto para um... Delegado para uma Câmara Técnica, para que isso seja analisado com toda a profundidade que merece, porque o País é muito distinto, são muitas as diversidades de situações. E esse é o meu ponto de vista.

539 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (DRH/MMA)** – Só para
540 esclarecimento, para nós depois não termos confusão. O que nós estamos
541 votando agora, discutindo, é a admissibilidade do pedido que entrou aqui da
542 moção, se não for aceita a admissibilidade, ele automaticamente entra, a moção
543 entra na próxima reunião do Conselho, se não for aceita a admissibilidade, se nós
544 queremos discutir mudanças na Resolução, ou recusar a Resolução, nós temos
545 que primeiro admitir a admissibilidade, e depois ela volta para a discussão, e
546 nessa discussão, aí muda, recusa daí, quer dizer, agora o fato de votar não a
547 Resolução, a proposta significa que, a moção, significa que ela vai voltar
548 automaticamente sem mudança na próxima reunião. Só para esclarecer isso, eu
549 estou vendo que estão havendo muitas propostas de alteração da moção, e isso
550 se daria no próximo momento quando nós formos discutir todos os regimes de
551 urgência, agora só admissibilidade, para que haja essa discussão.

552
553
554 **A SRª. JORDANA GABRIEL SARA (FAEG)** – Só para complementar o que vários
555 colegas já colocaram, a própria Patrícia citou a irrigação, depois o Bento,
556 presidente do Paranaíba falou, nós vimos que é uma coisa que está sendo
557 discutida nesse Comitê. Só para deixar claro para todos os conselheiros, assim
558 como a conselheira de hidroeletricidade colocou, que foi discutido muitos anos,
559 isso está sendo discutido dentro do Paranaíba pelo menos desde 2013. Então,
560 assim, isso já está dentro do Comitê muito bem discutido, onde todos os entes
561 foram e participaram inclusive o poder público, e todas as partes de usuários
562 envolvidos também. Então, nós fizemos exatamente igual ela colocou para ser
563 feito, então isso tudo já foi muito bem amadurecido dentro do Comitê, e realmente
564 um pedido desse, nós vemos que não tem como diretrizes de priorização no
565 sentido de se priorizar como um todo, isso é particular de cada Comitê, e eu diria
566 até mais, se você pegar o Comitê do Paranaíba, isso é particular de uma bacia
567 dentro do Paranaíba, é uma coisa bem focada e bem regional, e que tem que sim
568 ser discutida dentro do Comitê.

569
570
571 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH)** – Ok.
572 As inscrições estão encerradas com a conselheira Jordana, conforme declarado.
573 Então, eu pedirei, por favor.

574
575
576 **O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME)** – Eu queria fazer uma intervenção final,
577 que a intenção, de jeito nenhum, é enfraquecer o Comitê de Bacia, o Conselho
578 Nacional de Recursos Hídricos, ele deve visar principalmente segurança jurídica e
579 estabilidade regulatória, nós não podemos perder isso de vista em nenhum
580 momento, é claro que têm que ser consideradas as características locais, mas as
581 prioridades nacionais também não podem ser esquecidas. O uso da
582 hidroeletricidade, por exemplo, ele tem que ser respaldado pelo Plano Nacional de
583 Recursos Hídricos, as prioridades para outorga de direito de uso de recursos

hídricos estão definidas no Plano Nacional de Recursos Hídricos? Como as prioridades para a outorga do plano nacional conversam com os planos estaduais de recursos hídricos e com os planos de bacia? Será que os comitês de bacia têm realmente a caneta de alterar, inclusive direcionamentos de economia de um estado inteiro? São questões que geram dúvidas. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos precisa se debruçar sobre o tema, e por isso o Ministério de Minas e Energia, esclarecendo e ratificando mais uma vez, já encaminhou ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos um pedido para que esse tema seja encarado pelas câmaras técnicas, as diversas câmaras técnicas em regime de urgência e o mais rápido possível. Mas a sinalização política que esse tema está sendo encarado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e que precisa de cautela na aplicabilidade dele é importantíssima. Então, eu gostaria, por fim, de solicitar o apoio, mais uma vez, dos conselheiros do CNRH, para encarar esse tema realmente com prioridade e enxergando a urgência que ele realmente precisa. Agradeço.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Após as manifestações do Plenário, coloco em votação a admissibilidade do pedido. Solicito aos senhores Conselheiros que aprovam que levantem o crachá, por favor. Mantenham levantados para que possamos proceder à contagem. 24 dos senhores conselheiros votaram a favor. Por favor, os conselheiros que se manifestam contrários. 14 conselheiros contrários. Por favor, os que se abstém? Três abstenções. Então, a matéria foi aprovada. O requerimento de urgência, agora vai entrar em debate. Aprovadas as admissibilidades, pergunto se há solicitação de inversão de pauta ou de retirada de matéria de pauta. Reitero: algum pedido de inversão de pauta?

O SR. LUIZ HENRIQUE SOUSA DE CARVALHO (CERH-PI) – Bom dia. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí. Eu gostaria que fizesse uma inversão de pauta para deliberar sobre a proposta de menção que recomenda ao Governo do Estado do Piauí essa moção, apenas para questão de agenda.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (DRH/MMA) – Solicitar uma inversão da pauta do tema, o item número, o item número 7, dar ciência ao Conselho do processo 02000001255, de 2016/91, referente a alteração do Regimento Interno do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Nós solicitamos que esse tema seja discutido logo após os regimes de urgência, as matérias de regime de urgência.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-Executivo do CNRH) – Em votação o pedido do Conselheiro Luiz Henrique, os senhores Conselheiros que aprovam a inversão da pauta, desse item da pauta, por gentileza levantem o crachá. Henrique, por gentileza. Tarcísio, por gentileza, proceda a contagem dos votos. 22 votos favoráveis. Os conselheiros contra, por gentileza, levantem o crachá. Contra apenas 1. Os conselheiros que se abstêm. 9. Então, está aprovada a inversão desse item da pauta. Agora vamos submeter à votação a proposta do Conselheiro Júlio. Aqueles conselheiros que aprovam, por gentileza, levantem o crachá. Inversão da pauta do item 7, do Comitê de Bacia do São Francisco. 25 votos favoráveis. Os conselheiros que votam contra, por gentileza, levantem o crachá. Nenhum voto contrário. Os conselheiros que se abstêm. Doze conselheiros se abstêm. Então, está aprovada a inversão desse item. Solicito que ao Tarcísio Nunes que leia a nova Ordem do Dia.

O SR. TARCÍSIO NUNES (MMA) – Ordem do Dia: Item 2: Aprovação da ata da 35ª Reunião Ordinária do CNRH. 3: Deliberação sobre proposta de Resolução que aprova as prioridades, ações e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, para 2016/2020, estabelece a recomposição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, proposta de moção que recomenda os Comitês de Bacias Hidrográficas que suspendam as atividades relativas a definição, deliberação ou aplicação de priorização para outorga de direitos de uso de recursos hídricos, até que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabeleça diretrizes para o tema, conforme o Inciso VIII do Art. 7º da Lei 9.433 de 97, quanto ao conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos. Houve então as duas inversões, certo? Então... Qual item que é? Item 4.1. Deliberação sobre proposta de moção que recomenda ao Governo do Estado do Piauí que sejam tomadas ações de articulação com a União para regularização do uso das águas superficiais e subterrâneas no Vale do Guruguia – PI, além do planejamento para uso múltiplo e integrado desses mananciais, matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas. E o Item 7: Dar ciência ao Conselho sobre o processo referente a alteração do Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Deliberação sobre a proposta de Resolução que estabelece diretrizes e critérios gerais para a definição das derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneas, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações em volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, matéria encaminhada pela CTPOAR. 3.2: altera o percentual de repasse referente a cobrança pelas águas transportas da bacia do Rio Paraíba do Sul para a bacia do Rio Guandu, matéria encaminhada pela CTCOB. 3.3: Aprova a delegação da associação executiva de apoio a gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo, para desempenhar funções de agência de bacia hidrográfica do Rio Verde Grande, matéria encaminhada pela CTCOB. 3.4: Aprova a prorrogação do prazo de indicação da Associação Multisetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, ABHA - Gestão de Águas,

673 para desempenhar funções de Agência de Água do Comitê da bacia hidrográfica
674 do Rio Paranaíba, matéria encaminhada pela CTIL. 3.5. Aprova os mecanismos
675 de valor e cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia
676 hidrográfica do Rio Paranaíba, encaminhada pela CTCOB. 3.6: aprova os critérios
677 para estabelecimento de acumulações, derivações, captações e lançamentos de
678 pouco expressão, considerados insignificantes para a isenção da obrigatoriedade
679 da outorga de direitos de uso de recursos hídricos nos corpos d'água de domínio
680 da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, matéria encaminhada pela
681 CTPOAR. 3.7: aprova o programa de trabalho e a respectiva proposta
682 orçamentária da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
683 para o exercício de 2017, matéria encaminhada pela CTIL. 3.8: estabelece
684 composição e define suplências para a Câmara Técnica de Análise de Projetos -
685 CTAP, Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS, Câmara Técnica de
686 Integração de Procedimentos, Ações e Outorgas e Ações Reguladoras –
687 CTPOAR, Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia – CTCT, e Câmara Técnica
688 de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT, e dá outras
689 providências, matéria encaminhada pela CTIL. 3.9: estabelece o conteúdo mínimo
690 para o relatório, conjuntura dos recursos hídricos no Brasil, revoga o Art. 2º e o
691 parágrafo 2º do Art. 3º da Resolução CNRH nº 58, e dá outras providências,
692 matéria encaminhada pela CTTNRH. Item 5: deliberação sobre o parecer final
693 2016 CE/CNRH/SRHU/MMA, da Comissão Permanente de Ética referente ao
694 processo 02000001667/2015-40, encaminhada pela Secretaria-Executiva. Item 6:
695 relatório de segurança de barragens 2015, atendimento a resolução CNRH 144 de
696 2012. Apresentação do Grupo de Trabalho instituído no âmbito da CTIL por
697 representante do GT. 8: Apresentações. 8.1.: estágio atual das ações de
698 recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce por representante do Comitê
699 Interfederativo. 8.2: Pesquisa sobre a percepção institucional do Conselho
700 Nacional de Recursos Hídricos pelo analista ambiental Tarcísio Nunes, da
701 Secretaria Executiva do CNRH. 9: Informes e 10: O encerramento.

702
703
704 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –**
705 Então, vamos direto ao item 2 da pauta, que é a aprovação da ata, aprovação do
706 extrato da ata para a 35ª Reunião Extraordinária realizada em 29 de junho de
707 2016, informe que a ata foi encaminhada anteriormente composta por dois
708 documentos: ata que corresponde a transcrição *ipsis verbis* da reunião, extrato da
709 ata, que é o resumo dos encaminhamentos da reunião. Algum conselheiro tem
710 alguma sugestão de alteração? Não havendo, declaro aprovada a ata. Daremos
711 início a deliberação das matérias constantes dos requerimentos de urgência.
712 Proposta de Resolução que aprova as prioridades, ações e metas do Plano
713 Nacional de Recursos Hídricos para 2016/2020. Convido a presidente da Câmara
714 Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, a conselheira Jussara, para
715 apresentar a proposta de Resolução.

A SRª. JUSSARA CRUZ (Presidente da CTPNRH) – A Resolução contém, conforme eu já coloquei no início, quando no pedido de urgência, todo o processo intenso que houve de discussões. E, em função disso nós, a Câmara Técnica elaborou um parecer e a minuta de Resolução. Então, na minuta de Resolução, nós colocamos, eu não sei se é precisa ler, eu acho que é só colocar os pontos mais importantes, os diversos considerandos. Considerando da Resolução 58 que aprovou o Plano Nacional composto de quatro volumes, e que esse Plano deve ser revisto a cada quatro anos, que é o que nós estamos aqui fazendo. Nós, em 2011, esse Plano, então foi revisto e aprovado as suas prioridades para 2012/2015, e em junho de 2015, então foi estabelecida aquela Resolução que eu já tinha comentado, que aprova as prioridades para o PPA, que foi o primeiro processo que nós fizemos, que embasou a nossa revisão do plano atual. E, aí, nós tivemos o trabalho de revisar cada um dos quatro volumes. O volume 1 é o que hoje, segundo também Resolução da CNRH, o relatório conjuntura é o que atualiza o volume 1 do plano, e a Câmara Técnica debruçada sobre isso também estabeleceu outra resolução que vai ser apresentada aqui, que estabelece, então, os conteúdos mínimos do conjuntura, que nós, ao longo desse processo de revisão entendemos que seria importante para dar o embasamento das informações necessárias ao acompanhamento do Plano. Posteriormente, também nos considerandos a Consulta Pública, que abrangeu mais de 1.500 pessoas, que teve consulta a população, e a sociedade civil, e aos Conselheiros, e Câmaras Técnicas, e as entidades antes do sistema de gestão de recursos hídricos, que também foram consultados com um questionário especial. Considerando também o parecer técnico que aprovou todos esses processos, e nós, então, considerando o parecer técnico conclusivo da Câmara Técnica que acompanhou o material que vocês receberam, e todos esses processos que se configuraram nas orientações que estão em um anexo. Essa Resolução, então, aprovar essas prioridades e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos como resultado da segunda revisão do PNRH, complementando e atualizando o volume 4, programas e metas, conforme no anexo. Então, tem um anexo, que é uma tabela, essa tabela, ela com todas as prioridades, a qual o programa, a cada prioridade está vinculado, as ações e foram estabelecidas metas até 2020, de atendimento dessas ações contidas no programa, e também os responsáveis, os executores, para que nós possamos saber a quem perguntar como está o andamento, e os parceiros envolvidos que devem estar vinculados a essas ações e o prazo. Então, esse programa, ele contempla tudo isso, nós partimos de 14 prioridades que traduzem as 22 contidas na revisão anterior, no processo de consulta se verificou a necessidade de um 15º, e após o processo do seminário de prioridades, de estabelecimento de metas, que foi em setembro, nesse processo de consolidação percebeu-se a necessidade pela Câmara Técnica, da inclusão da 16ª prioridade. Então, o plano apresentado está com 16 prioridades, que contém, que estão relacionadas aqueles programas do Plano original, com definição das ações, as metas até 2020, executores, parceiros, interlocutores e prazos. Eu quero agradecer a Adriana, e pedir também auxílio dela agora na abertura das conversas e debates com relação ao encaminhamento dessa Resolução, e

convidar a Adriana que ela me ajude, porque a Adriana foi a coordenadora de todo esse processo, então, eu quero parabeniza-la pela condução ao longo desses dois anos de intenso trabalho e também a todos os técnicos da SRHU, que foram incansáveis, e os técnicos da ANA também incansáveis no processo de consolidação de todo esse material, é um material bastante extenso, vocês receberam os questionários. Então, imaginem trabalhar com 1.500 questionários, consolidar isso tudo nesse tempo extremamente curto que nós passamos ao longo, desde o processo de consulta até chegar a finalização, que nós trabalhamos nas Câmaras Técnicas. As nossas reuniões das Câmaras Técnicas sempre foram de dois dias intensos, então foi um processo bastante laborioso, e eu espero que vocês apreciem e façam as críticas necessárias e construtivas para o aprimoramento, se for o caso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –

Então, vamos colocar em discussão a matéria. Os conselheiros que desejam se manifestar, lembrando que dispõem de três minutos para se manifestar, e que os comentários deverão se ater a matéria. Algum conselheiro? Nenhum? Então, em votação, os Conselheiros que aprovam, por gentileza, levantem o crachá. Os contrários, por gentileza, os conselheiros que votam contra levantem o crachá. Contra? Nenhum. Algum conselheiro se abstém? Duas abstenções. Então, está aprovada a matéria. Proposta de Resolução que estabelece a recomposição da Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Convido o representante do Ministério, o conselheiro Júlio Tadeu para apresentar a proposta de Resolução.

O SR. JÚLIO TADEU KETTELHUT (MMA) – Como eu havia dito antes, para adiantar, então, eu acho que não há necessidade de repetir, nós estamos substituindo, recompondo a Comissão de Ética com dois segmentos, o segmento de usuários e o seguimento de organizações civis. Foi feita uma consulta aos conselheiros desses dois segmentos, para saber quem estaria interessado em participar dessa, da Comissão de Ética. Nós recebemos duas, três manifestações, duas das organizações civis, uma do conselheiro Jeferson Nascimento de Oliveira, representando a OTEP, e a outra da conselheira Tereza Cristina Pereira de Castro, representando a ONG, então os dois estão concorrendo para essa vaga, para uma vaga de organizações civis. E com relação ao setor de usuários, foi o conselheiro Neiva Flávio Antônio, representando as concessionárias de gestão de energia elétrica. Só lembrando que depois, nós vamos ter que decidir, são quatro conselheiros, três titulares e um suplente, nós já temos dois titulares, nós precisamos decidir entre esses dois quem vai ser o titular e quem vai ser o suplente, isso aí depois no plenário irá decidir.

O SR. SÉRGIO GONÇALVES (MMA) – Então, bom dia a todos e todas. Nesse caso específico, como nós vamos ter dois tipos de votação, não só como o Júlio já falou, não só a votação para quem, que segmento será o titular e que segmento será o suplente, é um tipo de votação. Agora dentro do segmento de organizações da sociedade civil há duas candidaturas, nós precisaremos saber se mantém essas suas candidaturas, caso se mantenha, o Plenário vai ter que decidir qual vai ser a que vai ser a eleita para fazer parte da Comissão de Ética, ou se há um acordo entre as organizações, e caso haja um acordo entre elas, se evitaria essa votação. Então, nós gostaríamos de que quem se candidatou, tanto a conselheira Tereza, quanto o Jeferson pudessem fazer o uso da palavra para saber, para o Plenário estar bem instruído para podermos dar sequência nessas votações. Por favor, conselheira Tereza e conselheiro Jeferson. Também se quiserem um tempo para conversar pode ser também, não há problema, em seguida o Plenário, cinco minutos para conversarem.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Exatamente. Pois não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. NÃO IDENTIFICADO – E é o primeiro assunto logo depois do almoço para apreciar, dando um tempo maior do que cinco minutos e paralisando o Plenário.

O SR. SÉRGIO GONÇALVES (MMA) – O conselheiro Vicente propôs aqui então que os segmentos, os dois conversem, e enquanto isso damos sequência a pauta, e voltamos com esse tema logo que eles tenham, se eles se decidirem rápido eles avisam, e já colocamos em pauta. Algum mais encaminhamento?

A SR^a. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – É uma questão de ordem, uma dúvida, o conselheiro Júlio disse que há dois titulares, eu entendo que há um titular, e o suplente estava interinamente no exercício da titularidade, não é? Eu gostaria que fosse esclarecido.

O SR. SÉRGIO GONÇALVES (MMA) – Por favor, se olharem na Resolução, é o segmento que tem a cadeira, o segmento, perfeito? Nós temos que saber que segmento é o titular e que segmento é o suplente. Agora, nós temos, antes disso, uma disputa no mesmo segmento entre dois candidatos.

A SR^a. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – Mas, o que eu estou me referindo na fala do Conselheiro Júlio, ele disse que já existem dois membros titulares da Comissão de Ética. Essa é a minha dúvida.

O SR. SÉRGIO GONÇALVES (MMA) – Já têm dois membros, porque eles continuam no ato, eles não saíram, eles estão com um mandato lá.

A SR^a. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – A dúvida se passa na medida em que o conselheiro era o conselheiro suplente, que por algum motivo está no exercício da titularidade, ele não é conselheiro titular, não é isso?

O SR. JÚLIO TADEU KETTELHUT (MMA) – Não, o que acontece é que o suplente assume quando, o titular deixou, saiu, ele não está provisoriamente fora, ele saiu. Então, o suplente assume o lugar do titular, ele vira titular, e eu queria só um esclarecimento, essa votação é para recomposição. Então, o mandato desses dois vai ser um mandato até 2018, não vai ser junto com o restante, quer dizer, não é um mandato... Então, isso é importante deixar claro. Mas, é isso, é tranquilo, quer dizer, o titular já virou... O suplente já virou titular.

A SR^a. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – Júlio, onde tem isso? Qual é o artigo que fala? Não estou entendendo, porque se o...

O SR. JÚLIO TADEU KETTELHUT (MMA) – Quando o presidente da República sai o vice-presidente assume.

A SR^a. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – Inteiramente, por exemplo, eu tenho dois suplentes. Com licença, por favor. Eu tenho dois suplentes, os meus suplentes assumem a titularidade a medida que eu não esteja presente, quando eu estiver presente, eles não são titulares.

O SR. JÚLIO TADEU KETTELHUT (MMA) – Não, quando você estiver presente não.

A SR^a. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – Então, o titular e suplente, o suplente assumiu interinamente a titularidade porque havia uma vacância.

O SR. JÚLIO TADEU KETTELHUT (MMA) – Ele assumiu definitivamente porque a vacância, não foi porque o cara saiu, não pôde vir em uma reunião. Não foi isso. Ele saiu definitivo.

A SR^a. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – Mas, onde está escrito isso, conselheiro Júlio? Isso não está escrito em lugar nenhum, está? Se está, eu gostaria de conhecer.

O SR. JÚLIO TADEU KETTELHUT (MMA) – Eu acho que é uma questão óbvia, mas em todo caso...

A SR^a. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – O senhor me perdoe a minha burrice, porque eu não vejo óbvio, não vejo tão óbvio como o senhor disse. E eu gostaria que isso fosse esclarecido.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JÚLIO TADEU KETTELHUT (MMA) – Tem isso, o Wilson Bonança saiu do sistema, quer dizer, ele saiu, não tem mais, não é que ele faltou em uma reunião, e assim mesmo como a outra titular que assumiu no lugar dele, a outra pessoa que era titular também deixou o sistema, deixou o sistema, não é uma ausência por férias, daí você teria razão, não é uma ausência por férias ou porque não veio na reunião, ou qualquer coisa assim. Não, deixou o sistema, tem uma vacância, não existe, não é uma coisa provisória, que vai e volta. Deixou o sistema e, daí, o suplente assume como titular e vira titular, essa é a ideia.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Companhia Thermas do Rio Quente) – Por favor, já que você está com o microfone, outro esclarecimento. Júlio, na Comissão de Ética são três titulares e um suplente, a titularidade tem que ser, está previsto, aí, eu estou perguntando, porque eu não vi no livro a Resolução que criou, ela tem que ser preenchida por representantes de segmentos diferentes, por exemplo, quer dizer, então, a composição atual nós já temos um representante do segmento usuário.

O SR. JÚLIO TADEU KETTELHUT (MMA) – Não tem.

942 **O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Companhia Thermas do Rio Quente) –**
 943 Está faltando então o representante do segmento do usuário?
 944
 945
 946 **O SR. JÚLIO TADEU KETTELHUT (MMA) –** Era o Wilson Bonança, saiu.
 947
 948
 949 **O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Companhia Thermas do Rio Quente) –** E
 950 nós temos representante do...
 951
 952
 953 **O SR. JÚLIO TADEU KETTELHUT (MMA) –** Do setor de Governo e conselhos
 954 estaduais. Governo Federal e conselhos estaduais.
 955
 956
 957 **O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Companhia Thermas do Rio Quente) –** A
 958 sociedade civil não tem titularidade?
 959
 960
 961 **O SR. JÚLIO TADEU KETTELHUT (MMA) –** Também não tem, porque deixou
 962 também, da mesma forma que o Wilson Bonança. Não tem titularidade não, não
 963 tem representante, não tem representante. Agora, desses dois um vai ser titular e
 964 o outro vai ser suplente. Desses dois... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
 965 Quer dizer, aí, decide.
 966
 967
 968 **O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Companhia Thermas do Rio Quente) –**
 969 Está bom. Ok. Obrigado.
 970
 971
 972 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –**
 973 Podemos dar segmento de quem vai ser candidato, enquanto os dois conversam
 974 podemos seguir com a pauta? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
 975 Proposta de moção que recomenda aos comitês de bacia hidrográficas que
 976 suspendam as atividades relativas a definição, a deliberação ou aplicação e
 977 priorização para outorga de direitos de uso de recursos hídricos até que o
 978 Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabeleça diretrizes para o tema,
 979 conforme Inciso VIII, Art. 7º, da Lei 9.433 de 97, quanto ao conteúdo mínimo dos
 980 planos de recursos hídricos. Convido o representante de Minas e Energia, o
 981 Conselheiro Igor para apresentar a proposta de moção.
 982
 983
 984 **O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) –** Bom dia, novamente. Dada a votação
 985 apertada, eu caso melhor seguir todos os considerados e a proposta final, não é
 986 isso? Então, vamos lá. Considerando as competências específicas atribuídas ao

Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Art. 35 da Lei 9.433 de 97, postas no Inciso VI, que determina ao Conselho estabelecer diretrizes complementares para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Inciso X: estabelecer critérios gerais para outorga de direito de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso, considerando que na referida Lei, em seu Art. 7º sobre conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos, sejam esses nacional, estaduais ou de bacias, em seu Inciso VIII determina que devam conter prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos, e ainda sobre esse mesmo tema, ao regulamentar a outorga em seu Art. 13 determina que toda outorga estará condicionada as prioridades de uso estabelecidas nos planos de recursos hídricos, considerando que estão sendo definidos no âmbito de comitês de bacias hidrográficas critérios para priorização de outorga de direito de uso de recursos hídricos na forma de deliberações isoladas dos respectivos plenos de bacia, e também desconsiderando a necessidade de otimização dos diversos usos, que é fundamento da política nacional de gerenciamento de recursos hídricos voltada para a garantia dos usos múltiplos, considerando que o entendimento e as deliberações de priorização para outorga de direito de uso de recursos hídricos devam ser consoantes com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, o que é fundamental para a adequada consideração dos usos cujo benefícios se dão preponderante em escala nacional, considerando que a definição e os mecanismos de aplicação de prioridade para outorga de direito de uso de recursos hídricos tem gerado interpretações não uniformes, podendo causar impactos relevantes na implementação de toda a política de gerenciamento de recursos hídricos e, inclusive com inviabilidade de empreendimentos já existentes e perda de estabilidade regulatória e da segurança jurídica da infraestrutura hídrica, recomenda aos comitês de bacias hidrográficas que suspendam as atividades relativas a definição, deliberação ou aplicação de priorização para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos até que o CNRH se manifeste por meio de deliberação específica e com brevidade, de acordo com as suas competências e estabeleça diretrizes para o tema. Não obstante a essa proposta de moção, ratifico novamente que o Ministério de Minas e Energia já mandou o ofício ao CNRH solicitando que isso seja tema da pauta das Câmaras Técnicas, com a celeridade que se faz necessária, e, aqui, mais uma vez, eu peço a colaboração de todos no sentido de que haja uma convergência para o encaminhamento, e levante esse tema no sentido de dar cautela, de solicitar cautela aos comitês de bacia ao implementar esse tipo de conteúdo mínimo dos planos de forma a compatibilizar tanto prioridades nacionais, locais e estaduais, sem que haja uma instigação no sentido de conflito de usuários, que uma aplicação errada, e errada não existe, uma aplicação que não seja a melhor possível pode gerar, pode incitar conflitos entre usuário, e isso é uma coisa que deve ser evitada ao máximo. A própria OCDE, num relatório chamado governança de recursos hídricos já levantou o tema da prioridade para a outorga de direito de recursos hídricos, e colocou lá explicitamente que deve ser realmente uma questão encarada com a maior seriedade possível, de forma a evitar esses

1032 conflitos em diversos níveis e dadas as múltiplas dominialidades do recurso
1033 hídrico.

1034
1035
1036 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH)** – Ok,
1037 em discussão a matéria, os conselheiros que desejam se inscrever, lembrando
1038 que devem se ater ao tempo de três minutos. Companheiro Ivo.

1039
1040
1041 **O SR. IVO MELO (IRGA)** – Então, novamente, eu vou usar, nós estávamos, mais
1042 ou menos, errado, era para não aprovar antes. Então, eu vou usar quase o mesmo
1043 argumento, mas só para reiterar que como entusiasta do sistema de gestão
1044 descentralizada de recursos hídricos, eu entendo que o Conselho Nacional de
1045 Recursos Hídricos não deveria fazer uma recomendação desse porte aos comitês,
1046 considerando inclusive que nós temos comitês no Rio Grande do Sul, que já têm
1047 resoluções depois de plano de bacia rodado, e que tem inclusive já a proibição de
1048 novas PCHs, exatamente porque já foi discutido dentro do âmbito do Comitê,
1049 dentro do Plano de Bacia, e assim por diante. Então, eu vejo que nós não somos
1050 tão irresponsáveis assim como parece que estão colocando isso aí, do jeito que
1051 está sendo colocado parece que tem uma irresponsabilidade de estar só puxando
1052 a brasa para um assado ou para outro, e nós entendemos que as diretrizes que
1053 estão sendo, e o amadurecimento que nós temos tido nos últimos anos, nas várias
1054 instâncias de gestão, tanto a nível Federal, quanto o Conselho Nacional,
1055 Conselhos Estaduais, os comitês de bacia estaduais, os federais, não é o caso do
1056 Rio Grande do Sul, mas nós temos já participado de várias dessas, nós
1057 entendemos que já tem maturidade suficiente para não ser tão irresponsável como
1058 você está colocando, porque parece que nós somos irresponsáveis de não pensar
1059 o Brasil como um todo, a região como um todo e ver que existem prioridades. Até
1060 onde eu saiba, todos os nossos planos no Rio Grande do Sul ainda em
1061 andamento, todos os planos de bacia de rios estaduais, eles levam em consta
1062 todo o planejamento de outros setores, inclusive o setor de energia, o setor de
1063 hidroeletricidade, não estamos sendo assim tão, parece, do jeito que está
1064 colocado, tão infantis e tão sem levar em conta a responsabilidades que é fazer
1065 gestão descentralizada e participativa em um Comitê de Bacia. Então, nós somos
1066 contra a aprovação dessa moção, mas entendemos que sim, como tudo que já se
1067 colocou, ela deve alguma coisa nesse sentido, diretrizes, de conversar, internalizar
1068 o tema dentro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nas Câmaras
1069 Técnicas que têm esse mandato para isso, sim, vamos lá, vamos trabalhar, vamos
1070 conversar, porque assim é o sistema, o sistema é de conversar, ele é de discutir, é
1071 de debater e tirar aquele impacto, nós estivemos lá em Rezende, nós sabemos
1072 bem o que estávamos falando, estivemos lá para aprender um pouco com a
1073 AGEVAP, a semana passada, dois dias lá aprendendo, foi citado que o que você
1074 colocou agora há pouco. Então, nós temos que aprender com isso, nós não
1075 podemos é deixar que tudo aquilo que nós aprendemos até hoje, que tudo aquilo
1076 que nós acreditamos vá por água abaixo agora, porque simplesmente vem de

1077 cima alguém dizer que nós não podemos mais discutir isso, que está pedindo para
1078 não discutir.

1079
1080
1081 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –** Eu
1082 agradeço ao Conselheiro. Conselheiro Vicente com a palavra.

1083
1084
1085 **O SR. VICENTE ANDREU (ANA) –** Os argumentos já foram apresentados na
1086 discussão de mérito, eu só queria começar pelo fim, eu gostaria que o brevidade
1087 aí fossem seis meses para retornar ao Plenário, eu acho que isso, para mim, é
1088 importante, mesmo que seja para as comissões informarem em que nível estão. O
1089 meu entendimento, e acho que vários falaram sobre isso, e, às vezes, nós
1090 aproximamos desiguais, é possível que alguém não queira que se decida sobre
1091 isso? É possível. Qual é o meu entendimento, o nosso entendimento a respeito
1092 disso? Os planos devem conter prioridade de uso? Sim. Essas prioridades são
1093 diferentes em cada bacia? Sim. Ele decide com que critérios essa definição? Aí,
1094 entra a dúvida que eu tenho, os usos consolidados, os impactos que foram, se são
1095 nacionais ou não, por exemplo, só para citar o caso em tela, que é usina de
1096 batalha, para tratar desse tema, a minha opinião, se eu estivesse nisso... Ele entra
1097 por uso consolidado? Entra, porque a usina está lá, tem uma outorga, tudo
1098 direitinho para funcionamento e tudo mais. Ele é relevante do ponto de vista
1099 nacional e impacto de uma usina de 50 megawatts? Não. Então, você tem...
1100 Então, o que eu vejo é que nós estaríamos remetendo para a discussão, claro que
1101 quando você abre a discussão pode, inclusive entrar a discussão de que os planos
1102 não definem maios os usos prioritários, eu quero dizer que nós somos contrários a
1103 isso, nós entendemos que os planos devem decidir usos prioritários, mas nós
1104 precisamos ter pelo menos alguns critérios em comum para tomar uma decisão
1105 com maior segurança, não se trata de desmerecer as decisões que já foram feitas,
1106 e em minha opinião, eu concordo com você, Ivo, o argumento de que não
1107 podemos trabalhar com a priorização em uso, eu acho isso um equívoco, porque
1108 eu volto a dizer, nós lidamos com esse problema cotidianamente. Na emissão da
1109 outorga menos, porque aí você vai olhar a disponibilidade hídrica da bacia, mas
1110 esse indicativo é fundamental em situações de crise, porque se nós não tivermos
1111 uma priorização de usos definidos pelo Comitê de Bacia, em uma situação de
1112 crise, seja ela eventual, ou seja, ela permanente, quais são os critérios que o
1113 órgão gestor de recursos hídricos utilizará para locação de água nessa bacia? Ele
1114 precisará ter essa orientação por parte dos comitês. Vou adiante companheiros, o
1115 Comitê conseguirá definir na crise como aloca água? Em minha opinião, eu vou
1116 ser franco com vocês, não, mas ele consegue de antemão definir quais são as
1117 prioridades. Porque ele não consegue definir na crise? Porque na crise, não dá
1118 para decidir a alocação de água em crise por voto, não dá para decidir por voto,
1119 nós vivemos isso cotidianamente, vai para votação, você decide lá num comitê por
1120 seis a cinco, tomou alguma decisão, seis a cinco, qualquer que seja? Explode o
1121 Comitê no dia seguinte. Agora, as diretrizes que os órgãos gestores de recursos

hídricos precisam tomar, elas precisam estar para o fortalecimento do sistema contido no plano, mas nós precisamos ter o entendimento mínimo de como se define prioridades. Eu volto a dizer, os usos consolidados devem ou não devem ser considerados? O impacto nacional de uma decisão de um Comitê de Bacia, porque senão nós vamos transformar Comitê de Bacia em unidade administrativa, e Comitê de Bacia não é unidade administrativa, nós devemos olhar sempre para a nação brasileira, para todo o território. Então, o impacto nacional de uma decisão deve ser considerada, em minha opinião, se eu estivesse discutindo os critérios, sim, deve ser considerado. Em que medida isso vale? Para Itaipu vale, para Belo Monte vale, para a usina do macaco vale, são questões que nós nunca nos aprofundamos, e deixarmos de nos aprofundar vai levar a um nível de eventuais disparidades que não contribuirão para o fortalecimento. Então, nós somos favoráveis, a moção, inclusive tem lá, não sei se é moção, se é comunicado, a questão formação, eu acho que tem o seu mérito, tem que reenviar para as comissões e, nós temos que trazer aqui, pelo menos por uns 30 minutos, para que as comissões indiquem, se possível, as suas conclusões, mas pelo menos quais são os elementos que eles estão aprofundando para definição dos criteriosas de definição de usos prioritários nos planos de recursos hídricos, que vai se refletir na outorga, vai se refletir na locação de água, seja em condições normais, seja especialmente em situações de crise.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Agradeço ao Conselheiro Vicente. Conselheiro Paulo.

O SR. PAULO HENRIQUE SIQUEIRA ISOBE (MPOG) – Muito bom dia. Só para esclarecer, nós concordamos com a discussão desse assunto nas Câmaras Técnicas, e isso de forma alguma indicar alguma admissibilidade quanto ao conteúdo propriamente dito da moção como está, acho que essa discussão ela é importante até para que possa subsidiar a elaboração de planos de contingência, e em situação de escassez, como disse o Vicente, é muito importante ter algum arcabouço técnico preparado para isso. Então, somos favoráveis a discussão em Câmara Técnica, e não ao, contudo, deixar isso bem claro.

A SRª. JORDANA GABRIEL SARA (FAEG) – Só para fazer coro também, eu acho que a forma que o texto está posto vai contra tudo que nós estamos colocando aqui e discutindo, se pudesse subir um pouco o texto, bem onde explica a paralização de discussão de priorização, eu acho que isso, a suspensão dentro de discussão, e isso em qualquer âmbito, eu acho que isso não tem como, não tem como isso acontecer, porque vai contra a finalidade do Comitê. Do meu ponto de vista, como participante e membro do Comitê do Paranaíba, que eu vejo que o motivo dessa moção especificamente é para isso, é para o Paranaíba, porque isso vai em votação na próxima reunião de Plenária, que é dia 14. Então, eu vejo isso

1167 como uma tentativa de parar a discussão que vem desde 2009, na região de fato,
1168 e desde 2013 dentro do Paranaíba. Então, eu entendo também que essa moção,
1169 como o contudo é divergente, ele não deve ser discutido, e também porque nós
1170 não vamos conseguir fazer uma moção, refazer, enfim, eu acho que tem que ser
1171 levado sim para a Câmara, mas sem a votação do mérito, porque a essência não
1172 vai de acordo aqui com o que a maioria aqui está colocando.

1173
1174
1175 **O SR. CARLOS ALENCASTER (COMITÊS)** – Bom dia a todos. Eu quero
1176 concordar com o Ivo, eu acho que está certo, com o Vicente também, em parte do
1177 que está colocando, eu acho que essa moção não deve recomendar isso que está
1178 sendo colocado, parar o mundo que eu quero descer, os comitês pararem a
1179 discussão, concordando com você também, nessa questão, quer dizer, os comitês
1180 têm a sua vida própria, vão discutir, e etc., lógico que o tema é de relevante, tem
1181 que ser discutido aqui no Conselho, e, aí, sim, as recomendações saírem do
1182 Conselho. Não uma moção que pare o Comitê nas duas discussões no seu dia-a-
1183 dia, isso não tem cabimento, isso vai contra, como já foi falado aqui, como foi
1184 concebido o sistema, o sistema foi feito para que os comitês discutam as coisas,
1185 ter medo de conflito, conflito é para ser resolvido dentro do Comitê, nós não
1186 podemos ter medo de conflito, temos que discutir isso lá mesmo. E as questões,
1187 as particularidades da cada Comitê, de cada bacia tem que ser discutidas lá na
1188 base, e as diretrizes gerais aqui no Conselho. Essa é a minha visão. Muito
1189 obrigado.

1190
1191
1192 **O SR. LINEU NEIVA RODRIGUES (MAPA)** – Bom dia a todos. Eu queria colocar
1193 aqui o nosso parecer contrário a moção por algumas razões, mas eu acho que a
1194 principal delas, ninguém é contra a discussão e estabelecimento de critérios para
1195 prioridade, isso é fundamental, mas faz parte dos comitês, e isso já
1196 cotidianamente, discutir essas atividades, tentar autorizar e debater, eu acho um
1197 ponto fundamental você trazer uma moção dessa do Conselho, é criar um mal-
1198 estar desnecessário com os comitês, eu acho que isso nós temos que pensar, nós
1199 temos uma responsabilidade também de levar as coisas de uma forma mais
1200 organizada, mais organizada para os comitês. Então, temos que organizar as
1201 coisas aqui primeiro. Então, nós, aqui do Ministério, concordando que a matéria
1202 deve ser enviada para as Câmaras Técnicas para discutir lá, para debater e trazer
1203 com a brevidade possível que a matéria exige. Obrigado.

1204
1205
1206 **A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG)** – Bom, primeiramente,
1207 nós precisamos colocar bem as coisas, porque na fala uma coisa fica misturada
1208 com a outra. Priorização para a outorga, é como está na Lei, priorização para a
1209 outorga, como conteúdo de um plano, conteúdo mínimo de plano. Então, não
1210 estamos falando em nenhum momento de priorização de uso, Rio das Velhas é
1211 diferente de Velhas do Rio, me desculpe, completamente. Nós estamos falando de

1212 priorização para outorga como conteúdo mínimo de um plano e, inclusive o Plano
1213 Nacional de Recursos Hídricos. Alguém imagina que esse Conselho vai num
1214 Plano Nacional de Recursos Hídricos dizer que esse (...) é primeiro, depois esse e
1215 depois aquele nacionalmente? Ninguém imagina uma coisa dessa. Por óbvio,
1216 priorização para outorga, como conteúdo mínimo de um plano não é priorização
1217 de uso, são coisas completamente diferentes. E o que a moção diz é Conselho,
1218 me diga o que é priorização para outorga, por favor? Porque tem um Art. 13 lá na
1219 frente que diz que é prioridade dos usos conforme definido no Plano. Então, você
1220 imagina o que o Art. 6 pediu que é priorização para outorga, e não priorização de
1221 uso. Então, há uma confusão conceitual. Não estou certa? A deliberação que
1222 hierarquiza que indica primeiro esse e primeiro aquele também não está certa.
1223 Então, nós precisamos de um encaminhamento. E nada disso diminui o Comitê, o
1224 Comitê não pode decidir sobre cobrança sem observar uma resolução do
1225 Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre cobrança, o Comitê e órgãos
1226 gestores não podem decidir sobre a outorga sem observar o que está escrito
1227 sobre outorga, se não é o caos. Nós temos bacias compartilhadas, rios de
1228 Estados, rios de domínio da União, Comitê de Estado começando com o Comitê
1229 de domínio da União, e se cada um pensar de um jeito e pensar de um jeito, nós
1230 vamos fazer gestão de recursos hídricos na nação de que forma? Então, não
1231 confundam as coisas. Está se pedindo para suspender a definição, ninguém falou
1232 em suspender a discussão aqui, leia. A palavra discussão está escrita ali?
1233 Suspender a definição, uma deliberação que diga que prioridade para outorga é
1234 igual a hierarquização de uso, é isso que aquela Resolução está posta, é não
1235 deixar que peça definição se consagre, porque dessa forma, e, aí, não é referente
1236 ao Comitê Paranaíba, o que mais nos alertou, porque tem um comitê, vou declinar
1237 aqui de dizer o nome, porque a proposta ainda não foi aprovada, mas ainda está
1238 em discussão, para dizer que não é prioritário uso para hidrelétrica, inverter,
1239 porque se eu posso dizer o que é prioritário, o que vem primeiro, eu posso dizer o
1240 que vem em último. Então, eu estou usando o mesmo artifício conceitual para
1241 dizer que na bacia não é prioridade de uso hidrelétrico, mesmo artifício conceitual.
1242 Então, essa é uma questão. Outra questão é achar, e, aí, eu vou falar aqui que
1243 nós estamos tirando poder de Comitê, eu sou a primeira a dizer se o Conselho
1244 Nacional de Recursos Hídricos falar que prioridade para outorga é igual prioridade
1245 de uso, a dizer que quem tem que definir isso é o Comitê, aí não tenha dúvida, se
1246 entenderem que prioridade para outorga é igual prioridade de uso, só pode ser
1247 alguém da bacia que tem que decidir isso, é claro que não vai ser decidido aqui.
1248 Como vai fazer isso no Plano Nacional, eu não sei, mas se chegarem a essa
1249 conclusão, é essa a questão, é claro que é o local que vai ter que decidir, não
1250 tenha dúvida nenhuma. Então, a questão é conceitual, o que é prioridade para
1251 outorga de direito de recursos hídricos? Ninguém aqui tem definição para isso, e
1252 dizer que é hierarquização de uso, me desculpe, como vamos fazer isso para o
1253 Brasil, torno a perguntar. Em segundo lugar, eu acho que o Comitê de Bacia é o
1254 local de decisão de conflitos sim, com consenso, achar que um Comitê teve vitória
1255 tendo um grupo saindo perdedor, me desculpe, o comitê tem vitória, como no
1256 CEIVAP teve, quando todos saem com os seus compromissos e ganhadores,

achar que o comitê é vitorioso porque vai sair um usuário triste, se sentindo desprestigiado, me perdoe, esse comitê fracassou.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –
Dando prosseguimento, eu convido o conselheiro Alexandre. Reitero, que por gentileza se atenham ao tempo de três minutos, por favor. Conselheiro Alexandre é o último orador inscrito.

O SR. BENTO GODOY (Presidente do CBH Paranaíba) – Agradeço ao Dr. Alexandre. Eu gostaria apenas de ressaltar aqui, mais uma vez, que a prioridade é para outorga e para usos, conforme artigos diferentes da própria Lei, da 9433, ela traz as duas expressões delegadas aos planos de recursos hídricos, os planos, eu concordo com a Conselheira Patrícia, que em nível nacional é bem complicado de se fazer isso, é impossível na verdade, mas a nível de bacias, de trechos de bacias, como está sendo conduzido dentro do Paranaíba, eu vejo o Comitê bem cumpridor da sua função, tanto é que gostaria de trazer também a informação de que estaria, foram realizadas audiências públicas ao longo de toda a bacia, da área envolvida, e com o envolvimento da população como um todo. E, o consenso, na melhor das hipóteses, ele é sempre bem-vindo, sempre tentado, o Comitê é o lugar sim de se ter esses embates e debates, que é o que foi feito, está sendo feito desde dois mil e alguns anos, há alguns anos, há dois, três anos, até quatro anos, dentro do Comitê do Paranaíba, essa questão do São Marcos está sendo debatida lá dentro. Agora, eu creio e acredito muito que isso é uma questão do Comitê, dos comitês em si, da maturidade, como eles vão atingindo, e não vejo o Comitê como fracassado, de forma alguma. Agradeço, e eu acho que esse é um assunto muito sério, e tem que ser debatido sim, em uma Câmara Técnica, ou várias Câmaras Técnicas, para se aprofundarem e realmente termos algo que é muito distinto para um País tão multidimensional como é o nosso universo de Brasil aqui. Muito obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – A mesa havia se equivocado, porque não havia registrado o pedido do conselheiro Leonardo, a quem eu passo a palavra.

O SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (CERH-MS) – É o seguinte, no meu entendimento, quando falamos em priorização de uso, a Lei já é clara, ela já prioriza dois usos, por mais que seja em escassez ou não, mas prioriza dois usos, o que nós estamos conversando aqui agora é priorização de uso para outorga, não para uso, pelo menos no meu pequeno entendimento, a Lei já priorizou já. Outro ponto que eu preciso colocar é que eu também concordo que tem que ir para a Câmara Técnica, eu acho que tem que ter uma normativa para o Conselho

Nacional, para determinar algumas regras gerais, mas também concordo aqui com a maioria que falou que a recomendação para suspender as atividades, eu acho que nós já estamos passando dos limites da competência do Conselho, eu acho que se mudasse até um pouco a redação depois do recomenda, se recomendasse cautela, recomendasse uma maior discussão, ainda vai, mas recomendar suspender as atividades, aí também eu já acho muito, porque realmente a competência do Comitê está sendo diminuída, até mesmo expurgada, se pedir para suspender essas atividades, e só colocar aqui que eu também, eu participo da reunião do Comitê do Paranaíba, e a princípio houveram reuniões, o Plano já falava em priorização de uso, priorização de outorga para aquela região. Então, eu acho que suspender, eu acho que é uma palavra muito forte, eu acho que nós temos que ter cautela na definição, mas a suspensão, como está na moção, eu achei muito forte.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Ok. Encerradas as inscrições. Eu passo ao conselheiro Igor, como autor para que se manifeste.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Eu queria levantar uma questão mais administrativa, primeiro que a moção não é uma determinação, é uma sugestão ao levantamento do tema para que os comitês de bacia fiquem atentos que o tema está sendo tratado no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A questão das câmaras técnicas, é (...) entre nós que precisa realmente ser tratado, o Ministério já mandou ofício solicitando isso, não caber entrar isso na moção. Também visando uma convergência, que eu acho que é esse que é o principal, eu concordo que o termo “suspendam” pode ser substituído, pode ser aos comitês de bacia hidrográfica que acompanha as deliberações referentes a priorização para outorga em andamento no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para que não fique uma questão desassociada do Conselho Nacional. A intenção principal dessa moção é que os comitês de bacia não hajam independentemente, não sigam instruções unilaterais em termos de comitê sem uma convergência em termo nacional. Então, estamos abertos a mudança, e a intenção é justamente que nós convirjamos para uma solução, a melhor possível.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Encerrada a discussão. Vamos submeter ao Plenário colocando em votação a proposta de moção. Primeiramente... Pois não, questão de ordem.

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – O proponente aceita a mudança na redação, então o que será votado não é o que está em tela, mas é a mudança. Então, é preciso que a mudança vá para a tela.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – O nosso entendimento é o de que primeiro nós vamos colocar em votação a proposta de moção, se ela for rejeitada acabou, se ela for aprovada, nós, aí, sim, vamos passar para a alteração.

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Dependendo do conteúdo, ela pode ser aceita, dependendo do conteúdo não. Então, a primeira coisa que tem que fazer é a emenda com o próprio proponente propondo essa emenda, ele que é o autor da matéria, ele faz uma emenda, não é essa mais que está em votação, e sim a que ele vai propor. Não, a Câmara já vai. A Câmara já vai.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Coloco o novo texto de que nós iremos submeter novamente a discussão do Plenário.

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Não, o texto é com a emenda (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)., não é não, é a mesma moção acatando o que foi dito no Plenário do Conselho, acatando a Plenária.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Eu gostaria...

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Dou um verbo, não é contra a moção, contra a moção é retirar ela toda e fazer ela toda outra vez.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Conselheiro Vicente com a palavra.

O SR. VICENTE ANDREU (ANA) – Na tentativa de esforço, tentando respeitar eu acho que todas as observações, nós temos uma certa duplicidade de instrumentos, uma vez que o Ministério de Minas e Energia informa que encaminhou um ofício do qual nós não temos conhecimento, mas que damos total credibilidade a ele, é claro, de que está solicitando a discussão desse tema nas Câmaras Técnicas, e eu gostaria de propor os seis meses para retorno das discussões, se tiver uma conclusão ótimo, se não tiver, que se dê o informe aqui de qual é o nível das discussões. Aí, o que nós temos que tratar efetivamente é da moção, e a moção, evidentemente, da maneira como está escrita, eu estou aqui

com os meus companheiros, servidores da ANA também, tem uma série de desconfortos em relação a ela. Então, o que eu proporia, é que em minha opinião atende ao fato de termos uma discussão e atende ao fato de alguma orientação geral para os comitês de bacia. Então, a minha sugestão é independentemente dos recomentos, que eu não li ali, só estou tratando da questão final, que ela recomende que os comitês observem a definição de diretrizes do CNRH para a concessão de outorga do direito de uso na respectiva bacia. Só isso, entendeu? Que, aí, ele tem que observar as diretrizes, e essas diretrizes não existem nesse momento, não desautoriza comitê nenhum de fazer a discussão e nem o que desejar, eu vou passar, e ao mesmo tempo, eu acho que atende aqui a posição do Ministério de Minas e Energia. E essa diretriz será fixada através daquela solicitação no prazo de seis meses, é isso, não vai desautorizar Comitê nenhum, não vai tirar a capacidade de comitê nenhum, vai resolver essa incongruência que a conselheira Patrícia Boson está tendo, porque, Patrícia, com todo respeito, você vai criar, assim, não existe separação entre outorga de direito de uso e direito de uso, isso vai ser inevitável, em minha opinião, se não você vai ter uma resolução esquizofrênica, quando eu for tratar de outorga é uma coisa, quando eu for tratar de direito é outra, se chegará a conclusão que é a mesma coisa, mas os comitês poderão apresentar, fazer as suas discussões sobre qual a vocação, quais são as prioridades na bacia, que isso é absolutamente necessário para a gestão de recursos hídricos no Brasil, mas ele vai observar essas diretrizes que serão apresentadas, e que não gerarão conflitos, Patrícia, inclusive no próprio Plano Nacional, porque nós estaremos tratando de diretrizes gerais a serem observadas em cada bacia, a partir também respeitando as especificidade da bacia. Então, a sugestão de redação é mudar isso tudo para que os comitês observem as diretrizes definidas pelo CNRH para concessão de direito de uso na bacia, para priorização das outorgas de direito de uso na bacia. Isso. Servem as diretrizes para priorização, priorização, não é da outorga, é da definição, priorização, não. está bom. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Não é isso. Observem as diretrizes definidas pelo CNRH para a definição de prioridades, para a definição de prioridades de uso na bacia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Volta a definição.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Me permita aqui, Jair, olha, enquanto digita, o que está em jogo aqui não é mais a moção original, ela não existe mais, o que existe é uma moção que está sendo emendada, construída agora. Então, vai ter que ser feita uma votação de que sim ou não em cima desta que está sendo mexida, e não da original. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Os conselheiros e

conselheiras estão pedindo as suas inserções ou retiradas. Está certo? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Pode ser colocado inserções e retiradas, porque sempre vai ser rejeita ou o que está, ou o que estiver em tela, sempre vai ser rejeita o que estiver em tela. Então, agora, já que tem isso, os conselheiros e conselheiras podem fazer emendas ao que está sendo proposto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Então, vamos começar a passar desde a primeira linha da moção para que haja manifestação do Plenário, já que está tendo aí... A ideia inicial era essa, fazer primeiro, decidir o mérito, se ela deveria ou não ser aprovada, mas já que estão mexendo no impasse, nós temos que passar desde a primeira linha. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Era o certo.

A SR.^a NÃO IDENTIFICADA – Oi. A questão de ordem, eu acho o que seguinte, ninguém aqui é contra que isso seja discutido dentro da Câmara, agora o que eu acho que está totalmente desconfortável é que tem vários itens, a começar pela emenda lá em cima, que fala de propor, não sei o quê, Comitê, o que na verdade nós queremos é que o Conselho traga diretrizes de como aplicar prioridades escolhidas nos comitês, então está tudo ao contrário essa moção, nós vamos ficar inserindo um monte de coisas, sendo que já vai ser discutido em uma Câmara. Não é mais fácil: deixa do jeito que veio a moção para ser votada, e isso vai ser discutido dentro da Câmara, e a Câmara vai trazer o encaminhamento. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. A discussão está sendo feita, tem N divergências. Agora, nós vamos ficar aqui duas horas para discutir linha por linha, sendo que no entendimento, pelo menos do setor de irrigação, a essência da moção está trocada, nós queremos que o Conselho Nacional traga diretrizes, e não falar para o Comitê: vocês podem só discutir, sendo que essa discussão, em muitos comitês já estão sendo finalizada.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Só para esclarecimento. Não ficar voltando o ofício, o ofício já chegou, já foi protocolado, já está encaminhado internamente, e irá para as Câmaras Técnicas, que é um pedido de um conselheiro do Ministério das Minas e Energia, isso é fato, já chegou no Conselho, já está protocolado, o secretário já encaminhou, já está na mão da gerência, e vai ter tramitação, ponto, isso é fato, só para não ter dúvida, ele vai andar, esse fato já está concretizado.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Senhor secretário, uma coisa, nós respeitamos a sugestão do Vicente, do Conselheiro Vicente, mas vejam bem, uma moção que

1482 vai ser publicada hoje para diretrizes que não existem. Então, vamos deixar essa
1483 moção para depois, e ser mais bem elaborada, ninguém está discordando,
1484 estamos concordando que devemos ser bastante responsáveis e trabalhar em
1485 recomendações que contemplem todos, contemplem os usos múltiplos das águas.
1486 Então, eu acho que nós aprovarmos agora dessa forma trocando uma que entrou
1487 de urgência, veio com um texto, já não é mais urgência, já estamos discutindo e
1488 tudo. Então, a nossa sugestão é que nós a deixemos para que ela vá para a
1489 Câmara Técnica competente, e depois volte, como disse o Vicente, depois das
1490 discussões que tiverem nas câmaras técnicas, voltem o mais rápido possível, para
1491 ser sim uma moção que faça, recomende aos comitês que observem as diretrizes
1492 estabelecidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

1493
1494
1495 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – É**
1496 **questão de ordem?**

1497
1498
1499 **A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) –** Dizendo para o
1500 Conselho, isso óbvio ululante, é a mesma coisa que falar para um deputado
1501 respeitar a constituição brasileira antes de fazer... Não é isso. Eu acho que é
1502 colocar a moção da forma como proponente, e só ele pode modificar, e ele
1503 modificou, colocar em votação, quem quiser apoia, e quem não quiser não apoia.

1504
1505
1506 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –** Bom,
1507 eu queria sugerir o seguinte, vamos colocar em votação, necessita-se da
1508 aprovação dessa moção? Necessita-se da aprovação dessa moção, já que existe
1509 um ofício do Ministério tramitando nas Câmaras Técnicas, eu acho que devemos
1510 começar por aí? Necessita-se dessa moção? Vamos colocar então em votação,
1511 por gentileza, os conselheiros que acham que não necessita da moção levarem o
1512 braço. Não precisa da moção? Rejeitando a moção. Não cabe a moção. Por
1513 gentileza. 24 não. Quem é a favor da moção? 9 favoráveis. Abstenção? Nenhuma
1514 abstenção. Então, está rejeitada a moção. (...) fumaça na questão da Comissão de
1515 Ética. Tem fumacinha branca? Tem fumaça branca na Comissão de Ética? Quase
1516 boa tarde, senhoras e senhores, temos sim. Eu conversei bastante, a Tereza não
1517 está no Plenário, eu gostaria que ela estivesse, alguém pode chamá-la, eu estou
1518 vendo a mãe dela aqui, mas não estou vendo ela. Bem, então ficou assim
1519 decidido, se houver anuência desse plenário, eu estaria como titular da Comissão
1520 de Ética, e como minha suplente a Tereza, se for possível, no caso... É um
1521 segmento só? Então, tudo bem. Então, o nosso segmento de (...), que
1522 representante a sociedade civil estará lá. Eu acredito que sim, tem que falar com
1523 ela. Precisa da manifestação formal dela. Porque o que nós chegamos foi ao
1524 entendimento, porque eu acho que aqui o caminho é o entendimento, a discussão
1525 deve ser feita, mas sempre pensando num único e mais alto partido, que é a

condução muito uma boa dos recursos hídricos nesse País. Ela está entrando ali. Ela está entrando. Tereza a sua presença aqui é importante. Pode falar daí.

A SRª. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – Pois não, professor.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Conselheira, a senhora mantém a candidatura, conselheira?

A SRª. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – Nós mantemos a candidatura, mas nós já conversamos, não é isso, professor Jeferson? E há o entendimento de que nós pudéssemos fazer uma composição. Esse é o entendimento.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Mas a composição proposta pelo Conselheiro não é possível, são dois segmentos.

A SRª. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – Pois é, é aquilo que eu já havia conversado. Secretário, eu estava ali até tirando uma dúvida no Regimento Interno, no seu Art. 50, foi justamente aquela dúvida que eu levantei, porque ainda continua confuso, ele diz que a Comissão Permanente de Ética será formado por três conselheiros de segmentos distintos escolhidos pelo Plenário para o mandato em curso. § 2º: o Plenário indicará um membro suplente para a Comissão Permanente de Ética, de segmento distinto dos ali representados, que atuará somente no caso de impedimento de um dos membros titulares. Ao mesmo tempo, lá quando nós tratamos da composição do Conselho, nós temos no grande segmento do setor Governo, nós temos dez representantes de conselhos estaduais de recursos hídricos. Então, essa é a nossa dúvida, porque o entendimento nosso que atualmente existem dois representantes do mesmo segmento, segmento este do setor Governo, o Ministério da Agricultura, na pessoa do professor Demétrius, e o Conselho Estadual na pessoa do (...).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Por favor, conselheiro Júlio para fazer o esclarecimento.

A SRª. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – É um ente do Governo.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (DRH/MMA) – o segmento Governo é Governo Federal, são os que tem... E os outros são os conselhos estaduais é formado por sociedade civil, por usuário, por Governo, por todos. Então, quem vem aqui são os representantes dos conselhos estaduais, que é não Governo.

A SR^a. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – Então, o Conselho Estadual se encaixa em qual segmento, Conselheiro Júlio?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (DRH/MMA) – Conselho Estadual.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Aqui na composição, diz aqui, quem são o setor de Governo? Está ali o Conselho Estadual, está aqui, eu acho melhor nós fazemos uma reflexão acerca de melhorar a interpretação disso tudo.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (DRH/MMA) – Leiam a Lei, a Lei está clara, está dizendo quais são os quatro segmentos, Governo Federal, Conselhos Estaduais, usuários e sociedade civil, a Lei está clara, leia a Lei que está clara isso aí. E a Resolução que trata de ética diz que é um representante de cada segmento, está claro isso, eu não vejo dificuldade nisso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Outra questão é que o parágrafo dois diz que o suplente só atuará em caso de impedimento de um dos três titulares, ou seja, no caso de impedimento, ele é um, no atender, ele é um suplente permanente durante todo o mandato que cobre a Resolução, somente no impedimento. Eu acho que isso fica claro, não abre margem muito a interpretação, ou seja, o Plenário recompondo as vacâncias, ele retorna a ser suplente. Permite intervenção, mesa? Eu gostaria de recomendar a leitura da página, a da composição, quando há crise de interpretação é melhor que todos tenham acesso ao material para que cada um interprete, e depois a matemática democrática.

A SR^a. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – O conselheiro Júlio disse para eu ler a Lei, eu gostaria que o senhor citasse qual é o artigo que eu devo conhecer, e ainda tem outro ponto, a questão da suplência, que também precisamos esclarecer, eu acho que precisa ficar muito claro, com muita transparência, já foi eleito a suplência, e aqui no Art. 50, parágrafo 2 é muito claro,

vamos ao Art. 50 do Regimento Interno, por favor. Olha o que ele fala? O plenário indicará um membro suplente para Comissão Permanente de Ética de segmento distinto dos ali representados, que atuará somente no caso de impedimento de um dos membros titulares.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Perfeito. Então, aqui nós temos o segmento das organizações civis com dois candidatos. Primeiramente nós precisamos definir qual dos dois vai continuar, e temos o segmento usuário, um deles será titular, e o outro será suplente. Por deliberação do Plenário. Certo? Então, primeiramente nós precisamos saber dentre os segmentos das organizações civis, quais dos dois candidatos vai continuar.

A SRª. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – Secretário, mas não entendo, a medida que o Plenário indicou o suplente, há um tempo indicou o suplente, o suplente assumiu a titularidade inteiramente por algum motivo, por impedimento, o impedimento não é eterno, é *ad infinitum* o impedimento?

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – A mesma coisa vai ser agora, nessa etapa, definido quem vai ser o suplente, se houver vacância da titularidade, o suplente imediatamente vai ascender a titular.

A SRª. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – Com certeza, mas quando a titularidade for recomposta, o suplente volta a sua condição de suplente. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Primeiro que temos que esclarecer essas dúvidas levantadas, para depois nós conversarmos sobre a questão da indicação, eu acho que o raciocínio está sendo inverso, primeiro eu acho que tem que esclarecer as dúvidas levantadas. As dúvidas levantadas vão ser esclarecidas, e não estão esclarecidas, porque eu não entendo essa questão, não estou compreendendo realmente ou não estão sendo claro a questão da suplência assumir a titularidade *ad infinitum*, quer dizer que o meu suplente, eu tenho algum impedimento, aí o meu suplente assume, e ele se torna suplente.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – O plenário é soberano, podemos submeter ao plenário para que o plenário assim decida. Não tem problema nenhum para a mesa.

A SRª. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – Talvez o texto não seja claro, talvez o texto precisava ter sido muito mais cuidado a ser escrito

1661 para ficar bem claro e dirimir as dúvidas, porque eu acho que merece dúvidas, o
1662 que estou falando não é nenhum absurdo, eu acho que estou colocando uma
1663 questão que é pertinente.

1664
1665
1666 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –** Por
1667 gentileza, no microfone Conselheiro.

1668
1669
1670 **O SR. JOÃO FERNANDES (CERH/PB) –** Nós ouvimos a exposição da
1671 companheira e dos companheiros que advogam, me parece que falta completar
1672 duas vagas no Conselho, no Conselho tem que ter três categorias distintas, são
1673 três vagas, três categorias e um quarto, nós já estamos completando as três
1674 vagas com a indicação de conselheiro aí? Estaríamos completando as três vagas,
1675 se ela não pertencer a nenhuma das três categorias já representadas, porque não
1676 indicá-la como a suplente? E resolveríamos... *(Intervenção fora do microfone.*
1677 *Inaudível)*. Mas, isso aí é um impedimento que antecede a qualquer coisa. O
1678 senhor presidente dos trabalhos pode declarar a impossibilidade disso.

1679
1680
1681 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –**
1682 Exatamente, foi o que eu coloquei, primeiro nós temos que definir qual dos dois
1683 vai ser o candidato, e depois nós submetemos ao Plenário. *(Intervenção fora do*
1684 *microfone. Inaudível)*. Querem ir para votação de quem serão os candidatos. Pois
1685 não, conselheiro João Clímaco, é uma questão de ordem? Por gentileza, com a
1686 palavra.

1687
1688
1689 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ACA) –** Eu estou
1690 vendo, Sr. secretário, com todo o respeito, evidente que essa discussão é paralela
1691 a nossa discussão da Comissão de Ética do processo que nós vamos ainda ter
1692 que explicar, mas não tem... E está muito claro ao nosso ver que qualquer votação
1693 nesse encaminhamento até a Plenária soberana decidindo pode gerar uma
1694 insegurança jurídica, que em vez de ajudar só atrapalha, porque está muito claro
1695 que a primeira coisa que tem que se resolver é que os efetivos tem que ser de
1696 segmento diferente, o conselheiro Júlio já disse que Conselho Estadual não é
1697 Governo, e eu quero saber onde é que está essa frase, ou qualquer cientista
1698 político aqui, ou qualquer teórico do direito administrativo dizer que um Conselho
1699 Estadual não é Governo. Não é. Então, eu estou querendo dizer... Pode ser, é
1700 Estado. Estado, pois é. Estado. Estado, Conselho é Estado, há uma clareza muito
1701 firme do que é setor público e setor privado. Pelo menos em toda a legislação.
1702 Então, Sr. secretário, do jeito que está se encaminhando vai se tornar, primeiro vai
1703 legitimar uma pessoa que foi eleita suplente para ser efetivo sem passar pelo crivo
1704 da Plenária novamente. Segundo, vai se colocar duas pessoas do mesmo
1705 segmento contrariando o artigo explícito do Regimento que diz que tem que ser de

segmentos diferentes. Eu, aqui, não estou discutindo a pertinência da candidatura das ONGs ou não. Além disso, considerando tudo isso, se nós fossemos ver por esse olhar de censo comum que o nosso companheiro Júlio está querendo, é interpretação, a questão de interpretação, eu vou poder interpretar o seguinte, nós já tivemos setor de OTEP nesse Conselho, já tivemos setor de universidade, vários setores da sociedade civil, só não tivemos, até hoje a ONG nunca entrou nesse Conselho. Então, isso aí não é uma questão que está nessa Comissão, essa questão não está sobre égide agora, mas se for ver por essa questão de interpretação, era o lógico e natural que chegaria o momento que as ONGs também teriam vaga no Conselho, na Comissão de Ética. Então, nós temos duas dúvidas que vão ficar independente do resultado da Plenária, está claro que tem que ser de segmentos distintos os membros da Comissão no cargo de efetivo, e do jeito que está se levando aqui vão ser dois entes de Estado e de Governo para ser da Comissão de Ética. Nós não podemos ficar com essa insegurança jurídica, se alguém disser que Conselho não é ente de Estado e de Governo, então nós estamos negando tudo que nós fizemos nesses últimos anos todos aqui, pode ser qualquer Lei que tiver que dizer que Conselho Estadual é ONG, não é ONG. Conselho Estadual não é ONG e nem é sociedade, é um ente de Estado. Então está lá escrito. A situação do jeito que está dada, Sr. secretário, é que pode se ficar dois órgãos de Estado, eu acho até que se essa pendenga continuar vai resolver um problema sério para nós, porque nós vão ter que esclarecer se conselho estadual, é órgão de Estado ou não, e Comitê de Bacia também é órgão de Estado ou não, porque isso gera, vai ressuscitar outras confusões conceituais que nós temos aqui há anos. Então, eu acho melhor termos o bom senso de entender, porque todos no mundo entendem que Conselho Estadual, pelo menos em todos os Estados que eu vou, é órgão, é ente de Estado, e ente de Governo, nunca foi sociedade civil. Quem quiser colocar isso, a Plenária dizendo isso gera uma insegurança jurídica, e essa Comissão já começa num ambiente de insegurança jurídica, que suas decisões poderão ser questionadas, e eu peço a sua compreensão para nós vermos isso com mais carinho, porque resolvendo isso, aí a candidatura das ONGs estaria apta a concorrer, até como suplente, não tem problema, nós temos uma grande consideração pelo professor Jeferson, com todo respeito, não tem problema de nada contra o professor Jeferson, mas teríamos a Plenária decidiu quem é suplente, a Plenária pode decidir quem não é suplente, a Plenária pode decidir quem é o novo suplente. Agora, uma pessoa entre como suplente, Governo, aí junta com outro Governo, e fica lá uma maioria de Governo, não dá. Nós estamos vendo aqui o que está dando esse anacronismo de Governo e sociedade aqui nesse Conselho. Está entendendo, Sr. Secretário? Eu fui claro?

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Foi sim. Conselheiro Júlio pediu a palavra.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (DRH/MMA) – Aqui está o Art. 34, que diz que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos é formado por esses quatro segmentos. Representante dos Ministérios, representantes indicados pelos conselhos estaduais, representante usuários e representante da organização civil. Então, está claro que tem quatro segmentos, e quando a Resolução 158 diz do segmento se refere a esses quatro segmentos. O conceito se é Governo ou deixa de ser Governo, o Conselho Estadual, por trás disso está toda uma filosofia que é da própria Lei de Recursos Hídricos, a filosofia está que todos nós sabemos que tem águas de domínio da União, e águas de domínio dos Estados. Então, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos teria que participar também quem é que representa os interesses de Estado, não é a Secretaria de Recursos Hídricos, teria que ser um ente, que pode ser de Governo ou não, um ente aonde tenha a participação de todos os interessados dentro daquele Estado. Então, são os conselhos estaduais de recursos hídricos, porque que eles estão aí, não estão porque são Governo, estão porque representam os interesses daquele Estado na questão dos recursos hídricos das águas de domínio estadual, e no Art. 34 está claro isso, está claro quais são os quatro segmentos, e na composição do Conselho é isso, da Comissão de Ética, são três segmentos diferentes, sendo que o quarto que seria o suplente é do quarto segmento. Quer dizer, não prevê para cada segmento suplente, isso não, quer dizer, o suplente é o segmento que está aqui. Como foi, o suplente tomou posse, tomou posse não, substituiu o titular, agora restam duas vagas. Uma vaga para titular, e uma vaga para suplente, oriundo desses dois segmentos, dos usuários e/ou das organizações civis. Então, é essa a ideia.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – A atual composição que está suscitando muitas dúvida é que o suplente era do Conselho Estadual, e está de titular. Mas, eu não vejo problema nenhum se o Plenário assim decidir de que se faça hoje a eleição para os dois titulares, e o do Conselho Estadual volta a ser suplente, já que estamos dentro de um mesmo mandato. Ok? Ele voltaria a ser suplente, porque ele já está eleito como suplente, e elegem-se hoje os outros dois segmentos titulares. Ok? Há consenso? Podemos fazer dessa forma? Agora, então, precisamos da definição entre as organizações civis, quem será o candidato a dona Tereza Cristina ou o senhor Jeferson Oliveira

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Já houve a anuência do Plenário.

A SR^a. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – Muito obrigada. As dúvidas foram bastante esclarecidas, e fico satisfeita e sem nenhuma dúvida com relação a esse assunto. O professor Jefferson, e agora o segmento volta a ter dois candidatos, não é isso? O Plenário vai votar. Então, tudo bem. Vamos lá, votação Plenária.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Então, vamos colocar em votação, temos dois candidatos à titular pelo segmento das organizações civis. Vamos colocar em votação...

A SR^a. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – Talvez fosse interessante nós expormos o interesse de participar da Comissão, não sei se isso seria interessante... O Plenário...

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Conselheira Tereza, por Gentileza.

A SR^a. TEREZA CRISTINA PEREIRA DE CASTRO (CERH-DF) – Na verdade, esse assunto da Comissão, a Comissão de Ética, ele me causa bastante, assim, interesse de participar, de verificar como está acontecendo, nós estamos vivendo em um momento que a Comissão de Ética ganhou destaque dentro do pleno do CNRH, e ganha destaque de uma forma também muito com dúvidas, que eu pessoalmente tenho dúvidas como essa que eu acabei de levantar aqui. Eu vejo também que nós precisamos avançar na questão de discutir, fazer essas discussões de uma forma mais coletiva, de uma forma que eu possa dizer que não estou entendendo mesmo, que eu não estou compreendendo, sem nenhum constrangimento que eu digo que eu não entendi, que não concordei, eu acho que é importante nós avançarmos dentro dessa linha, e eu entendo até que essa Comissão de Ética deveria até ter muita pouca atuação, a medida que o nosso propósito, com certeza, de todos nós aqui é algo muito maior que é a gestão das águas, que é o compromisso que nós temos com os segmentos que nos elegeram, no nosso caso que fomos eleitos, com o segmento que acreditou, que deu o voto a nossa pessoa, mas, de qualquer maneira, eu coloco o meu nome à disposição, entendendo que nós poderíamos participar, talvez, talvez não, é a primeira vez que a entidade das ONGs estão pleiteando a participação dentro dessa Comissão, já houveram outros segmentos dentro dessa Comissão. Então, eu gostaria de pedir o voto de confiança do plenário, e entender que nós precisamos avançar e acreditar que por mais difícil que seja o assunto, sempre a verdade e o entendimento, e o diálogo são fatores importantíssimo para dirimir, discutirmos e avançarmos em qualquer dúvida sobre qualquer assunto. Muito obrigada.

O SR. JEFFERSON N. OLIVEIRA (OTEPS) – É o seguinte, algumas pessoas aqui já me conhecem, já foram meus colegas na academia e fora dela, e o que nós vamos falar é simplesmente duas palavras, seriedade e isenção, nós temos que pensar aqui em isenção, não olhar pessoas, olhar fatos e olhar atos que serão julgados totalmente dentro da legalidade, é que isso nós precisamos, não só no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, como também no País como um todo. Se esse País se pautar pela legalidade e pelos princípios legais que são regimentos da nossa conduta como sociedade, realmente teremos um País talvez um pouco melhor. Então, é isso, eu gostaria de colocar o meu nome aqui, represento a OTEP, eu estou nesse Conselho desde 2009 como suplente de Câmara Técnica e, hoje, estou, notem que eu coloco sempre o estou, porque eu sou professor universitário há muito tempo, e estou Conselheiro tentando ajudar um pouco nas diretrizes que são tomadas para os recursos hídricos deste País. Muito obrigado a todos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Então, vamos colocar em votação, os conselheiros que votam na conselheira Tereza, por gentileza, levantem o crachá. Seis votos da conselheira Tereza. os Conselheiros que votam no Conselho Jeferson, por gentileza, levantem o crachá. Então está eleito o conselheiro Jeferson. Bom, agora, nós temos... Só teve um candidato, então está recomposta a Comissão de Ética, ficando completa a Comissão com os dois segmentos. Agora, vamos emitir a Portaria de acordo com a deliberação desse Plenário. Bom, eu consulto o plenário se nós damos a pausa para o almoço ou seguimos com o Gurgueia, que é o próximo item da pauta? Tem o do Gurgueia e depois a do São Francisco. Plenário que se manifestar pelo almoço, por gentileza, levante o crachá. Pela permanência dos trabalhos. Então, vamos ao almoço.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Gostaria de informar que aqui no prédio do Ministério do Meio Ambiente tem um restaurante no subsolo, *self service*, com preço bastante módico. No subsolo aqui do prédio.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Gente, vamos voltar impreterivelmente às 14h.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu gostaria de avisar a sala será trancada para quem quiser deixar algum pertence, a sala será trancada.

(Intervalo para o almoço).

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Boa tarde. Vamos dar segmento aos nossos trabalhos. De acordo com a inversão, o item 4.1 da pauta, deliberação sobre a proposta de moção que recomenda ao Governo do Estado do Piauí que sejam tomadas ações de articulação com a União para dar regularização dos usos das águas superficiais e subterrâneas do Vale do Gurguéia. Além do planejamento múltiplo e integrado desses mananciais. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de áreas subterrâneas. Convido o representante o FONASC, Conselheiro Willy Ortiz, para apresentação da matéria que foi avaliada pela CTAS na 138ª reunião da CTIL.

O SR. WILLY ORTIZ DE OLIVEIRA (FONASC) - Boa tarde, colegas. Esse é um encaminhamento da CTAS, como foi dito, e que abrange uma série de assuntos pertinentes ao Piauí. Já há muitos anos nós recebemos demandas lá da ordem do desperdício de águas no Piauí, dentre outras questões sociais dos povos locais, dos moradores e dos agricultores. E no ano passado, houve uma ação do Ministério Público de São Raimundo Nonato em que participaram o Dr. Evandro Marques, o representante do Ministério Público no Estado o Dr. Marco Adão, e pelo judiciário a juíza Mariana. Todos esses tiveram na Câmara Técnica, CTAS na última reunião. E a razão foi porque a sociedade civil a ter contato com teor daquela ação resolveu então trazer a discussão para o Conselho Nacional, onde nós agradecemos o acolhimento e a participação, envolvimento de todos que trabalharam essa questão. Então, ela consistia, a matriz dessa, o que levou esses personagens a elaborarem essa ação foram uma série de regularidades em relação ao abastecimento com carros-pipas nas épocas secas. Então, eles calcularam um volume muito grande anual, se não me falhe a memória, quase perto de casa de cem milhões, parece. E eles elaboraram uma ação que ela combatia o desperdício da água, que é o fato mais conhecido por todo o Brasil, todos já devem ter vistos nas emissoras os famosos e emblemáticos os poços jorrantes do Piauí. Muitos estão há décadas já nessa situação, implicando em um desperdício grande e de uma água de excelente qualidade que do aquífero cabeças naquela porção do Vale do Gurguéia. Então, o objetivo da ação deles era coibir as irregularidades no abastecimento de água, e ao mesmo tempo também fizeram uma faxina nas outorgas ali na região. Existia um abuso de pousadas e outros empreendimentos que desperdiçavam água sim à vontade. Então, eles nessa ação muita coisa ocorreu de importante, eles conseguiram reverter lá uma série de pontualidades desse tipo que eu narrei. Ou seja, a ação civil deles é vitoriosa nesse sentido, nós constamos que tiveram muito avanço e eles trabalharam muito bem. E no bojo dessa ação eles incluíram além da fiscalização, da retirada de outorga, e etc. e tal, eles também incluíram uma proposta de uma adutora que foi elaborado pelos técnicos do DRM do Piauí. Então, eles trabalharam uma ação de uma forma muito executiva. E no final eles propuseram essa adutora e ela já foi dada, recomendada para que o Ministério da Integração e o Governo do Piauí apresentassem, fizesse um levantamento do estudo sobre essa adutora que ligaria o Vale do Gurguéia até o cristalino piauiense, que não

1930 existe praticamente água de qualidade nenhuma. As águas subterrâneas são
1931 super salinas. Então, essa ação envolveu todo esse processo, essa conjuntura e
1932 no final a proposta da adutora. E nessa ação cobra se uma multa diária, me
1933 parece que de dez mil ou 40 mil reais, não lembro, para que caso não fosse
1934 apresentado um estudo de viabilidade econômica para essa adutora. Então, nós
1935 entendemos que a adutora é extremamente relevante. E vimos ali também esse
1936 aspecto como um aspecto disciplinador daquela área que é uma reserva hídrica
1937 importante no Estado do Piauí. Outras discussões também fizeram parte, por sinal
1938 muito interessante, entre setores na região. Mas que parece que ficou algo no
1939 entendimento, imagino eu, bastante consensual. O que foi produzido pela Câmara
1940 Técnica e que também teve a colaboração dos dois promotores e da juíza Marina
1941 também. Eles participaram da elaboração, dessa moção, e também colaboraram
1942 com uma discussão que é totalmente normatizada que é gestão integrada de
1943 águas superficiais e subterrâneas que é algo que vem se discutindo. Eles também
1944 participaram e vieram com esse instituto de ajudar e eu tenho a impressão que
1945 colaborar. Então, essa moção que abrange esse universo que eu narrei, mais ou
1946 menos. E também não posso deixar, como representante de ONG, que a
1947 comunidade piauiense daquela e de outras regiões vivem uma falta de
1948 empoderamento muito grande. Não costumam contar com a colaboração e,
1949 inclusive com aquela já institucionalizadas leis que protegem o Semiárido e etc.
1950 Que todo um arranjo legal que o Estado do Piauí tem, que é interessante que não
1951 é posto em prática e outras leis federais também que já estão ali como protocolo
1952 da desertificação e o da convivência com o Semiárido que a Paraíba é pioneira,
1953 me parece. Inclusive Paraíba e outros Estados. Pernambuco já assinaram e o
1954 Piauí ainda não. Então, a questão é posto jorrante, adutora, mas que foi tratado ali
1955 coisas bastante significativas para o Estado do Piauí. Era o relato que eu tinha que
1956 fazer basicamente é esse. Estamos aí aberto ao debate. Obrigado pela atenção.

1957
1958
1959 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –** Em
1960 discussão a matéria, algum conselheiro que queira que fazer uso da palavra. Três
1961 minutos, por gentileza. Conselheiro Clímaco.

1962
1963
1964 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ONGs) –** Amigos,
1965 boa tarde a todos. Eu queria somente dizer e pedir o apoio desse plenária,
1966 secretário. Porque nós estamos, FONASC, a nossa entidade atua no Piauí já uns
1967 10 anos. O primeiro documento que vinha celebrar a cobrança de que houvesse a
1968 implantação dos instrumentos de gestão no Estado do Piauí até mesmo o Comitê
1969 do Parnaíba, foi de uma mobilização que nós também participamos já mais de 10
1970 anos. Mas durante esse período todo não demos conta de que as possibilidades
1971 hídricas do Piauí são imensas. E o povo paradoxalmente temos lá regiões que tem
1972 uma carência imensa de acesso à água para beber, para o básico. E nós vamos
1973 procurando, se estudando isso e vai ver que há uma orquestra que age de
1974 maneira sintonizada para que o problema nunca tenha solução, envolvendo vários

tipos de atores. Eu posso dizer com tranquilidade que existe uma indústria da seca institucionalizada no Piauí por conta da ação de omissão de pessoas de instituições que deveriam atuar para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos que clamam porque merecem ter uma vida melhor e tem água. O mais curioso é que tem água. Nós estamos lá com uma voz só no vale. Mas felizmente houve uma mobilização que envolveu outras instâncias do Poder Judiciário e Ministério Público Federal. E nós apenas vimos que era muito estranho o que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos não se posicionasse mais uma vez no sentido de que os autores que deveriam ter competência para resolver ou dar iniciativas que em tese pelo custo é muito barato. Mas tem um entrave que impede que as soluções sejam acontecidas. Porque o mais difícil seria a falta d'água. Tem água no subsolo do Piauí para atender as pessoas e melhorar a qualidade da vida de lá. A estrutura do sistema não está dando conta. Eu chamo de indústria da seca, indústria institucionalizada. Eu peço o apoio para que essa moção seja corroborando a boa iniciativa do nosso conselheiro que também está mexendo com o Piauí para que nós tenhamos um documento, um posicionamento desse conselho para fortalecer o ânimo jurídico dos promotores e da população quando precisa de atendimento. Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Unesp) – Boa tarde a todos. É o seguinte, com relação a essa moção, eu só tenho que colocar como representante das OTPs que a academia desde a época do professor saudoso Aldo Rebouças que muitos daqui conheceram, um nordestino que atuou muito tempo aqui no Instituto de Geologia da USP. Já tinha mapeado tudo isso nesse País. A primeira publicação é a publicação ABRH, 1988, que tem o capítulo sobre águas subterrâneas. Quem é afeito a isso, a leitura, sabe disso. Nós não temos só o Piauí, nós também temos água subterrâneas em grande quantidade em muitas regiões do Nordeste. Sendo ela factível de ser encontrada, em alguns casos salobra mas que há possibilidade de tratamento, inclusive com dessalinizadores que a própria Agência Nacional de Águas fomenta com energia solar. Então é necessário que se pense que a água deve ser pensada em seu todo, água superficial e subterrânea, como é a Resolução 22 desse próprio Conselho que fala que qualquer novo empreendimento deve ter essa inter-relação. Então é a resposta clímaco desse Conselho, é resposta da CTAS que terá outras moções para serem colocadas aqui. Já fui membro da CTAS. É importante pensarmos a água como um todo, e a água subterrânea faz parte desde São Paulo até o Nordeste. São Paulo, não sei se os senhores sabem também teve uma região que sofreu muito com a questão da crise hídrica e teve uma região que sofreu pouco, que foi a região Oeste paulista onde era abastecida, salvo engano meu, 70% dos municípios de São Paulo, são 100% abastecidos por água subterrânea. Então, é um bem que nós temos nesse País e eu estou falando de aquíferos que são rasos, como o aquífero Bauru, não o aquífero Guarani que está a mil metros de profundidade na região do Oeste paulista. É uma verdade que tem que ser colocada para a população, que deve ser usadas também com parcimônia. E deve

2020 ser cobrado pelo seu, que ainda hoje não é cobrado em algumas regiões do
2021 Estado de São Paulo que é a unidade mais rica de Federação. Muito obrigado.

2022
2023
2024 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH)** – Eu
2025 agradeço, conselheiro. Alguma sugestão de alteração do texto da moção? Então,
2026 vamos colocar em votação. Os senhores que aprovam a moção, por gentileza,
2027 levante o crachá. Quem é contra, por gentileza, se manifeste. Está aprovada a
2028 moção. Abstenção, por favor. É preciso registrar. Uma abstenção. Obrigado.
2029 Próximo item da pauta, de acordo com a inversão, item 7. Dar ciência sobre o
2030 processo 02000001255/2016 91, referente a alteração do Regimento Interno do
2031 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Informo que a Secretaria
2032 Executiva de Conselho Nacional de Recursos Hídricos tomou conhecimento por
2033 meio de ofício da ANA que a deliberação do Comitê da bacia hidrográfica do Rio
2034 São Francisco número 90/2016, que altera o Regimento Interno desse Comitê.
2035 Citava seções relacionadas a mandatos parcialmente cumpridos dos seus
2036 dirigentes. Tal comando regimental e nova com relação a resolução CNRH
2037 número 5 de 10 de abril de 2000, apresentando uma desconformidade com
2038 relação ao § 1º do art. 8º da Resolução. O qual rege que os mandados do
2039 presidente e secretário dos Comitês de Bacia devem ser coincidentes podendo ser
2040 reeleitos uma única vez. Não citando exceções relacionadas aos mandados
2041 parcialmente cumpridos. A SRHU/DRH elaborou uma nota técnica e encaminhou
2042 a Conjur para que orientasse sobre o caso em questão. Essa consultaria orientou
2043 que diante da irregularidade constada que fosse levado ao conhecimento do
2044 Conselho Nacional de Recursos Hídricos para que no âmbito de suas
2045 competências avaliassem as providências julgadas cabíveis e deliberasse sobre o
2046 tema. Sendo assim, o processo foi colocado na pauta de 36ª Reunião Plenária.
2047 Assim, convidamos os representantes da Agência Nacional de Águas para caso
2048 queira informar sobre os fatos. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
2049 Retificando então para encaminhamento.

2050
2051
2052 **O SR. VICENTE ANDREU (ANA)** – Na verdade, essa é uma questão muito
2053 complexa, que evidentemente leva com que nos observe aspectos muito
2054 relevantes. O primeiro sem dúvida nenhuma é o respeito às decisões que um
2055 Comitê de Bacia Hidrográfica toma no seu âmbito. O segundo é o fato de termos
2056 uma Resolução que permite interpretar e, foi assim que a ANA entendeu e
2057 encaminhou à Secretaria de Conselho Nacional, de que essa autonomia em certa
2058 medida não respeita as regras hoje estabelecidas para o funcionamento de
2059 Comitê de Bacia. E tem o terceiro fato que obviamente não está colocado ainda,
2060 mas que vários já comentam é de que esse próprio regimento também tem na
2061 sua atualização como um requisito. Quer dizer, é uma Resolução antiga é que
2062 precisa ser revisitada. Então, à luz desses procedimentos, é muito importante que
2063 uma questão desse tipo possa ser aprofundado dentro das instâncias do Conselho
2064 Nacional, e em particular garantindo ao Comitê de Bacia Hidrográfica um amplo

2065 espaço para poder estabelecer o contraditório, o direito de defesas, as suas
2066 razões e suas explicações, dentro das instâncias do Conselho Nacional e na
2067 sequência sendo apreciado pela instância soberana que é essa instância, o
2068 Plenário do Conselho. Na nossa opinião, há um equívoco recorrente em torno da
2069 autonomia e até mesmo dos órgãos de assessoria do Conselho Nacional por parte
2070 de Secretaria Geral, eu já tive a oportunidade de informar a Secretaria Executiva
2071 do Conselho, que é a do encaminhamento de questões desse Conselho para uma
2072 análise prévia do órgão jurídico de assessoramento do Ministério do Meio
2073 Ambiente. É assim que aconteceu nesse caso, não só, mas nesse caso. Ocorre
2074 porém que a Assessoria Jurídica do Ministério não é a Assessoria Jurídica deste
2075 Conselho. Ele é um órgão que assessora o ministro do Meio Ambiente que tem o
2076 papel de ser o presidente do Conselho por ter ministro do Meio Ambiente. E que
2077 no momento em que ele na condição de ministro pratica algum ato, a assinatura
2078 de alguma Resolução em particular do Conselho Nacional assessora se então o
2079 ministro, se aquela Resolução do Conselho discutida autonomamente fere algum
2080 outro regulamento externo ao Conselho Nacional. Portanto, o órgão, a Conjur do
2081 Ministério não é órgão de consulta do Conselho Nacional. Quando a secretaria
2082 encaminha um parecer da Conjur a respeito de um problema que não foi discutido
2083 internamente no âmbito do Conselho Nacional, no meu ponto de vista subtrai
2084 competências nossas. Além de subtrair competências nossas, reduz o espaço de
2085 discussão nas instâncias formais, no caso a CTIL, de um tema dessa relevância.
2086 Nós hoje, a sociedade brasileira, na minha opinião, tem se confrontado muito com,
2087 são vários os casos, em andamento nesse instante, inclusive no Supremo, onde
2088 as pessoas se adiantam ao mérito sem dar, na minha opinião, o valor devido aos
2089 procedimentos. As regras são questões fundamentais a serem observadas nesse
2090 processo. E quando nós encaminhamos diretamente a Conjur, na minha opinião
2091 como eu mencionei, nós não acertamos. Consultamos um órgão que é externo,
2092 que não se manifesta em nossa assessoria, quem se manifesta em nossa
2093 orientação é a CTIL. E que na minha opinião não pode. Claro que tem a sua
2094 relevância do ponto de vista jurídico, mas não pode ser necessariamente a opinião
2095 sobre a qual nós vamos nos fundamentar. Então nesse sentido, como
2096 encaminhamento prévio e uma vez que na minha opinião não houve a
2097 oportunidade da Câmara Técnica, a CTIL institucional e legal de discutir esse
2098 tema, de fazer os questionamento, apresentação por parte principalmente do
2099 Comitê de Bacia Hidrográfica, das suas razões e movimentações em torno dessa
2100 questão, na minha opinião, eu proporia que nós não aprofundássemos esse tema,
2101 que nós encaminhássemos. Eu votei para que nós invertêssemos a pauta para
2102 podermos discutir. Mas a sugestão seria não discutíssemos esse tema aqui hoje.
2103 Encaminharmos imediatamente a CTIL. A CTIL através do seu regramento vai
2104 tratar desse tema e discuti-lo e vai trazer para nós aqui, na próxima reunião, se
2105 possível. É sempre desejável porque um tempo longo leva também instabilidade
2106 para o próprio Comitê de Bacia Hidrográfica. Não acredito que o Comitê queira
2107 conviver com esse nível de instabilidade. O próprio Comitê terá interesse em
2108 apresentar as suas motivações e ter uma conclusão por parte do CTIL. De
2109 encaminharmos então a CTIL e que no menor tempo possível ele possa retornar

aqui com o posicionamento da CTIL. E que nós não adotemos mais como procedimento, chegar um caso aqui, por polêmico que seja, nós encaminhá-lo a um órgão que não compõe, não faz parte do Conselho Nacional. Ele é um órgão de assessoramento do ministro, ele não é um órgão de assessoramento do Conselho. Sob outras questões. Nesse, a Conjur se manifestou, não sei porque razão. Mas sobre outras questões, enfim, a CONJUR poderá, inclusive nos confrontar diante dessa posição de dizer para nós: “eu não faço parte da consulta do Conselho Nacional, por favor, tomem as suas decisões”. Na oportunidade, naquilo que é competência assessorar o ministro obviamente se manifestará. Mas ela não é, a princípio, ele não é o nosso órgão de formação de opinião do ponto de vista da sua legalidade e das questões institucionais. Então, o encaminhamento que nós estamos propondo em que pese a polêmica, é um assunto polêmico e complexo, sem dúvida que é. Mas que nós escutamos primeiro a Câmara Técnica através de seus procedimentos antes de que nós aprofundamos aqui um debate que é muito complexo. Por mais tempo que demore a hora, 30, 40, 50 minutos, uma hora, não terá profundidade obviamente de que terá a condição da Câmara Técnica de analisar um processo dessa complexidade.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Eu quero apenas deixar claro que foi uma decisão da Secretaria Executiva anterior de encaminhar a Conjur certamente querendo proteger o ministro que é o presidente do conselho. Já que necessariamente teria que passar por ele. Acredito que tenha sido essa a intenção do então secretário. Acato plenamente a decisão do conselheiro Vicente. Consulto se o presidente do Conselho de Bacia gostaria de se manifestar, ou se podemos dar seguimento a deliberação do Plenário em cima da proposta do conselheiro Vicente? Com a palavra então o presidente do Conselho do Comitê da Bacia do Rio São Francisco.

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Presidente do CBHSF) – Bem, boa tarde. Primeiro que o Dr. Vicente encaminhou essa questão eu acho que na direção adequada. E gostaria de fazer apenas uma observação que o nosso Comitê toma decisões em sua instância superior que é reunião plenária. É composta por 62 instituições titulares, 62 instituições suplentes. Essa matéria foi requisitada pelo representante do Estado de Sergipe no Comitê para adequações no nosso regime. Várias adequações foram realizadas, dentre elas essa que suscita a discussão hora em curso aqui neste Conselho Nacional. Isso foi também examinado a nossa Câmara Técnica Institucional e Legal, composta de 13 membros, a maioria deles operadores do Direito. À luz, evidentemente, do que pensa o Comitê da sua necessidade de sua dinâmica. E tudo isso foi votado em Plenário. Praticamente essas decisões regimentais foram adotadas por unanimidade com registro apenas de algumas abstenções. Portanto, esse é importante, Dr. Vicente, colocar que isso dará é claro espaço para que o Comitê apresente a sua versão dos fatos. Isso é elementar em um processo democrático.

E nesse caso o que mais nos preocupa é a coesão do sistema. Os comitês formam a base do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Esse Conselho evidentemente se coloca em uma posição de liderança. Eu acho até que o Conselho tem que aprofundar o seu relacionamento com a sua própria base. Ainda há uma instância muito grande entre o que acontece lá na ponta e o que se reflete aqui no pico da pirâmide. E é claro que uma discussão dessa deve ser feita no sentido de coesionar o sistema e não de criar, digamos assim, intencionalismos que de fato não vão nos ajudar, principalmente nesse momento de fazer avançar a nossa Política Nacional de Recursos Hídricos. Então nós achamos adequado esse encaminhamento. Teremos oportunidades através da nossa Câmara Técnica e creio que a CTIL do Conselho vai abrir as portas para que o Comitê justifique. E até porque e, aqui eu quero terminar, da observação e da análise feita por nossa Câmaras Técnicas Institucional e Legal, não houve, repito, não houve nenhuma violação dessa Resolução nº 5. Respeitamos o entendimento da Agência Nacional, também dos procuradores que se debruçaram sobre o fato. Mas o nosso entendimento através da nossa Câmara Técnica Institucional e Legal é que em nada nós contrariamos a Resolução. O Comitê apenas constatou que havia omissão em torno da questão dos mandatos também. Não é único caso do Comitê, já precedentes, se não me engano, o Comitê do Rio das Velhas em Minas Gerais, do Urucuia já foram instados a evidentemente suprir essa lacuna e dentre os 200 Comitês do Brasil certamente há vários que foram obrigados a tomar essa iniciativa. É, portanto, uma discussão que poderá levar a várias interpretações. Então, nós queremos que à luz do bom senso, da questão do Direito, da coesão do sistema, nós transformemos isso que poderá ser um ponto turbulência em um avanço para o próprio sistema. Porque aqui do que se trata realmente é de adequar essa Resolução que foi aprovada antes mesmo da existência do próprio Comitê do São Francisco e da maioria dos Comitês. Que essa Resolução seja adequada ao momento atual. Isso colocará o Conselho a frente do processo, é o que nós queremos, que esse Conselho avance e se fortaleça, ganhe a sua legitimidade e que lidere o processo à frente dos Comitês, olhando para o futuro e não pelo retrovisor. E transformar uma aquarela jurídica num caso que vai seguramente, digamos assim, preocupar como já está preocupando. Tivemos no final de semana reunião Plenária do Comitê, eu relatei todos esses fatos. Há uma expectativa em torno daqui. E eu quero finalizar dizendo que ontem, na reunião do Fórum Nacional dos Comitês de Bacias, que representam mais de 200 Comitês desse País, para satisfação nossa recebemos a solidariedade irrestrita em moção que deverá ser encaminhada a esse Conselho Nacional. As posições que o Comitê adotou e que o Fórum Nacional entende como adequadas e não em coalizão com o que está disposto na resolução número cinco. Muito obrigado e boa tarde.

O SR. PAULO ROBINSON DA SILVA SAMUEL (Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas) – Boa tarde, presidente. Boa tarde, Sérgio, diretor. Colegas de Plenária. O meu nome é Paulo

2200 Robinson Samuel, represento, deixar bem claro, eu estou representando os
2201 Comitês de Bacia, os consórcios e as associações intermunicipais de bacias
2202 hidrográficas. Corrigindo alguns dos conselheiros hoje que eu não consegui olhar
2203 para trás e não consegui gravar o nome, se intitulou representante dos Comitês de
2204 Bacia. A representação dos Comitês de Bacia, eu estou fazendo agora nessa
2205 gestão 2015-2018, o qual Carlos Alencaste é o meu primeiro suplente e o Paulo
2206 de Campinas que está sentado lá atrás é o nosso segundo suplente. Bom,
2207 primeiro lugar, nós concordamos plenamente com o encaminhamento do
2208 conselheiro Vicente. Essa é a nossa posição. E eu fico bem tranquilo em falar e
2209 votar e em encaminhar essa posição, porque como o nosso presidente Anivaldo
2210 falou, nós tivemos ontem a reunião do Fórum Nacional de Comitê de Bacia, onde
2211 é representado, temos em torno de 20 representantes dos Fóruns Estaduais de
2212 Comitês de Bacia, onde nós temos todas as representações. Nós deliberamos
2213 essa posição. Então é uma posição não só do conselheiro, é uma posição que
2214 vem da base. Nós estamos conseguindo fazer isso depois de muito tempo. Então
2215 ao nosso ver essa decisão do Comitê do São Francisco não fere a Resolução nº
2216 5, esse é o nosso entendimento. E já de antemão, é considerando a Resolução nº
2217 5 já obsoleta, como o conselheiro Vicente falou, o presidente Anivaldo, nós
2218 solicitamos o encaminhamento desse processo a CTIL, de forma mais adequada.
2219 E também solicitamos essa Secretaria que encaminhe a CTIL já uma proposta
2220 para revisão dessa Resolução nº 5. Porque ela deixa muitas interpretações. Nós
2221 precisamos hoje, a vida é dinâmica, de 2000 até 2017 já se passaram 17 anos e
2222 nós precisamos atualizar a nossa Resolução. Bom, esse é um ponto. O outro
2223 ponto, eu gostaria, já foi informado, eu gostaria de trazer essa posição do Fórum
2224 Nacional de Comitê de Bacia que tirou uma moção que será encaminhada ao
2225 Conselho. É total apoio ao Comitê São Francisco o qual a decisão do Comitês São
2226 Francisco, da sua plenária, que é composta em 62 unidades titulares e mais 62
2227 suplentes. Então, o Fórum Nacional de Comitês vem trazer essa moção de total
2228 apoio a decisão da plenária do Comitê São Francisco. Obrigado.

2229
2230
2231 **O SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Unesp)** – Boa tarde a todos.
2232 Mais uma vez nós estamos aqui para falar, replicando um pouco a sua palavra,
2233 Paulo, que esse Conselho, como as águas, são dinâmicos. Nós temos aí uma
2234 série de leis, de legislação, de moções e resoluções, que veem isso. Então como
2235 foi colocado pelo Vicente e Anivaldo, e pelo próprio Paulo. Nós esperamos que
2236 haja o quê? Um dinamismo também aqui dentro. Certo? Nós temos aí uma
2237 década da água, 2005-2015, que nós enfrentamos vários problemas de várias
2238 ordens, por que? Porque as visões ficaram um pouco ultrapassadas, visões de
2239 quem gerencia e de quem gesta a água nesse País. É necessário que nós sempre
2240 olhemos para frente, que sempre tenha o dinamismo e a coragem de mudar.
2241 Mudar no diálogo, na técnica e na perseverança. Sem precisar gritar e discutir.
2242 Acho que é fundamental. O Anivaldo está tomando conta disso aí há um certo
2243 tempo. Arregaçou a manga e molhou muito o pé no Velho Chico, que é uma das
2244 mais importantes, senão vou puxar sardinha já que eu sou de Maceió, me banhei

muito naquele rio e também enfrentei muita enchente ali em Penedo. Hoje vemos aquele rio tentando respirar, é pouco difícil de ver que eu não posso mais comer o peixe do rio, às vezes. Então, a minha infância eu passei na beira do rio. Minha mãe nasceu perto de Propriá que é do outro lado. Então nós temos uma história ali e essa história tem que ser revista sempre para melhora. Não para embargar possíveis atuações que são muito proeminente em defesa do Velho Chico. Muito obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Eu agradeço. Conselheiro Leonardo, por favor, com a palavra.

O SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (IMASUL) – Passar a palavra ao presidente do Paranaíba, Bento.

O SR. BENTO DE GODOY NETO (CBH Paranaíba) – Eu gostaria só de endossar aqui as palavras que já foram ditas. E realmente manifestar a solidariedade do Comitê do Paranaíba quanto a atuação no Comitê do São Francisco e de que isso seja discutido realmente na CTIL. Como o próprio Vicente disse eu acho que tem que ser discutido dentro aqui da nossa lógica, na lógica da política de recursos hídricos. E realmente não só do âmbito seco e jurídico. Mas no âmbito dos recursos hídricos e dentro dessa nossa lógica. E realmente o estreitamento entre o Conselho e os Comitês de Bacia e a nossa ponta do dia a dia nossa lá é evidente que é necessário essa aproximação e esse dinamismo que o professor Jefferson invocou aqui. Ele é inerente a natureza da nossa política de recursos hídricos. Então, fica aí a nossa solidariedade ao Comitê do São Francisco.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ONGs) – Senhor presidente e secretário do Conselho. Eu acho essas iniciativas e essa discussão muito oportuna porque ela reflete uma necessidade de reatualização de alguns normativos e postulados que contemplam e começam a ter várias interpretações demandadas pela realidade concreta que se dá. Mas em vista disso eu tirei uma seguinte conclusão, toda vez que tiver uma questão dessa o segmento faça, e aí eu sugiro ao pessoal do Comitê de Bacia fazer uma minuta já com a proposta para que quando chegar a CTIL, uma questão de encaminhamento isso, esse assunto tenha assim uma base de referência pelos membros da CTIL de discutir. Ao invés de só ficar somente na fala, que nós tenhamos por parte do próprio ator do Conselho, uma iniciativa de fazer isso por escrito e nós vamos analisar essa reformulação dos parâmetros, estatutos e normativos que nos regem. A questão, secretário, é que eu sou muito cético com essa coisa de que você ficar jogando papéis de competência das várias instituições dentro do mesmo sistema quando isso é conveniente ou não para uma coisa, para uma decisão. Isso vale para tudo,

2290 não só para essa questão. E era preciso que nós tivéssemos clareza que têm um
2291 limite, que a lei tem, a legislação chega uma hora que não dá para virar só
2292 questão de interpretação. E eu não tinha ideia de que alguém pensava que a
2293 Conjur não tem sentido que ela fala. No meu modo de entender, ela faz parte do
2294 Ministério. O Ministério faz parte do sistema. Por várias vezes a Conjur se
2295 posicionou e a própria CTIL se fundamentou nas considerações da Conjur.
2296 Coisas, inclusive que nós encaminhamos. Então eu acho que não é assim uma
2297 tática muito saudável você ficar desmerecendo um ente de ação. A própria
2298 estrutura do sistema. Porque fora disso seria interessante, e aí eu peço, dou
2299 sugestão para o secretário instituir uma assessoria jurídica específica dentro da
2300 secretária de recursos hídricos para não precisar ir para a Conjur. Mais uma
2301 assessoria jurídica, bem assim, parcial, não como outras que eu já vi ter lá. E aí
2302 nós conseguimos ter como referência um verdadeiro entendimento real da letra da
2303 lei. Não cada um interpreta do seu jeito. Porque o Conselho não tem uma
2304 assessoria jurídica no sentido certo. Deveria ter. Obrigado.

2305
2306
2307 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –**
2308 Nenhum mais conselheiro para se manifestar, então vamos definir o
2309 encaminhamento da matéria. Os senhores conselheiro que concordam com a
2310 proposta do conselheiro Vicente, de encaminhar esse assunto a deliberação da
2311 CTIL, por gentileza, manifesta-se levantando o crachá. Aqueles que forem contra,
2312 levantem o crachá. Alguma abstenção? Nenhuma abstenção. Está aprovada a
2313 proposta do conselheiro Vicente. A matéria será encaminhada a CTIL para a
2314 análise, a quem peço também, CTIL, que se debruce sobre a Resolução nº 5 para
2315 que nós possamos chegar a uma evolução que seja mais condigna com os
2316 momentos atuais. Dando seguimento. Então, vamos agora ao item 3.1,
2317 deliberação sobre a proposta de Resolução que estabelece diretrizes gerais para
2318 definição de derivações e captações de recurso hídricos superficiais e
2319 subterrâneos, lançamentos de afluentes em copos d'água e acumulação de
2320 volumes de água de pouca expressão, considerados insignificante os quais
2321 independem de outorga de direitos de recursos hídricos. Encaminhada pela
2322 Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações
2323 Reguladores, CTPOAR. Lembramos que na 35ª Reunião Ordinária do CNRH
2324 foram apresentados pareceres de pedido de vista. E o Plenário deliberou pelo
2325 retorno da matéria para a Câmara Técnica de Outorga. Que analisou as
2326 solicitações emitido o parecer técnico conclusivo 01/16. Convido o representante
2327 da CTPOAR, o senhor Luiz Henrique Pinheiro, designado para apresentação da
2328 matéria.

2329
2330
2331 **O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA (CTPOAR) -** Boa tarde a todos e
2332 todas. Na verdade, a apresentação desse tema deveria ser feita pela presidente
2333 de CTPOAR ou por algum outro representante da CTPOAR para fazer a
2334 apresentação aqui na reunião plenária. Mas como houve dificuldade desses

2335 representantes e da presidente da Câmara Técnica nesse final do ano comparecer
2336 aqui a reunião Plenária, a Secretaria Executiva solicitou que algum outro
2337 representante a ANA, nós também acompanhamos reunião da CTPOAR, fizesse
2338 uma breve apresentação para retomar alguns entendimentos da matéria e o
2339 histórico da matéria, enfim, para poder haver a deliberação aqui do Plenário. Tem
2340 uma apresentação e no fundo também tem a própria minuta de Resolução que
2341 depois, por qualquer, dúvida nós recorremos a ela para poder tirar a dúvida. De
2342 qualquer forma, a Secretaria encaminhou para todo mundo o parecer técnico nº 1
2343 de 2016, da CTPOAR, e eu acho que com essa a leitura e o entendimento do
2344 parecer pode ser que não haja tantas dúvidas para quem leu o parecer técnico.
2345 Esse é o parecer técnico que foi enviado para todo mundo. Então, eu vou fazer
2346 uma rápida apresentação da CTPOAR, que é o entendimento da CTPOAR após a
2347 reunião anterior do Conselho, onde houve dois pedidos de vista, de representante
2348 do Conselho Estadual da Paraíba, aqui presente, e também do representante da
2349 sociedade civil, aqui presente. Então, a Câmara Técnica se debruçou sobre os
2350 pareceres dessa proposta de Resolução. Aqui tem um histórico rápido. Ela
2351 começou, houve a delegação para CTPOAR no final de 2011 final. Em março de
2352 2012, a Câmara acatou o que foi pedido pelo Conselho. Começou a discutir em
2353 2012. E em 2013 concluiu a proposta de Resolução e encaminhou para a CTIL. A
2354 CTIL em 2014 fez a discussão e encaminhou para o Conselho Nacional. Em 2014,
2355 que numa reunião plenária devolveu a CTPOAR para alguns ajustes. Ainda em
2356 2014, a CTPOAR apreciou de novo a proposta de Resolução, concluiu e mandou
2357 para a CTIL em 2015. Porque tem um tempo. Por isso, que vai andando no
2358 decorrer dos anos. A CTIL fez a apreciação e em 2015 ainda, ela novamente foi
2359 colocada em pauta na 33ª Reunião Ordinária do Conselho, que novamente houve
2360 questionamento e devolveu a CTPOAR. A CTPOAR então para aparar as arestas
2361 e ter um melhor entendimento sobre o tema, convidou os representantes ou
2362 conselheiro aqui do CNRH para diretamente participar da CTPOAR, assim foi
2363 feito, para poder não haver mais dúvidas sobre o mérito de proposta da
2364 Resolução. Ainda em 2015, a Câmara Técnica concluiu novamente a proposta
2365 com ampla participação dos diferentes segmentos membro desse Conselho. Bom,
2366 então, ela voltou para o Plenário do Conselho em 2015, mas aí houve um pedido
2367 de vista, como eu mencionei do Conselho Estadual da Paraíba e também da
2368 organizações não governamentais. E na 35ª Reunião, os pareceres dos pedidos
2369 de vistas foram apreciados e a proposta foi novamente devolvida a CTPOAR.
2370 Bom, aí eu vou fazer então alguns comentários que foram deliberados na Câmara
2371 Técnica, para poder ter um entendimento da matéria aqui no Plenário. O pedido
2372 de vista do representante do Conselho da Paraíba recomendava a retirada do
2373 termo “acumulações” da proposta do Resolução. Bem, como a retirada da
2374 obrigatoriedade do cadastramento de usos de pouca expressão e isenta de
2375 outorga. Já o pedido de vista do representantes da sociedades civil. Nesse pedido
2376 de vista foi solicitada a consideração do efeito cumulativo de todos os usos
2377 insignificantes de um mesmo entendimento em um corpo hídrico e da somatória
2378 dos usos insignificante e dos sujeitos a outorga do balanço hídrico para fins de
2379 controle do comprometimento hídrico da bacia. Basicamente. Esses foram as

2380 motivações dos dois pedidos de vista. Bom, diante desses dois pareceres, a
2381 CTPOAR agora em agosto de 2016, analisou as recomendações dos pareceres
2382 desse pedido de vista, realizou ajustes, concluiu a matéria e submeteu novamente
2383 aqui ao Plenário desse Conselho. Bom, há que se destacar o que motivou a
2384 proposta de Resolução foi uma demanda dos órgãos gestores estaduais e oficinas
2385 regionais do Plano Nacional de Recursos Hídricos para aperfeiçoamento de suas
2386 normas. Então, é uma demanda essa proposta de Resolução das autoridades
2387 outorgantes estaduais, dos órgãos gestores dos Estados. Bom, eu assim, eu vou
2388 passar muito rapidamente sobre a proposta de Resolução para não se perder
2389 muito tempo, destacando algumas coisas e discutir realmente os pareceres dos
2390 dois pedidos de vista. Mas entre os considerando, ela destaca a 9433 que prevê a
2391 possibilidade de haver derivações, captações, lançamentos e acumulações
2392 consideradas insignificante que independem de outorgas. É também, no normativo
2393 da própria lei artigo 38, define a competência de quem deve definir critérios
2394 específicos de uso significantes e igualmente também na Resolução 16, que é
2395 uma Resolução que define diretrizes gerais para outorgas. Também há um
2396 regramento sobre e uma informação complementar sobre a competência de quem
2397 deve definir os critérios específicos para os usos insignificantes. Bom, uma coisa
2398 importante sobre a relação ao parecer da Paraíba, do pedido de vista, é que a
2399 Câmara Técnica acatou a dúvida que havia se havia interferência dessa proposta
2400 de Resolução com a Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens. Então
2401 foi retirado a menção a Política Nacional de Segurança de Barragens para que
2402 não houvesse dúvidas ou confusões sobre esses dois normativo. Uma vez que
2403 essa proposta de Resolução não está vinculada a Política Nacional de Segurança
2404 de Barragem. Outra coisa é, no entanto, a Câmara Técnica fez questão de
2405 ressaltar que uma possível classificação de uma acumulação como insignificante
2406 não desobriga algum empreendedor de atender ao disposto da referida Lei que é
2407 da Política Nacional de Segurança de Barragens. É só um destaque, a Câmara
2408 Técnica. Bom, em relação a sociedade civil, em caso de haver usos
2409 insignificantes, que é uma demanda da sociedade civil, nas regiões de influência
2410 de grandes empreendimentos potencialmente impactantes dos recurso hídricos, a
2411 demanda da sociedade é que caberia ao poder público promover e apoio
2412 tecnicamente o cadastramento das derivações, captações, lançamentos e
2413 acumulações de pouca expressão consideradas insignificantes. Ou seja, a
2414 demanda é que responsabilidade fosse do poder público, da autoridade
2415 outorgante que cadastrasse todos os usos considerados insignificantes em bacias
2416 ou trechos de corpos hídricos que houvesse interferência sobre os mesmos. Bom,
2417 a CTPOAR concluiu que a competência do poder público para cadastrar ou
2418 mesmo para emitir outorga sem solicitação do usuário, ou seja, de forma
2419 impositiva, não deve ser matéria disciplinada por norma do Conselho Nacional de
2420 Recurso Hídricos. Para isso, quem leu o parecer técnico vai observar que se
2421 baseou algumas experiências do Estado onde a deliberação foi essa, não dá, para
2422 o ponto de vista do Sistema Nacional, disciplinar essa matéria. Bom, muito
2423 rapidamente sobre as características da proposta de Resolução, ela define
2424 competências que são do Comitê que propõe ao respectivo Conselho de Recurso

Hídricos. Em caso de inexistência ou ausência de proposta do Comitê, a autoridade outorgante propõe isso de forma provisória até que o Comitê comeu o faça. Essa proposta de Resolução, às vezes assume caráter um pouco educativo e orientativo para os sistemas estaduais de recursos hídricos. Como por exemplo, considerações sobre a realidade hidrológica de toda a bacia. Isso aqui é uma inovação, a possibilidade de adoção de percentuais da disponibilidade hídrica como limites individuais e coletivos para vazões e acumulações de pouca expressão consideradas Insignificantes. Particularmente, a Agência Nacional da Águas já fez isso. Ou seja, ao invés de focar um número absoluto como critério específico de uso insignificante você relativiza isso e refere-se ao percentual da disponibilidade hídrica para poder definir um critério específico de uso insignificante. Por exemplo, alguns trechos de determinados corpos hídricos, a ANA define que 0,01% da disponibilidade hídrica é quem determina o critério específico de uma captação insignificante. Também há considerações sobre lançamentos em termos de carga, não em termos de concentrações, de nutrientes em corpo hídricos sujeitos a hidrofilização ou hidrolisados. Também há consideração sobre o somatório de todas as vazões e acumulações de um mesmo empreendimento, em um mesmo corpo hídrico para aplicação dos critérios específicos. Isso aqui basicamente também é importante para o pedido de vista da sociedade civil ou fazer um pedido, relativiza o tema, isso já está contemplado na proposta de Resolução hora em análise. Consideração sobre limite percentual de comprometimento referente a todos os usos outorgáveis e que independem de outorga é outra demanda da sociedade civil, que também já está contemplado nessa proposta de Resolução. E aquilo que nós chamamos de balanço hídrico, ele deve contemplar todos os usos outorgados e também os usos que independem de outorga para ser um balanço hídrico mais completo. Considerando que a depender da realidade da bacia, pode ser que você tenha usos de pouca expressão que tenha alcançado o percentual de comprometimento coletivo que passa a ser significativo. É muito importante que ele integre o balanço hídrico. Isso foi uma demanda da sociedade civil que já estava contemplada nessa proposta de Resolução. Outra consideração sobre a proposta de Resolução é a consideração de corpos hídricos como definido como críticos, tanto quanto a demanda ou disponibilidade hídrica. A consideração sobre usos de recursos hídricos de curta duração, outra coisa que inova, embora algumas autoridades outorgantes já trabalhem nesse sentido. Você avaliar um pedido de outorga que duraria dois, seis meses e não precisaria passar por todo um procedimento burocrático, no bom sentido, para emitir autorização que seria a outorga, você pode simplificar isso através de uma declaração que seria o caso do uso isento de outorga. Bom, outro ponto que foi colocado no parecer do Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba é em relação a necessidade de cadastramento de todos os usos de pouca expressão. A primeira coisa a pontuar que esse regramento hoje ele já existe, ele está posto no art. 21 da Resolução 16 que, como eu falei, é a Resolução que trata das diretrizes gerais para outorga em todo o País. Hoje, já há uma obrigatoriedade de cadastramento de todos os usos, os sujeitos a outorga e aqueles que independem de outorga. Bom, como houve um pedido de vista sobre o tema, o

2470 que houve de contribuição em relação a esse assunto é que procurou-se sinalizar
2471 na proposta de Resolução que esse cadastramento dá se há como propósito de
2472 promover a regularização dos usos, dando uma consequência prática ao cadastro.
2473 Não se vai cadastrar só por cadastrar. Vai se cadastrar para dar uma
2474 consequência prática que a regularização de usuários de recursos hídricos e
2475 consequentemente a entrada desse usuário ou desse uso no balanço hídrico de
2476 toda a bacia. Ainda em relação ao tema, abre-se a possibilidade também desse
2477 cadastro ser obtido por métodos indiretos como imagem e satélite, cadastro de
2478 consumo de energia elétrica e outras coisas. É o que a Agência Nacional de
2479 Águas vem fazendo, vem amadurecendo nesse sentido, uma forma de buscar
2480 dados de outros setores como, por exemplo, dados do cadastro do setor elétrico e
2481 imagem de satélite. E a partir desses métodos transformar isso em cadastro de
2482 usuário de recursos hídricos. Isso vem ajudar bastante a consolidação desses
2483 cadastros e a própria regulação dos usos de recursos hídricos dentro de uma
2484 bacia ou de trecho ou mesmo de um corpo hídrico. Bom, a aplicação das normas,
2485 outra característica da proposta de Resolução. Isso é mais uma coisa um tanto
2486 quanto redundante, mas somente para lembrar, já que houve dúvidas em relação
2487 a isso, que todo e qualquer uso de recursos hídricos mesmo os isentos ente de
2488 outorga estão sujeitos a fiscalização, isso está posta na 9433, e que também os
2489 usos isentos de outorga não estão sujeitos a cobrança pelo uso dos recursos
2490 hídricos. Bom, a conclusão feita pelo parecer técnico da CTPOAR é de que ela é a
2491 favor, a Câmara Técnica, da manutenção do termo acumulações como
2492 possibilidade de interferência insignificante sem prejuízo para a Política Nacional
2493 de Segurança de Barragem. Fica a critério de cada Comitê ou autoridade
2494 outorgante estadual definir um critério específico para que determinada
2495 acumulação seja insignificante ou significativa sujeito a outorga. Outra coisa, a
2496 Câmara Técnica foi favorável pela manutenção do cadastramento de pouca
2497 expressão, de acordo com a Resolução 16, como eu falei, com a possibilidade de
2498 utilização de métodos indiretos. E eu também mencionei que a ANA vem
2499 trabalhando muito nesse sentido de aperfeiçoamento do cadastro utilizando outros
2500 métodos indiretos. As solicitações de representantes da sociedade civil já estão
2501 contempladas nos art. 6º e 7º dessa proposta de Resolução. E a competência do
2502 poder público, segundo a Câmara Técnica, para emitir a outorga ou cadastro de
2503 usos de recursos hídricos sem a solicitação do usuário, ou seja, de forma
2504 impositiva, não deve ser matéria disciplinada em norma desse Conselho Nacional
2505 de Recurso Hídricos. Finalmente, a aprovação dessa proposta de Resolução
2506 atenderia a uma demanda dos próprios órgão gestores estaduais de recursos
2507 hídricos. Propiciam o aprimoramento de normativos existentes nesses órgãos
2508 estaduais de recursos hídricos que integram a CTPOAR, é a demanda deles, e
2509 que promoveriam a regularização desburocratizadas de usuários de recursos
2510 hídricos que independem de outorga. Porque é o que acontece com a ANA, eles
2511 perdem a outorga através de uma análise expedita, vê que ele se enquadra em
2512 uso que independente de outorga, o processo é desburocratizado e usuário é
2513 regularizado com ganho para todo o Sistema Nacional de Gerenciamento de

Recursos Hídricos. Então, essa é a mensagem da Câmara Técnica de procedimento de outorga e ações regulatórias. Agradeço a atenção e obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Ok. Muito obrigado. Em discussão a matéria. Senhores conselheiros que desejam se manifestar. Pois não, conselheiro.

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PB) – Sr. presidente, senhor secretário e senhores conselheiros. Eu entrei na discussão dessa matéria como São Pedro entrou no Credo. Peguei a pauta e vi que havia uma proposta de Resolução. Me parece que de Comissão Técnica para disciplinar os usos de pouca expressão e os usos insignificante. E ao fazer a leitura percebi que estavam querendo aplicar a Lei de Segurança de Barragens. As acumulações insignificantes. Isso me deixou meio apavorado e não tinha outro caminho a não ser pedir vista, e esse Plenário concedeu à vista. E eu vou explicar porque. A Lei de Segurança de Barragem estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragem, isso no art. 1º do parágrafo único, diz: “esta Lei aplica-se a barragens destinada a acumulação de água para quaisquer uso. A disposição final ou temporária de rejeitos e a acumulação de resíduos industriais que apresente, pelo menos uma das seguintes características: altura do maciço, contada do ponto mais baixo da fundação à crista, maior ou igual a quinze metros”. Portanto, não dá para falar em uso de pouca expressão quando se trata de um instrumento de acumulação de água que tem um talude de 15 metros de altura. “II – capacidade total do reservatório maior ou igual a três milhões de metros cúbicos; III – reservatório que contenha resíduos perigosos conforme normas técnicas aplicáveis; IV – categoria de dano potencial associado, médio ou alto, em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perda de vidas humanas, conforme definido no art. 6º”. Essa edição é secundária. Então, como eu sou do Nordeste. Lá nós fazemos barreiros, ‘açude’, que nem passa perto de projetos. Porque o homem faz o que pode para barrar as águas e matar a sua sede e a sede dos seus animais. Aí nós aprovamos aqui uma Resolução mandando aplicar as regras de segurança de barragem para usos insignificante, isso é mais do que temerário. Aí eu entrei nessa história. Apresentamos um substitutivo. E qual é a ideia fundamental? A Lei 9433, em seu art. 12, trata dos usos sujeitos a outorga, mas não se descuida dos casos. Ela pega o § 1º e diz: “independe de outorga pelo poder público conforme definido em regulamento”. Na Paraíba tem um regulamento, Paraíba, Pernambuco, Ceará, devem fazer a mesma coisa. Porque são os Estados do Brasil, os quatro juntos que detém apenas 0,5% das águas do Brasil. A Amazônia que tem 68 a 70 não precisa estar se preocupando com esse negócio porque a água está sobrando lá e está mandando rio a baixo. Então, independente de, digamos assim, do poder público conforme o inciso I. “O uso de recursos hídricos para satisfação das necessidades de pequenos núcleos proporcionais distribuídos nos meios rurais”. Para cumprir isso aqui, nós

2559 conseguimos, Paraíba foi o primeiro Estado do Brasil a se meter nesse negócio de
2560 uso de pouca expressão, uso insignificante. Nós fizemos uma Resolução com a
2561 ANA para cadastrar carros pipas. Para quê? Não, esse cara. Paraíba está
2562 preocupado com o consumo de carro pipa, seis metros cúbicos, oito ou dez. Nós
2563 estávamos querendo saber onde eles estavam tirando, se aquela água tem
2564 alguma qualidade e mais do que isso, estava fazendo objetivo do Conselho
2565 Nacional de Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente que é garantir o
2566 direito de acesso do cidadão a água. Porque quando nós cadastramos nós
2567 autorizamos que entre na propriedade do município, na propriedade do Estado ou
2568 até na propriedade do particular. Porque a água é um bem ou da União ou um
2569 bem dos Estados membros de Federação Brasileira. Então, por isso que nós
2570 fizemos isso. Então, a aqui diz: “independente de outorga: as derivações,
2571 captações e lançamentos considerados insignificantes”. E veja que isso está
2572 separado na Lei. Tem o inciso III que diz: “independem de outorga as
2573 acumulações de volume considerados insignificantes”. Então se as acumulações
2574 de volumes insignificantes não dependem sequer de outorgas por que nós
2575 estamos agora fazendo uma resolução aqui e estamos nos preocupando essa
2576 questão? Por que em um País tão diferente como o Brasil, onde na Amazônia eu
2577 disse que sobra água, Centro-Oeste sobra água, e no Sul sobra a água, o Sudeste
2578 e no Nordeste brasileiro falta água, nós estamos preocupados com isso?
2579 Sobretudo, no lugar onde as pessoas fazem um barreiro. E todo ano eles fazem,
2580 companheiro, porque seca em três, quatro meses. Eles fazem a limpeza do
2581 barreiro e o baixo sai aumentando um pouquinho. Eu estou falando isso porque eu
2582 sou do mato, eu sou filho de Cabeceira. Cabeceira é município que dizem que
2583 menos chove no Brasil. É provável que eu saiba o que é seca, falta d'água.
2584 Portanto, companheiro, nós pegamos esse projeto de Resolução que me parece
2585 gestado numa Comissão Técnica, eu gostaria muito de ver os projetos gestados
2586 pela mão dos conselheiros. Pelo mão do Conselho, como entidade e instituição.
2587 Porque esse sim. Nós estamos aqui porque nós temos alguma legitimidade.
2588 Ninguém veio aqui porque Jesus Cristo mandou. Qualquer conselheiro veio aqui
2589 porque representa uma instituição e quem representa tem legitimidade para
2590 propor, para formular. Então, eu estou colocando isso porque eu estou aos poucos
2591 descobrindo os caminhos das pedras, isso descobrindo como funciona esse
2592 Conselho, como funciona as Comissões Técnicas e eu tive o cuidado de me
2593 inscrever em três Comissões Técnicas. E o Dr. Sérgio, o Dr. presidente da mesa,
2594 às vezes preocupado. As comissões em certo momento querem ser mais, querem
2595 determinar o que esse órgão tem que fazer. Suas comissões precisam apreender
2596 que soberano está aqui na minha frente. Eu estou olhando para o soberano sobre
2597 os recursos hídricos no Brasil. É esse o órgão soberano. Comissão Técnica, me
2598 parece que tem que auxiliar, tem que fundamentar, tem que dar o discurso
2599 necessário suficiente para que eu defenda com propriedade aqui. Eu fico triste
2600 quando nós viemos para reunião que os conselheiros não participam dessa tal de
2601 Comissão Técnica. Isso aqui é o parlamento das águas, Dr. Qual é o parlamento,
2602 se é por simetria que esse aqui é o parlamento que tem lá, seja no município ou
2603 no Estado, ou na Federação. Se os conselheiros todos participassem das reuniões

das comissões das reuniões, eles chegariam aqui mais respaldados. Porque todo mundo aqui é ocupado demais. Eu já percebi esse negócio. Todo mundo aqui vem na marra para esse negócio, sabe por que? Tem boa vontade, tem espírito público, mas têm trabalho demais a fazer. E nós não temos tempo de ler, por isso que às vezes a discussão aqui fica meio capenga, meio precária. A verdade me parece que é essa. Se eu estiver errado, meta o pau para me corrigir e não cometer novamente essa besteira. Por isso que eu propus retirar aquilo que está no chamado inciso III do § 1º do art. 12: “estão sujeitos a outorga”, e o parágrafo diz: “independem de outorga”. Essa história de tratarmos essa Resolução de acumulações de pouca expressão. Nós tratamos de retiradas, de derivações, de lançamentos de afluentes e deixar vocês. Foi isso que eu propus. E propus também retirar o tal do artigo que mandava aplicar a Lei de Segurança de Barragem. Ainda bem que a Comissão teve a sensibilidade. Não sei se foi a Mérito ou a de Legalidade. Me parece que a CTIL foi a Comissão de legalidade das coisas. Tiraram do art. 12, desse negócio. Não é isso, Luiz? 12 ou 13, era mais ou menos isso. Retiraram e reconheceram. Agora eu gostaria de que essas fossem aprovadas, mas se possível retirar essa expressão acumulação, e deixasse esse tema para depois. Nós nos referimos, o senhor também e o relatório, a Resolução 16, que trata mais ou menos dessa matéria. Nós sugerimos que deixasse para a quando ela tivesse que ser revisada, não é isso Dr. Rodrigo, que nós tratávamos dessas acumulações. Não precisava disso. Porque agora claro, se o Plenário, isso não tem problema, eu não tenho nenhuma dificuldade de concordar com tudo que está aqui, mas não posso perder a oportunidade de dizer o que eu estou enxergando e percebendo. Quase tudo, com exceção das inovações introduzidas, está ou na lei 9433 ou nas Resoluções da ANA. Porque a ANA tem Resolução que trata timidamente, me permita dizer, Dr. Rodrigo, de conceituar o que é uso de pouca expressão e o que é uso insignificante. Nós estamos tratando de uso de pouca expressão e insignificante, mas nós não conceituamos a questão. Então, nós vamos deixar qualquer pessoa lá no interior da Paraíba, do Pernambuco e do Ceará, qualquer pessoa do Brasil com as mesmas dúvidas na sua cabeça. Com as mesmas confusões. Por isso, que eu proponho, me acosto ao relatório pedindo que, se for possível, se destaque essas expressões acumulações, para que nós votarmos favorável ao restante do relatório da Comissão Técnica. Nós teremos que rever a Resolução 16, nós tratássemos, digamos assim, das tais acumulações. Por isso, eu agradeço a atenção dos senhores. Não vou me preocupar em relatar, em falar do relatório. Porque o relatório se refere a um substitutivo que eu apresentei, retirando de artigo por artigo uma ou outra expressão do primeiro ao último artigo ele se refere a apenas e tão somente uma simples sem botar argumentos respeitáveis. Está aqui, eu vou ler para os senhores. Eu vou ler para os senhores aqui que eu estou procurando aqui o texto.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Eu só peço para observar o tempo, por gentileza.

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PB) – Eu vou finalizar agora, presidente. Não gasto mais de 30 segundos. “Em relação as considerações mencionadas no parecer do pedido de vista do representante da Paraíba, a atual proposta de Resolução não está vinculada a Lei tal”. Eu não falei disso. Eu disse que ela estava puxando um artigo para dentro de si. A Lei 12.334 que a Lei de Segurança de Barragem, que institui a política tal. “No entanto, ressalta-se que uma possível classificação de uma acumulação como insignificante não desobriga o empreendedor de entender as disposições dessa Lei”. Também não disse, aliás, eu tive o cuidado de repetir um artigo em respeito ao trabalho que tinha sido feito que aplicasse a Lei 9.433 do relativo a fiscalização, mesma assim aos usos de pouca expressão. Por que? Quem cadastra carro pipa quer organizar a bagunça. E nós na Paraíba fazemos isso. Presidente, muito obrigado, se for possível votar a proposta destacando-se até e tão somente a expressão acumulação e votar separado, ótimo, se não for, ainda assim vou votar no todo.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Obrigado, conselheiro. Não havendo mais nenhum orador inscrito nós vamos definir o encaminhamento. Houve uma sugestão de alteração na proposta. Então, eu gostaria de submeter a votação a sugestão de alteração proposta pelo conselheiro João Fernandez. Os senhores conselheiros que aprovam, por gentileza, levantem o crachá. A proposta do conselheiro João Fernandez é retirar aquele termo de acumulações. Questão de ordem. Conselheira Jussara.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (Organizações Técnicas) – Só uma questão de ordem. Eu queria entender exatamente o que nós estamos votando. Porque uma coisa é votar a Resolução como ela está, outra coisa é retirar por enquanto esse termo, aprovar sem o termo e dois votar se achamos bom ou não. É isso que foi proposto? Ou só retirar?

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Houve uma sugestão de alteração da Resolução. Proposta pelo conselheiro Fernandes. Eu estou submetendo ao Plenário, se o Plenário concordar. *(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis)*. Destaca isso.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (Organizações Técnicas) – E depois nós discutimos a questão da proposta. OK.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Perfeito. Ok. Então, vamos voltar aqui atrás. Os senhores conselheiros que aprovam a presente Resolução, por favor, gentileza levantem o crachá. Os contrários, por gentileza. Dois votos contra. Alguma abstenção? Duas abstenções. Então, está aprovada a Resolução. Agora, o destaque proposto pelo conselheiro João Fernandes de retirar a expressão. Você coloca ali na tela? Tem alguém que queira discutir? Conselheira Jussara.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (Organizações Técnicas) – Eu gostaria de fazer só uma reflexão. Porque eu tenho entendimento o seguinte, o que a Resolução coloca, na verdade, é uma diretriz. Quer dizer, você pode ou não considerar pequenas acumulações como insignificantes. Então, cada local, cada bacia, cada Estado, vai definir se considera ou não. Então, no meu entender, com o texto original que estava proposto, é possível todos os Estados que têm essa dificuldade, essa carência de água e, eu entendo e concordo 100% com o conselheiro, da importância disso para esses Estados, integralmente e 100%, é lá não define como insignificante nenhuma acumulação. A Resolução pode ser ou não. Que é uma realidade muito diferente de outros Estados. No meu Estado, nós temos mais de cinco mil barragens. E nós temos um outro tanto, que nós nem sabemos por aquele trabalho que foi realizado pela lá do Ceará, dos espelhos d'água que não estão nesses levantamentos, que são pequenos barramentos que é para entender abastecimento de criação de gado ou pequenas lavouras. Então, existem outros milhares de pequenos barramentos que eles realmente não influenciam muito na quantidade de água que nós temos, é outra realidade. Então, porque não deixar essa possibilidade para os Estados que podem definir algum tamanho de armazenamento de água como insignificante. Eu não vejo isso como um problema para os Estados que não vão definir isso como insignificante. E eu acho mesmo. A realidade desses Estados que passam, nordestinos, que têm esse problema, eu entendo perfeitamente, não é possível definir uma acumulação como insignificante dada a gravidade da questão da realidade deles. Mas em outros locais não. Então, na minha visão, realmente a Resolução não impõe que você defina alguma acumulação como insignificante. Na minha opinião, o meu voto é por permanecer como está e como veio para o Conselho.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Mais algum conselheiro queria discutir o destaque.

O SR. IVO MELLO (IRGA) – Eu queria concordar com a professora Jussara exatamente no sentido de que isso tenha, vamos dizer assim, nós possamos fazer essa análise e ela fica aberta para fazer essa análise localmente, regionalmente, como a cada situação desse Brasil enorme e continente que nós temos em relação, inclusive a isso de disponibilidade de água e a possibilidade de gestão de

2738 água dentro do que nós estamos propondo. Eu queria me ajudar a ela nessa
2739 argumentação.

2740
2741
2742 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH)** – Eu
2743 agradeço ao conselheiro. Não havendo mais nenhum inscrito, vamos colocar em
2744 votação. Aqueles conselheiros que aprovam o destaque apresentado pelo
2745 conselheiro João Fernandes, levante o crachá. Dois votos. Aqueles contrários?
2746 Alguma abstenção? Três abstenções. Então, está rejeitado o destaque
2747 apresentado pelo conselheiro João Fernandes, e mantido a Resolução proposta.
2748 Item 3.2, deliberação sobre a proposta de Resolução que altera o percentual de
2749 repasses referentes a cobrança pelas águas transposta pela de bacia do Rio
2750 Paraíba do Sul para a bacia do Rio Guandu. Matéria encaminhada pela Câmara
2751 Técnica de Cobrança, CTCOB. Trata-se de solicitação do Comitê da Bacia
2752 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, deliberação CEIVAP 233/16, que foi analisada
2753 pela CTCOB e pela CTIL. Eu convido a representante da CEIVAP, Maria
2754 Aparecida Vargas para apresentação da matéria.

2755
2756
2757 **A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (CEIVAP)** – Boa
2758 tarde, senhores conselheiros. Aqui nesse Conselho representante do Setor de
2759 Hidroeletricidade, membro da diretora do CEIVAP. Eu vou fazer um breve histórico
2760 para vocês do que é essa cobrança da transposição do Paraíba do Sul e o que
2761 nos traz hoje aqui com esse pedido da revisão da cobrança. Nós por outra coisa
2762 ocasião da aprovação da cobrança pelo uso da água na bacia do Paraíba do Sul
2763 dentre todos os usos, um deles era a transposição. Estávamos em meio a
2764 discussão de como faríamos essa questão da cobrança da transposição. Quando
2765 saiu a Lei de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro. E nessa Lei
2766 determinava que 15% dos valores arrecadados na bacia do Rio Guandu deveria
2767 ser aplicados na bacia do Paraíba do Sul. E o que nós discutimos na ocasião, no
2768 âmbito do CEIVAP, é que uma deliberação do Comitê jamais poderia ser superior
2769 a um legislação do Estado. Por mais que nós deliberássemos alguma coisa no
2770 âmbito do CEIVAP, o Guandu não ia poder ferir uma legislação estadual no
2771 Estadão a qual ele pertencesse. Então, nós resolvemos que temporariamente nós
2772 acompanháramos o que a Lei do Estado do Rio estava propondo, e definimos
2773 como valor de cobrança pelo uso da transposição. Repetimos o artigo da Lei do
2774 Estado do Rio que era os 15% dos valores arrecadados na bacia do Guandu para
2775 o Paraíba do Sul. E demos um prazo a nós mesmos de dois anos e trouxemos
2776 esse prazo para o Conselho Nacional para que nós conseguíssemos tentar
2777 articular junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e ao Guandu uma nova
2778 forma e o encaminhamento que nós pudemos avançar mais nessa questão. Não
2779 conseguimos em dois anos. Isso vai para mais de dez. Mas conseguimos em seis
2780 anos. E nós conseguimos, por ocasião da Lei de Cobrança do Estado do Rio de
2781 Janeiro, ela fez uma alteração nesse artigo e colocou: “até que os Comitês se
2782 articulem e entrem em um acordo”. Então, a partir desse momento ele abriu um

2783 precedente para que os comitês pudessem discutir essa questão. E em um acordo
2784 entre os dois Comitês nós poderíamos mudar esse valor dos 15%. Pedimos novo
2785 prazo ao Conselho Nacional de Recurso Hídricos e nós viemos discutindo isso há
2786 um bom tempo no âmbito do CEIVAP e do Comitê Guandu. Criamos uma
2787 Comissão especial com membros dos órgãos gestores estaduais dos três
2788 Estados, da ANA, do CEIVAP e do Guandu. E nós vamos discutindo. E tivemos
2789 uma proposta inicial que foi apresentada pelo próprio CEIVAP que seria um
2790 aumento escalonado que nós passaríamos nos próximos quatro anos de 15¢ para
2791 20%, 25% até chegar a 40% de aumento. Essa foi a proposta inicial que foi
2792 apresentada pelo CEIVAP para Guandu. Foi levado para Guandu. E nós tivemos
2793 uma contra proposta do Guandu, onde ele se comprometeu a aumentar o seu
2794 PPU, ele já estava discutindo, eles já estavam aumentando a cobrança, aumentar o
2795 seu PPU em 100%. E ele aumentava essa percentagem de 15% para 20%. A
2796 arrecadação hoje. E antes disso nós tínhamos ainda, além de toda essa questão,
2797 nós tínhamos a dificuldade de como garantir o repasse dessa arrecadação do
2798 Guandu para o CEIVAP. Uma vez que você tinha uma transposição totalmente
2799 distinta de qualquer uma outra existente. Você não tem um único usuário. Você
2800 tem água que é transposta por uma bacia, que ela estadualiza, e você cobra de
2801 vários usuários. Ela vem de um órgão estadual. Como que esse órgão estadual
2802 repassa esse recurso? Depois que nós conseguimos, que GVAP passasse a ser a
2803 Agência de Bacia dos Comitês Afluentes Estaduais, foi onde nós conseguimos
2804 viabilizar. Essa arrecadação já estava sendo feito há quatro anos, estava dentro
2805 de uma conta específica no INEA, e nós não conseguimos a viabilizar a
2806 transferência desse recurso CEIVAP poder utilizar. Conseguimos resolver também
2807 essa questão e nós ficamos somente nessa questão da discussão do que seria
2808 essa metodologia de cobrança. E o que nós percebemos é que não existe uma
2809 metodologia de cobrança na transposição do Guandu, o que existe é pacto que a
2810 própria Lei do Estado do Rio colocou, até que os comitês se articulem e cheguem
2811 em um acordo. Nós temos um uso diferenciado que nós percebemos que se não
2812 houver esse pacto, não houver esse acordo nós não temos nem como obrigar o
2813 outro Comitê que é estadual a fazer esse pagamento. Então, não passa de um
2814 pacto, é uma coisa que devemos nos debruçar que eu acho até interessante, nós
2815 estamos nos debruçando no âmbito do Conselho. Mas ele é um pacto e não uma
2816 metodologia de cobrança. E com base nisso veio essa contra proposta do Guandu
2817 onde fez a proposta de aumentar seu PPU em 100% e ainda aumentar de 15%
2818 para 20%. A arrecadação do PPU anterior do Guandu com os 15% era em torno
2819 do 2,3 milhões por ano. Se nós formos colocarmos 40% que é o último ano nós
2820 vamos ter mais 600 mil. Nós chegaríamos a mais ou menos três milhões e pouco
2821 para acompanhar a proposta que o CEIVAP fez. Com a proposta do Guandu,
2822 aumentando o PPU em 100% nós já passaríamos, mesmo com os 15% de 2,3
2823 milhões para 4,6. Aumentando mais 5% nós estaríamos garantindo uma
2824 arrecadação de seis milhões. Então, o que nós tentamos mostrar no âmbito do
2825 CEIVAP é que não era uma questão de que eu estou aumentando
2826 proporcionalidade, mas eu estou aumentando valores, eu estou garantindo um
2827 aumento de valor, e muito maior do que nós tínhamos proposto inicialmente. E foi

isso que nós acabamos. Foi uma discussão longa, difícil. E por incrível que pareça teve uma discussão muito maior no âmbito da Câmara Técnica de Cobrança do próprio CEIVAP, por um próprio representante do próprio Comitê, isso faz parte, mas nós sabemos que é assim, mas nós conseguimos chegar a um consenso, apresentamos essa proposta. A proposta era para 2017. O Guandu já aumentou, já iniciou a cobrança. Está desde outubro cobrando. E nós já temos essa oportunidade de estar desde outubro com esse valor a mais sendo validade e que nós estamos aguardando a aprovação pelo Conselho Nacional dessa nossa proposta de aumento nos moldes do que ficou acordado com esse pacto. Quando nós levamos essa proposta para a CTIL, isso foi aprovado na CTCOB e deixou para a CTIL se manifestar. A CTIL apresentou uma complementação da nossa proposta, até por entender, me corrija Júlio e Livia, nós estamos aqui com os presidentes tanto da CTCOB quanto da CTIL. Até por entender que realmente essa é uma cobrança diferenciada que isso é um pacto que acontece na bacia. Que esse tema não deve nem mais ter que retornar ao CNRH, acho que foi uma proposta que vocês fizeram até de complementação na minuta de Resolução. E que sim, fique a cargo desse pacto que aconteça entre esses dois comitês e sempre que houver esse pacto, que houver alguma alteração, vocês estão propondo até a não obrigatoriedade de nós termos que vir ao CNRH para estar fazendo essa proposta, visto fugir a essa competência porque nós temos legislações estaduais que obrigam o Comitê Estadual a tentar agir conforme a sua Lei Estadual. É um exercício muito interessante no âmbito da bacia. Nós aprendemos mais do que nunca porque a cobrança no Paraíba do Sul sempre foi um pacto. Patrícia como ninguém sabe o tanto. Júlio Tadeu e também participou, sabe o tanto que nós pactuamos e o avanço que foi. Nós não apresentamos uma cobrança que não fosse consensada entre os usuários, que são os pagadores. Nós só saímos com a nossa cobrança aprovada quando todos os usuários voltaram para casa e fizeram as suas contas, inseriram isso dentro do seu processo. É viável, desse jeito dá. O CEVAIP só fez essa cobrança dessa forma. E nós ficamos com essa lacuna que é uma cobrança diferenciada e que nós também vimos tentando mostrar como é importante a discussão no âmbito de um Comitê de Bacia. Se alguém tiver alguma dúvida. Eu quis colocar mesmo aqui justamente a importância dessa pactuação e dessa discussão de dois Comitês, um de domínio da União e outro de domínio do Estado que segue legislações diferentes. E que nós viemos conseguindo estar adequando e pelo o que estamos caminhando com benefícios tanto para um Comitê quanto para o outro. O Guandu porque pega dois terços do Paraíba de Sul. Benefício melhor acho que não é precisa. E o CEIVAP porque está conseguindo aumentar de uma forma expressiva a sua arrecadação com a ajuda do Guandu ao aumentar o seu PPU e aumentar mais 5% e propor para nós 20%. Mas que em termos numéricos nós dobramos de três milhões e pouco para seis milhões.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –
Obrigado. Em discussão a matéria. Concedo a palavra ao conselheiro Jeferson,
lembrando que dispõe de três minutos para se manifestar.

O SR. JEFERSON OLIVEIRA (OTEPS - Unesp) – Jefferson, representante das
OTEPS. Uma dúvida que eu estava aqui. Por que esse pacto e não equação?
Porque já faz um certo tempo que a retirada desses dois terços, numa época de
crise, como se deu recentemente no Estado de São Paulo, uma crise que teve
passada a esfera para área judiciária. E assim também, porque você tira 60%
dessa água do Paraíba do Sul e leva para o Guandu, abastece. Por que o Guandu
está fazendo em relação a suas perdas? Dentro do que você pegam de água.
Porque nós sabemos que o Rio de Janeiro, pelo menos isso foi divulgado recente
na grande imprensa, está com um dos consumos maiores de água por habitante
dia.

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (CEIVAP) – São
Paulo é maior. Nós acabamos de aprovar uma transposição no Paraíba do Sul
para poder beneficiar a região metropolitana de São Paulo, com água do Paraíba.

O SR. JEFERSON OLIVEIRA (OTEPS - Unesp) – Mas as perdas estão altas
também lá. Então vocês tem. Eu queria saber realmente uma informação, acho
que a Resolução está muito boa e muito bem encaminhada. Porém, eu queria
saber o seguinte, o que dentro do Comitê do Guandu vocês fazem para
minimização de perdas dentro dos municípios. Só concluindo para já você dá a
replica. Em relação também a esses custos de água, se há uma tendência ou uma
possível dinâmica para se mudar. Porque pactos são feitos por pessoas com a
mesma noção, mas as pessoas mudam, os atores mudam, as demandas mudam.
Talvez tenha uma coisa mais substancial para futuro. Então, eu queria somente
entender o processo para voltar com um certo entendimento mais coeso. Muito
obrigado.

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (CEIVAP) – É uma
luta nossa não só no Guandu, é da bacia como um todo, principalmente depois
que nós passamos por essa crise hídrica que nós passamos no CEIVAP e
consequimos passar por essa crise sem desbastecer nenhum município. Nós
fizemos reuniões semanais. Eu costumo dizer que nós dividíamos água conta a
gota com todos os usuários sentando, postos à mesa, junto com os municípios.
Nós sentávamos e discutíamos gota a gota. Então, não tivemos desabastecimento
de nenhum município nesses dois anos. É claro que teve que ferir a carne alguns
usuários industriais, setor elétrico em especial. Mas ninguém ficou sem alguma
parte de água. Eu acho que te respondi em relação a perda. E dentro do plano,

nós estamos em um processo de revisão do nosso plano de bacia. E dentro do plano de bacia, nós estamos, um dos capítulos é essa questão de perda de água, nós temos nos debruçado sobre isso. Inclusive vendo onde se tem maior perda. Durante esse período dessa escassez quando nós discutimos nós tivemos 18 ações emergenciais. Nessas ações emergenciais, inclusive tinha justamente para poder diminuir perda, não esperando que às vezes a companhia de abastecimento tomasse a iniciativa. Partiu de iniciativa de recurso do próprio Comitê investindo recursos também para poder diminuir essa perda. Nós temos feito esse tipo de coisa. Então, nós temos atuado na medida em que podemos e que o recurso dê, porque é um recurso alto e caro para nós trabalharmos saneamento e diminuir perda. Em respeito a pacto, quando eu falo do pacto é acima dos 15%. Porque o 15 já está na Lei. Menos de 15 nunca vai ser. Mesmo que mudem as pessoas você tem uma lei que os 15% estão garantidos. Ele é 15 ou qualquer acordo que se fizer. Não acredito que seria um acordo para menos. Não me passa pela cabeça que nenhum gestor. E nós temos órgãos gestores, a própria União que não vai permitir uma coisa dessa. E a outra questão é quando eu falo que uma cobrança muito diferenciada. Quando nós falamos da cobrança. Eu vou dar um exemplo que é mais fácil, que é a cobrança do Cantareira. Cobrança do Cantareira tem uma outorga de água que tem um usuário específico, que você emite um boleto para aquele usuário. Na cobrança do Paraíba do Sul você tem uma transposição de água que são vários usuários e que antes disso você cobra por essa água. Você tem a cobrança do setor hidrelétrico. Que poderia até chegar, mas isso é bitributação. Você já está cobrando o uso. Você cobra o uso de hidroeletricidade. Você paga o 0,75% da compensação financeira pela energia que foi gerada. Então aí que começa os pactos. Você está cobrando outros usos que não só você tem indústrias e abastecimento, você tem vários usos na bacia do Guandu. E você já tem o uso hidroelétrico cobrado na bacia do Paraíba do Sul. A diferença é que a cobrança do setor hidroelétrico é uma cobrança para uso não consultivo, que se imagina que você vai ter a água e ela vai passar, e ela vai retornar. É não é o que acontece com essa água que é bombeada e vai para o Guandu. Então, por isso, é que nós não vemos uma forma de ser diferente de não pacto. Não cabe metodologia, não cabe uma fórmula de cobrança como você tem para os demais usos que não tem como mensurar isso se você tem usos já postos, consolidados e usos cobrados. Pelo menos ainda não achamos, tomara que alguém um dia. Nós já pagamos consultoria com pessoas da mais alta capacidade de discussão de metodologia. Nós não conseguimos chegar a nenhuma outra forma de viabilizar que não fosse esse pacto. Se um dia nós conseguimos que acenda a lâmpada e apresente alguma coisa factível que atenda a todos, nós vamos adorar. Mas nós ainda não encontramos, não estamos fechado a eles, não encontramos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, vamos definir o encaminhamento da matéria. Pergunto se há alguma sugestão de alteração no texto? Nenhuma?

Então, em votação. Por gentileza, os senhores conselheiros que aprovam, levantem o crachá. Aqueles conselheiros que são contrários. Nenhum. Alguma abstenção? Três abstenções. Então, está aprovada a matéria. Item 3.3 da pauta. Deliberação sobre a proposta de Resolução que aprova delegação da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para desempenhar funções de agência de bacia hidrográfica do Rio Verde Grande. Matéria encaminha pela Câmara Técnica de Cobranças. Trata-se de solicitação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, encaminhada por meio da deliberação CBHB, de grande, nº 56 de 4 de outubro de 2016. Convido o representante da Agência Nacional de Águas para apresentar a proposta, uma vez que o Comitê não pôde comparecer a essa reunião. Ninguém da Agência Nacional de Águas? Em discussão. Algum conselheiro que queira discutir a matéria? Ninguém para discutir? Pois não.

O SR. HUMBERTO GONÇALVES (ANA) – Só um comunicado. Essa matéria já foi objeto de aprovação da última reunião do Conselho. O que não ficou definido foi o prazo da delegação. Porque o Comitê estava sendo recém-empossado e não tinha ainda tomado posse, aliás, nem tinha tomado posse, então não tinha delegado, sugerido o período de delegação. Foi feita agora posse, delegou, já deu o período e, por isso, que passou pela CTIL e já está definido o prazo para a delegação Peixe Vivo. Esse é o processo. Já foi passado na última reunião.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Então, houve a manifestação do Humberto da ANA. Quer fazer o uso da palavra, presidente?

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) – Quero sim. Só para esclarecer. Lívia presidente da CTCOB. Eu ainda não era presidente da CTCOB quando esse assunto foi discutido. Mas é importante lembrarmos que o Comitê Verde Grande está seguindo a entidade delegatária que já é do Comitê São Francisco. Porque ele é um Comitê Federal dentro de outro Comitê Federal. E a delegação que foi dada aí foi seguindo o prazo que já tem para a delegatária do São Francisco. Então essa questão do prazo que Humberto colocou é importante. E é importante nós fazermos essa vinculação porque os contratos vão ter o mesmo prazo. Ele voltou para a CTCOB justamente por isso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Ok. Mais algum conselheiro queira se manifestar? Então em votação a matéria. Conselheiros que a aprovam, por gentileza, levantem o crachá. Ok. Os conselheiros contrários? Nenhum? Alguma abstenção? Nenhum voto contrário e

nenhuma abstenção. Então, a matéria está aprovada. Item 3.4, deliberação sobre proposta de Resolução que aprova a prorrogação do prazo de indicação da Associação Multisetorial de usuários de recursos hídricos de bacias hidrográficas, ABHA - Gestão de Águas para desempenhar funções de Agência de Água do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, CTIL. O Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Parnaíba aprovou por meio da deliberação ad referendum nº 66 de 2016, a prorrogação de prazo de indicação da ABHA. Para explicar como seria a apreciação da matéria na CTIL, convido o presidente, o conselheiro Júlio Thadeu.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (CTIL) – A CTIL no mérito da Resolução não teve nenhum problema. A única coisa foi a aprovação que veio ad referendum do Comitê. Então, a CTIL decidiu que não poderia aprovar uma Resolução ad referendum, mesmo porque se nos aprovássemos uma Resolução aqui e o Comitê não aprovasse o ad referendum ia ficar uma coisa. Então, a CTIL deu um prazo para que o Comitê até a data dessa reunião fizesse uma reunião e aprovasse, se caso aprovasse o ad referendum, nós não teríamos nenhum óbice a aprovação da Resolução. Então, eu não sei se o Bento, que é o presidente, vai explicar, mas caso permaneça dessa forma, teria um parecer contrário ao da CTIL.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Então, convido o representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba para fazer a defesa.

O SR. BENTO DE GODOY NETO (CBH Paranaíba) – Essa deliberação no âmbito do Comitê foi apreciada até a Câmara Técnica Institucional de Planejamento Institucional do Comitê, que é uma única Câmara. E nela foi consensuado por todos os membros por unanimidade que a ABHA seria, continuaria a ser a nossa agência, que até então havia exercido a função tão somente de Secretaria Executiva, e agora é um Comitê que inicia os seus procedimentos de cobrança, que será apreciado aqui hoje também. Isso foi unanimidade. Houve uma discordância apenas quanto ao prazo de dois ou quatro anos. Essa matéria quando foi para o Plenário do Comitê, foi objeto de pedido de vista. Então, daí a necessidade de vir um ad referendum para esse Conselho, em virtude do prazo de agência delegatária já estar vencendo agora, do prazo de delegação, aliás, no dia 31 de dezembro próximo agora. Então veio esse ad referendum, já retornou para o Comitê. Não foi possível termos uma plenária por questões de datas e prazos regimentais do Comitê entre a última CTIL e a reunião de hoje. No entanto, nós sugerimos aqui que essa delegação seja concedida ao Comitê do Paranaíba e que a execução dela, através do seu contrato de gestão se

3051 enseja condicionada à aprovação do ad referendum, que será agora no próximo
3052 dia 15, que é a Reunião Ordinária do Comitê do Paranaíba. Por que pedimos
3053 isso? Já conversamos com o Dr. Júlio Thadeu também, para mostrar que não é
3054 um desrespeito a decisão da CTIL, de forma alguma, mas tão somente foi só por
3055 uma questão de prazos. E a questão é que se o Comitê se até nesse prazo que
3056 temos exíguo de menos de um mês ao tramitar essa questão, ficaria sem a
3057 agência de bacia a partir do dia 31 de dezembro, o que geraria diversos
3058 transtornos. Que é um Comitê que está ativo, pleno em execução das suas
3059 atividades funcionais e, no entanto, teria que desmobilizar toda a sua estrutura
3060 para daqui a pouco ter que retornar no próximo ano. Então, para evitar essa
3061 questão de demissão de servidores ali de agência delegatária e tudo e, paralisar
3062 ou pelo menos causar transtorno para as funções do Comitê por enquanto. Nós
3063 solicitamos enquanto Comitê do Paranaíba que tenha essa delegação agora. E
3064 nós comprometemos até o dia 15 trazer e isso será encaminhado tanto a Agência
3065 Nacional de Águas quanto para esse Conselho, a deliberação já ratificada pelo
3066 próprio Comitê, pelo o Plenário do Comitê. Uma vez que não há divergência
3067 quanto a agência, mas sim quanto ao prazo. Então, esse prazo de delegação foi
3068 encaminhado para cá, no mínimo possível que seria os dois anos, que foi o
3069 consensuado dentro do próprio Comitê. OK. Muito obrigado. Eu me coloco a
3070 disposição de qualquer dúvida. Muito obrigado.

3071
3072
3073 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –** Algum
3074 conselheiro quer fazer uso da para discutir? Pois não.

3075
3076
3077 **A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) –** Eu já até conversei um pouco
3078 com o Comitê. E a opinião é que é muito temerário para o nosso Plenário, para o
3079 nosso Conselho aprovar uma demanda que vem ad referendum de um Comitê de
3080 Bacia. Parece que todo o processo lá está sendo respeitado, mas esse Conselho
3081 não participando da vida interna do Comitê, ele só passa a ter certeza dessa
3082 seguridade desse processo no momento em que Resolução chega aqui com o seu
3083 referendo. Eu falo enquanto membro da CTIL, que apesar de ser presidente da
3084 CTCOB, eu sou membro da CTIL, isso foi muito batido na Câmara Técnica que é
3085 muito difícil para nós colocarmos em pauta uma Resolução já dependendo do ad
3086 referendum. E quando ela chega ao Plenário na confiança que de que esse ad
3087 referendum ele vai ter sido dado e ele não chega junto com a Resolução fica uma
3088 situação muito complicada, enquanto membro da CTIL aprovar essa Resolução. É
3089 claro que enquanto membro de Comitê nós entendemos o posicionamento do
3090 Comitê e a importância de uma delegatária para o Comitê. Ficar sem delegatária
3091 hoje dentro do sistema é um dos piores cenários que nós temos, porque o Comitê
3092 perde todo o seu apoio técnico e executivo, e isso para vitalidade do Comitê é
3093 fundamental. Então, qual é a forma que nós vamos colocar essa condicionante ou
3094 qual é a forma que vamos estudar esse caso sem abrir um precedente perigoso

para esse Plenário é que chama a atenção e que deveria ser refletido por todos esses conselheiros.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (CTIL) – Considerando o que foi colocado pelo presidente Bento que vai ser observado, mas nós também do Conselho não podemos aprovar um ad referendum não sabendo se nessa reunião de 15 de dezembro vai ser aprovado ou não. Eu não sei se poderia incluir se essa Resolução entra em vigor na data da sua publicação, alguma coisa, condicionada à aprovação da coisa, uma vez que seja aprovada na Resolução do Comitê. Era só se vai ser publicada uma vez e entra em vigor uma vez que seja aprovada lá. Eu acho que talvez aí nós possamos resolver um pouco o caso do Comitê. Porque do jeito que está eu acho que fica complicado aprovar.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ONGs) – Eu falei para não ir lá porque aqui é mais fácil. Mas eu não gosto de falar com ninguém de costa também, isso é feio, é antipedagógico. Deixa eu dizer o seguinte, eu participo do Comitê de Paranaíba já uns três ou quatro anos e das Câmaras Técnicas. E nós temos vivenciado essa discussão com muita intensidade e eu devo dizer que é uma experiência muito rica para nós do segmento das ONGs, porque lá nós temos uma convivência onde a Lei do Trator não funciona 100%. Nós passamos três anos discutindo os valores da cobrança e o trator teve que parar porque houve uma relação mínima e respeitosa com as ONGs. E nós temos realmente um leque amplo de base social que legitima as nossas ações dentro do Comitê e de certa forma contribui para imagem positiva com um ente de discussão das questões sérias relacionada à água na bacia. E esse é o nosso objetivo, que o Comitê seja legítimo autor nas discussões políticas. Temos dificuldades? Temos. São vários momentos de dificuldades. Mas todos eles nós conseguimos caminhar dentro do Comitê. Por exemplo, essa da prorrogação do prazo aí da agência teve um debate seríssimo quanto ao prazo, quanto seria importante ou não. O certo é que nós dentro dessas práticas políticas que sugere que o debate, que é respeito ao outro não seja entendido como qualquer coisa mais vulgar, mas o papel de cada segmento tem que fazer. Inclusive nós como sociedade civil não temos nenhum pudor de dizer que nós não temos nenhum tipo de identidade com outros segmentos. Nós temos um papel específico tanto no Comitê como no Conselho. Mas tem uma hora que tem que chegar num acordo e é o caso da cobrança de prazos e tudo mais. Às vezes nós no Conselho não conseguimos, mas no Comitê nós conseguimos. Então, eu estou pedindo um crédito de confiança à plenária e ao presidente da mesa, para que, nós já estamos engatilhado para essa reunião do dia 15. Nós pedimos vista da discussão lá. Nós já tivemos um conjunto de convergências quanto a essa questão, de modo que se for possível a proposta do Júlio de que um adendo se condicione. Mas eu não vejo nenhum problema de nós apoiarmos essa Resolução. E dar uma certa tranquilidade ao trabalho que tem sido feito com muito vai e volta, debate, enfrentamentos. Mas que tem no final da

história um respeito que o trator para, mas às vezes anda, mas de acordo com cada um. Então, eu peço ao secretário que essa proposta seja aprovada porque o nosso segmento, que é mais chato que briga, que cobra, já não tem mais fôlego para ficar brigando em cima de uma coisa que nós já estamos vendo que tem uma solução. Obrigado.

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PB) – Na verdade, depois das intervenções de Livia e de Júlio, sobretudo, dos dois companheiros que defendem a proposta, nós vemos a importância da continuidade do trabalho. E temos efetivamente que ter muito cuidado. Mas a solução apareceu aqui agora. É aprovar a Resolução. Essa Resolução entra em vigor na data da publicação do ato ratificado lá pelo Conselho da Base. Nada mais lógico, nada mais racional. Eu acho que nós poderíamos votar a proposta com essa alteração. A Resolução entra em vigor na data da publicação, eles vão ter que fazer uma publicação, e mandar aqui para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e portanto, ela está em vigor e resolve-se o problema. Porque perigo, Livia usou a palavra, é abrir o precedente. Todos os precedentes que foram abertos aqui autoriza a qualquer um usar como jurisprudência desse colegiado, ou seja, como uma prática desse colegiado. Portanto, finalizando a minha intervenção, que me associo a aqueles que querem que seja aprovada com essa modificação da Resolução. A Resolução entra em vigor na data da publicação do ato que referendou.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (Organizações Técnicas) – Só chamando atenção da publicação não, da aprovação pelo Comitê e sua publicação. OK.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (CTIL) – Tem essa sugestão nós fizemos aqui para ver se os senhores concordam. Se concordar.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Ela deveria entrar em vigor quando da publicação do referendo.

A SRª. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Toda Resolução só entra em vigor depois da sua publicação. Não importa, chova canivetes, só entra depois da publicação. Então, tem que condicionar a publicação e não o vigor dela.

A SRª. JUSSARA CABRAL CRUZ (Organizações Técnicas) – Essa Resolução entra em vigor na data da sua publicação, a não ser que nós digamos que ela vai ser publicada depois da aprovação lá pelo Comitê. Porque se não ela está sendo

publicada agora com as Resoluções aqui que nós estamos tomando hoje. Então, ela não pode ser em vigor da data da sua publicação. Ela entra em vigor a partir do momento... O texto tem que acordar.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Até porque nós temos que lembrar que toda Resolução aprovada no Conselho é levada ao ministro, que por sua vez vai submeter a jurídica, a Conjur para analisar a legalidade. Nós temos que ter todo o formalismo necessário para que a coisa chegue lá redonda. Sim exatamente. *(Falas fora do microfone. Inaudíveis)*. Sim, mas é uma coisa que vai depender de uma coisa futura. Melhorando aqui a redação de uma forma que amarre tudo bem. *(Falas fora do microfone. Inaudíveis)*. Deixa a Resolução. Tem que tirar na data da sua publicação lá. Não tem nada a ver. *(Falas fora do microfone. Inaudíveis)*. A coisa está ficando capenga. Eu quero submeter ao Plenário o seguinte, nós submetemos em votação. Aprovada a Resolução. Um minutinho de atenção, por gentileza, do Plenário. A nossa sugestão é a seguinte, vamos submeter, colocar em votação a minuta de Resolução. Aprovada a minuta, nós vamos aguardar que seja referendado pelo Comitê de Bacia a decisão. Publicado, nós nos instamos para o Ministro assinar a Resolução. Podemos fazer assim? OK. Mais nenhuma manifestação? Algum encaminhamento? Aí não vai ter mais nenhum adendo, a Resolução do jeito que está, *ipsi literi*. OK. Não havendo mais nenhum orador inscrito, vamos colocar em votação a matéria. Os conselheiros que aprovam, por gentileza, levantem o crachá. Os conselheiros contrários a matéria, por gentileza, se manifestem. Contrários. Um voto. Abstenção? Nenhuma abstenção. Então, a matéria está aprovada, ficando condicionada ao referendo da decisão do Comitê para que nós possamos levar a assinatura para o senhor ministro. Item 3.5 da pauta, deliberação sobre proposta de Resolução que aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica de Rio Paranaíba. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança pelo uso de recursos hídricos, CTCOB. O Comitê de Bacia da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba aprovou por meio da deliberação nº 61 de 10 de maio de 2016. Os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do Rio Paranaíba, que foi analisada pela CTCOB e pela CTIL. Convido o representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba para fazer a defesa da solicitação.

O SR. BENTO DE GODOY NETO (CBH Paranaíba) – Estamos ocupando a pauta do Conselho Nacional. Está trabalhando. Não deixa o Comitê parar. Essa cobrança foi, como a Maria Aparecida falou aqui, o nosso também foi somente só saiu do Comitê quando estava completamente consensuada entre todos. Foi completamente consensuada entre todos os membros, todos os usuários do Comitê. É uma cobrança que se não completamente satisfatória em seus valores, para alguns ela traz uma inovação muito mais pela inserção da questão da

cobrança dentro de Estados como Goiás, por exemplo, que não tem nenhum rio de cobrança, o próprio Mato Grosso do Sul também. Então, traz esse instrumento para dentro desses Estados como um embrião ali para ser desenvolvido e inclusive nos rios estaduais. Então, o Comitê trouxe essa questão. Já foi apreciada na CTCOB e na CTIL. E existe até uma moção já encaminhada para este Conselho, que seja mantida, como saiu do Comitê de Bacia que foi fruto de um pacto. E que existe também nessa mesma moção um compromisso de se discutir e trazer até o Conselho Nacional dentro de um prazo de até três anos uma revisão dos valores e dos próprios mecanismos em que pese qualquer tipo de alteração identificada pelo Comitê de Aperfeiçoamento ou algo semelhante. OK. Muito obrigado então.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Convido representante da Agência Nacional de Águas para apresentar a Nota Técnica 4/16.

O SR. MARCO ANTÔNIO (ANA) – Obrigado, secretário. Boa tarde conselheiros e demais presentes. A Agência Nacional de Águas têm a atribuição de subsidiar o Conselho Nacional de Recurso Hídricos sobre as propostas encaminhadas pelos Comitês de Bacia de domínio de rios de domínio da União, a respeito dos valores a serem definidos para a cobrança na bacia. Para que nós tenhamos uma apresentação em relação a Nota Técnica, que nós encaminhamos a Secretaria Executiva, que foi apreciada no âmbito da CTCOB e da CTIL também. Só para nós situarmos um pouco a territorialidade da bacia do Rio Paranaíba, é exatamente a bacia que nós estamos agora. Ela possui territórios tanto no Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. São nove unidades de planejamento estadual. E a unidade de planejamento do Comitê de Integração que é a bacia como um todo. Então são quatro unidades goianas, três mineiras e uma sul-mato-grossense e uma no Distrito Federal. Os Comitês de bacia estão instalados na porção goiana, o mais antigo é o Meia Ponte que já tem uma história, os outros três estão iniciando os seus trabalhos. Minas Gerais também tem instalado os três Comitês de bacia. No DF tem o Comitê do Paranoá, instalada e em funcionamento. No Santana Aporé ainda não há Comitê instalado. O rio de domínio da União principal é o próprio Rio Paranaíba, mas tem muitos afluentes que vem do Distrito Federal que são de domínio da União; Distrito Federal não tem muito contorno de bacia e acaba tendo alguns cursos d'água, embora pequenos em termos de vazão, mas são de domínio da União para atravessarem a divisa do DF com o Goiás. Então, por exemplo, o Rio Descoberto é um rio de domínio da União, temos o Rio São Marcos que faz divisa com Minas Gerais e Goiás, que é um rio de domínio da União que é onde a cobrança proposta pelo Comitê vai se incidir, nos rios de domínio da reunião da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba. O Comitê do Paranaíba foi instalado em 2008. E nessa bacia a única cobrança instalada atualmente é a cobrança mineira de bacia

3275 do Rio Araguari. A cobrança que foi instituída proposta pelo Comitê Araguari,
3276 aprovado pelo Conselho de Recursos Hídricos Mineiro em 2010. Tem uma
3277 arrecadação aproximada de cinco milhões de reais por ano. E atua aqui uma
3278 entidade equiparada a Agência de Bacia que é exatamente a ABA, que vocês
3279 acabaram de aprovar a nova prorrogação da delegação em termos de rios da
3280 União também. Então, a ABA já atua como entidade equiparada de bacia na área
3281 de atuação do Comitê Araguari. Em relação a nossa Nota Técnica, que nós vamos
3282 apontar as principais conclusões lá emitidas. Primeiro, que os valores são
3283 inferiores aos já aprovados pelo CNRH. Nós fizemos um comparativo com outras
3284 bacias que a frente nós vamos mostrar um gráfico, mas eles são inferiores ao que
3285 o CNRH vem aprovando para as demais bacias. Isso por si só talvez não seja a
3286 questão principal, mas o reflexo disso é crucial que o baixo potencial de
3287 arrecadação nós vamos ver na sequência qual o potencial de arrecadação que
3288 essa bacia terá com a cobrança em rios de domínio da União. Essa baixa
3289 arrecadação não suprirá os custos estimados para a agência no plano da bacia do
3290 próprio Comitê. Então, os recursos a serem arrecadados serão inferiores ao seu
3291 limite de custeio ao cumprimento do que é estimado de custeio para a agência de
3292 água da bacia. Apresenta alguns mecanismos setoriais que são chamados
3293 coeficientes multiplicadores que podem não ter o efeito desejado pelo Comitê em
3294 relação ao incentivo ao uso racional da água. E estar contribuindo esses
3295 multiplicadores ainda mais para diminuir esse potencial de arrecadação da bacia,
3296 cerca de 15% de redução. Então, aqui em relação aos valores, nós fizemos um
3297 gráfico comparativo do que seria o preço médio do que se tem aplicado nas outras
3298 bacias de domínio na União que foram aprovados aqui pelo Conselho. Aqui tem o
3299 Paraíba do Sul, o PCJ, o Rio São Francisco, o Rio Doce e o Paranaíba se situaria
3300 aqui. O Bento destacou que positivamente o Comitê já reconheça que não é um
3301 grande potencial de arrecadação da bacia com esse preço médio que é
3302 praticamente metade do que se é praticado hoje no Paraíba do Sul e o no PCJ. E
3303 o quarto que seria praticado no Doce. A bacia vai conseguir obter uma
3304 arrecadação nos dois primeiros anos de sete milhões. Para nós termos uma ideia
3305 tanto o Paraíba do Sul, o PCJ, o próprio São Francisco e o Doce operam hoje,
3306 considerando as cobranças tanto da União como as estaduais com um volume de
3307 recursos superior a 20 milhões, quando não, superior a 30 milhões. Como, por
3308 exemplo, o PCJ e o São Francisco operam com volume de recursos superior a 30
3309 milhões. Essa bacia, se nós somarmos os cinco milhões que é proveniente da
3310 cobrança do Rio Araguari, nós teremos uma bacia operando com 12 milhões, ou
3311 seja, metade do que já se pratica o mínimo em outras bacias. E outro risco que
3312 vão incorrer essa proposta do Comitê é algo que vem sendo observado em outras
3313 bacias, que é a estagnação do preço nominal, do que nós chamamos de PPU,
3314 preço proposto pelo Comitê, por um longo período de tempo. O que significa que
3315 os preços ao longo do tempo estão caindo. Os Comitês e os sistemas não têm o
3316 critério para estabelecer revisões e reajustes de valores. Esses valores estão se
3317 estagnando durante muito tempo e ocasionando prejuízo para a gestão. Umas das
3318 mais evidentes são o custeio das agências de água. As agências de água ano
3319 após ano vem passando dificuldade porque em termos reais o arrecadado está

3320 caindo e o custeio delas estão aumentando. Custo de pessoal aumenta, aluguel,
3321 luz, água, todos os insumos da entidade delegatária. Então, conforme foi
3322 manifestado e já foi até aprovado aqui, o Comitê quer ter sua agência de água,
3323 que no caso optou-se por entidade delegatária. O limite de custeio do potencial de
3324 arrecadação, de sete milhões, mesmo somados aos cinco milhões do Araguari,
3325 não cumpre os custos estimados no plano. Mesmo que essa cobrança possa ser
3326 estendida a toda bacia do Rio Paranaíba, atingindo todas outras sete unidades de
3327 gestão estaduais. E o recurso que vai ter para custeio da agência a partir desses
3328 sete milhões é muito similar ao que a ABHA já opera olha hoje para exercer
3329 somente a função de Secretaria Executiva. Hoje a ABHA opera como Secretaria
3330 Executiva praticamente no mesmo volume de recurso que ela receberá agora
3331 possivelmente com a necessidade de ser agência completa da bacia. Então, as
3332 principais conclusões e sugestões da nota é que o CNRH solicitasse ao CBH
3333 Paranaíba a redistribuição dos valores dos PPU propostos. Inclusive a
3334 progressividade que é feita, vocês devem ter visto a deliberação, há uma
3335 progressividade de implementação da cobrança com os valores graduais até o
3336 quinto ano. E também desses coeficientes multiplicadores. E também sugerimos
3337 ao CNRH que já estabeleça critérios e procedimentos de correção dos preços
3338 praticados em rio de domínio da União. Para nós termos uma ideia, o setor elétrico
3339 hoje paga pelo uso de recursos hídricos e já é critérios de procedimentos para a
3340 correção dos preços pagos porque é provenientes lá da SEFUR que é calculado
3341 em cima de um preço, que é atar, que há critérios de revisão e reajustes
3342 quadrienais. Eu acho que eram essas conclusões. Aqui está o nome do nosso
3343 coordenador que estava pela manhã e teve que sair. E eu fiz a apresentação no
3344 lugar dele.

3345
3346
3347 *(Palmas).*
3348
3349

3350 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –** Ok.
3351 Agradeço. Convido a presidente da CTCOB, Livia para informar como se dá a
3352 tramitação da matéria.
3353
3354

3355 **A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) –** Gente, esse assunto foi muito
3356 debatido na CTCOB. Foi um assunto que deve ter durado umas seis horas de
3357 reunião. Muito polêmico porque, como o Marco e o próprio Comitê já
3358 apresentaram aqui, o Comitê fez a apresentação da Resolução assim como ele
3359 fez aqui eu acho até com mais detalhe na CTCOB. E ao longo da apresentação da
3360 Resolução eles demonstraram para nós o escalonamento que está sendo
3361 proposto, os valores que estão sendo propostos e o processo decisório que foi no
3362 Comitê consensuado. Além disso, as diferenças de coeficientes que o Comitê está
3363 propondo, está trazendo, inclusive como inovação. Que são muito interessantes,
3364 mas que venham causar impacto no preço final. E aí após teve a apresentação da

Ana sobre a Nota Técnica, muito similar ao que foi apresentado aqui, então não vou ficar repetindo. Mas destacando a implementação da cobrança na bacia, que isso seria um avanço para o sistema, mas destacando também que o valor proposto está longe de alcançar os objetivos da cobrança. E que os coeficientes que foram apresentados pelo Comitê são coeficientes que em determinados momentos eles venham a reduzir ainda mais o valor que está sendo cobrado. Então, isso agrava a situação do valor da cobrança e não atingiu o objetivo pelo qual ela está sendo proposta. E, além disso, a questão dos custos da agência versus os valores arrecadados que não seriam compatíveis. E aí nós fizemos duas votações. Uma primeira votação foi a sugestão de recomendação de que os mecanismos sobre os mecanismos de cobrança sobre um dos coeficientes, e a definição de um prazo de três anos para reavaliação do assunto pelo Comitê. E a outra opção seria excluir o escalonamento proposto e passar direto para o último ano do escalonamento, que é o quinto ano, que seria onde teria os valores maiores. E a votação que ganhou foi a recomendação de que os mecanismos que daqui três anos sejam rediscutidos pelo Comitê. E os valores também. E a outra votação que nós tivemos foi uma proposta da Agência Nacional de Águas, que está na Nota Técnica deles, que é o estabelecimento de um índice de correção permanente de valores de cobrança. E aí o fundamento da Agência Nacional de Águas é que esses valores ficam defasados com o passar do tempo. Nós, às vezes, ficamos dez, 12 anos sem revisar os valores que estão sendo cobrados. Então, há um déficit em relação a isso. Além disso, isso dificulta o atingimento dos objetivos da cobrança, além da questão da delegatária que que nós passamos a ter um valor nominal cada vez mais insuficiente para a manutenção da sua entidade delegatária. E aí essa votação foi apertadíssima, como a votação anterior que foi sete a seis com uma abstenção, e essa votação foi sete a seis com voto de minerva. E a minuta de Resolução foi apresentada a CTIL com aquele parágrafo segundo que foi recomendado a exclusão pela CTIL, que fala justamente disso, desse índice de correção permanente. É uma inovação, isso não tinha sido trazido pelo Comitê, isso foi proposto pela Câmara Técnica e passado pela CTIL, e a CTIL recomenda a exclusão. E eu acho que o Júlio pode falar sobre isso.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Convido o presidente da CTIL, Júlio Thadeu, para explicar a tramitação na Câmara.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (CTIL) – A CTIL entendeu, não diria por unanimidade, mas por maioria quase total dos seus membros, que não caberia a nós Conselho definirmos qualquer coisa que vá para o Comitê em termos de cobrança, uma vez que pode ser inclusive inviabilizado. Vamos supor que o Comitê diga que é dez, o valor por metro cúbico. Aí o Conselho acha que isso é pouco. Que mais ou menos foi o que foi colocado pela Nota Técnica da ANA. Então o que cabe ao Conselho? Não cabe dizer: “olha, ao invés de usar dez você

tem que usar 15". Por que? Porque todo esse dez foi uma forma em negociação havido dentro do Comitê e também considerou a capacidade de pagamento dos usuários. Então, se o 15 pode ser, supor seria inviabilizado lá dentro do Comitê. Então, o que cabe a nós Conselho? Se acharmos que o valor está muito pouco ou está muito alto, devolver para o Comitê e dizer: "por favor, reestudem que está muito pouco ou está muito alto". A inovação que foi colocada vai nesse sentido, quer dizer, está estipulando para o Comitê um índice de correção monetária que não foi definido. E também nós não sabemos. Quer dizer, se isso vai resolver ou não vai resolver, se vai afetar também a capacidade de pagamento dos usuários da bacia. Por isso, a CTIL, como passou na CTCOB, isso não caberia ao Conselho fazer uma sugestão dessa. E sim, a ideia é interessante. Não questiono a ideia, é uma ideia que pode, nós sugerimos inclusive na CTIL, que deve ser discutida dentro de Conselho. Vamos fazer para todos os Comitês de Bacia com participação dos Comitês talvez colocar esse índice de correção monitoria, se for o caso definindo o índice. Mas não agora especificamente sem ouvir os Comitês e definindo o de cima para baixo que vai contra todo princípio da Lei que é a definição do local desses valores e a serem cobrado que é o que interessa. Então, foi, por isso, que a CTIL resolveu pela exclusão desse item, desse parágrafo.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Ok. Vamos colocar em discussão a matéria? Tem mais conselheiros inscritos. Conselheiro João Fernandes.

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PB) – Sr. presidente, senhores conselheiros. Eu também sou membro da CTCOB e da CTIL, e participei da discussão. Aliás, nós passamos o dia todo, de 9h da manhã, só paramos para almoçar, até 16h40. Eu estava por lá para realizar essas duas votações de que falou a Lívia. Que uma saiu por voto do minerva e outra por um voto de diferença. Era exatamente questionando a inviabilidade dessa agência e conseqüentemente dessa proposta. A ANA tem razão de sobra. A ANA analisou tecnicamente, amostrou que é inviável. Agora essa inviabilidade decorre de um erro que o Brasil comete. Nós fazemos de conta que cobramos pela água, e os usuários fazem de conta que pagam pela água. Eu não estou falando de usuário de água potável tratada e entregue na rua, lá na porta de sua casa, que você paga três, quatro, três e cinquenta por cada metro cúbico. Eu estou falando de uma água, a água bruta que se entrega por cinco milésimo, dez milésimo que é um centavo. Neste caso aí vai ser quinze milésimo a proposta inicial. Admitindo se a correção, e correção monetária não é aumento, não é melhora de valor. É crescimento e não é melhora de valor. E essa brincadeira, senhor Jair e Dr. Sérgio está acontecendo em todos os Estados da Federação, com raríssimas exceções. Nós vimos lá no São Francisco. O São Francisco tem uma curva melhorada. Nós vimos também lá, São Francisco e o outro era o Rio Doce. O Rio Doce também tem um valor, digamos, razoável, mas

insignificante. Porque todo mundo diz que água tem valor. A primeira coisa que está lá na Lei 9433 é que água tem valor. Mas que valor é esse? Para que serve concretamente esses recursos se não dá para sustentar a gestão de uma agência de bacia? E eu pergunto, o Governo deve estar gastando de oito a dez bilhões de reais para fazer a transposição das águas do São Francisco. O Governo Federal. Os estudos apontam na seguinte direção, deverão cobrar ou deveremos cobrar por encargo sobre recursos hídricos, que é a manutenção e operação da transposição, em valor fixo, Dr. Motta sabe muito bem disso, em valor fixo. Se a Paraíba não receber um litro d'água, mas tiver a possibilidade de abrir a torneira na cidade de Monteiro, tiver o direito de abrir a torneira, Paraíba terá que pagar aproximadamente 20 centavos para ter a segurança de abrir uma torneira. Se nós abrissemos a torneira e começarmos a contar os metros cúbicos, por cada metro cúbico consumidor da Paraíba vai pagar 30 centavos. 20 com 30 dá 50 centavos. Sabe quanto é que a companhia de água e esgoto da Paraíba paga pela outorga da água? Um centavo. E isso se reproduz pelo Brasil. Nós tivemos mais recentemente e eu fiquei até meio feliz, quando falaram do Guandu. Rio, Minas e São Paulo se reuniram e saíram de um centavo, uma parte para quatro. Saiu outra parte de dois centavos para quatro. Ou seja, aumentou um dos segmentos, aumento em 300% no preço que cobra pela área.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) – O Comitê Guandu do Rio de Janeiro quando fez o aumento para cumprir com o pacto com o CEIVAP, ele fez o aumento não de 100% do valor da cobrança, mas ele aumentou toda essa cobrança de seus setores para 0,04 centavos o metro cúbico. Tinham setores que eram um centavo o metro cúbico. Então esse aumento foi superior a 100%. E do Rio de Janeiro, oito dos nove Comitês estão aprovando o seu aumento em 100% dos valores da cobrança.

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PB) – Veja só. Então, dobra esse valor. Aí nós aprovamos na Comissão um centavo. Aliás, aqui apareceu 15 milésimo por cada metro cúbico d'água. Com esses recursos não dá para cuidar da agência. E lá quando a Lei estabelece é não apenas para aquilo, mas para pensar em criar infraestrutura hídrica. E que nós vamos ficar para criar infraestrutura hídrica? Nós vamos passar a vida inteira dependendo do governo municipal que não tem dinheiro, governo estadual que não tem dinheiro. Aliás, nós estamos em uma fase que está todo mundo quebrado. Mas se tivesse em condições normais, ainda assim, não dá para tirar oito bilhões de um governo e não remunerar nenhum centavo para investimento de ações. É claro que o Brasil deve muito ao Nordeste brasileiro. E fazer isso agora foi preciso. Começou no FHC, passou por Lula, chegou a Dilma e já chegou a Temer, e não posso dizer que a obra não vai acontecer porque eu estou me convencendo ou estou convencido de que o eixo leste é coisa a se consumir, por isso que eu queria chamar a atenção para isso. Nós precisamos de

começar a mudar essa mentalidade. Não dá para aprovar uma proposta dessa natureza sem se estabelecer um preço razoável. Aliás, esse Conselho aí sim é onde entra o papel desse Conselho, orientar o Brasil no sentido de valorizar a água. Porque há nações no Mundo que não tinha água, tinha certeza que era difícil arranjar, mas tem hoje água e vive esnobando o resto do mundo, Israel. Tel Aviv. O esgoto de Tel Aviv é muito mais caro que a água que nós entregamos aqui. Tratada na casa do povo brasileiro. E todos os senhores sabem disso. Aqui não tem leigo, aqui só tem especialista para cima. Porque daí não tem sentido votar. Acho que essa proposta deve voltar para o Comitê e pedir para que ele faça uma reflexão. Os empresários que eventualmente utilizem essa água têm que entender que tem que colocar nos custos. Isso é um insumo produtivo como outro qualquer. Para mim, tanto faz comprar água como comprar um pneu. Tem que se colocar nos custos de produção. Porque do contrário, o Brasil nunca vai resolver o seu problema de água. Em alguns locais há águas demais e outros têm de menos. O que tem de menos não cobra nada. Por isso, a melhor solução é devolver essa matéria, devolver para o Comitê para que faça uma reflexão mais profunda e estabeleça um valor que viabilize a agência de águas. Primeiro que viabilize e que sobre alguma coisa, se não para fazer obra de infraestrutura hídrica, mas pelo menos para educar o povo dizendo que água tem valor e está escrito na Lei.

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Eu vou falar de costa para alguns. Bom, primeiramente eu queria lembrar a todos que no ano passado, então vai fazer um ano, a indústria encaminhou numa discussão de aumento de PPU na bacia do PCJ, um pedido para que o instrumento cobrança fosse aperfeiçoado por esse Conselho. Seja no sentido de estabelecer um critério, uma norma sobre aumentos de preço, seja no sentido de dar acesso a cobrança pelo uso da água a todos que pagam. Porque talvez os senhores não saibam, mas a irrigação, a indústria não tem acesso a cobrança pelo uso da água, só tem acesso ONG e saneamento. E ninguém quer resolver isso. Desde 2003, que a cobrança está assim. Desde 2003 que nós estamos pedindo um normativo que resolva isso, não se mexe. Bom, pedimos também uma revisão do controle. Tratam contrato de gestão como se fosse convênio. E com isso, as delegatárias não têm autonomia para funcionar, para aplicar. No entanto, as vozes são sempre para aumentar preço. Ninguém levanta a voz para melhorar o instrumento cobrança pelo uso da água, tal como ele é posto na lei. Então, eu estou aqui de novo reivindicando esse pedido que foi apresentado a esse Plenário, já vai fazer 365 dias. Ninguém se mexe. Esse é um ponto. Segundo ponto que eu estou colocando. Há uma inversão na interpretação absolutamente equivocada do que está escrita na Lei sobre a cobrança no uso da água. Se os senhores pegarem a Lei, basta olhar no Google, é muito fácil. Nós mentimos por só dois segundos com o Google na mão. Então, nós não mentimos. Então, basta olhar na Lei que diz que essa cobrança só pode sair 7,5% para custear o sistema. A Lei não diz que a cobrança tem que custear o sistema. Em nenhum ponto da Lei está dito que ela tem que custear o sistema. A Lei diz da cobrança só pode sair 7,5%? Por que? Por óbvio, por

3545 sistema público tem que ser sustentado pelo orçamento advindo dos outros
3546 impostos. É assim na França, onde nós copiamos bem esse modelo. Então, é o
3547 outro ponto que nós não podemos equivocar porque no dia que o instrumento de
3548 gestão chamado cobrança for feito para manter uma agência a solução está posta,
3549 não tem agência. Se é para isso? Para que eu vou criar um organismo público que
3550 não tem condições orçamentárias de se manter e aí eu vou inventar mais um
3551 tributo sobre o setor empresarial só para manter isso? Não. Então, não é assim
3552 que tem que se pensar. Cobrança é feita para melhoria da gestão de recursos
3553 hídricos para que as pessoas que usam água deem o real valor sobre a água. É
3554 para isso que é feita a cobrança e não para manter a agência. Então, esse
3555 raciocínio está absolutamente ilegal e equivocado. Terceiro ponto, a Agência de
3556 Bacia do Paranaíba não se mantém apenas com recurso de calha do rio. Foi posto
3557 isso em todos os estudos que a ANA fez, podem pegar. A agência se mantém
3558 com 80% do recurso cobrado pelo Estado de Goiás que não cobra. Não tem
3559 instituição. E aí falar que vai aumentar então do empresariado do Estado de Minas
3560 Gerais? Que é o único que está pagando. Esta é a solução? Então, vamos pensar
3561 bem quais são os verdadeiros motivos de uma agência não ter sustentabilidade.
3562 Ela não terá. Pode colocar o preço a ponto de quebrar todo o empresariado que
3563 ela não terá, porque 80% tem que vir de Goiás, e Goiás ainda não tem cobrança
3564 implementada no Estado. Quarto ponto, o Comitê de Doce hoje se apresenta
3565 como um valor que estão dizendo que é razoável, mas não começou assim.
3566 Começou tal e igual está começando no Paranaíba porque é assim que começa.
3567 Ninguém nasce grande não. Todo mundo nasce pequeno e vai crescendo.
3568 Começou assim no CBH Doce. Está nesse ponto hoje porque começou
3569 exatamente como está sendo posto agora. E por fim, hoje teve uma discussão
3570 aqui de manhã e na qual, embora eu defendesse a moção, me sensibilizei questão
3571 da forma. Parecia uma intervenção sobre esse Conselho sobre uma discussão no
3572 Comitê. Eu mesmo me sensibilizei e vi isso que talvez não fosse mais adequada.
3573 No entanto, agora mudou. Agora esse Conselho pode palpar em uma decisão do
3574 Comitê. Está todo mundo aqui se sentindo muito à vontade para intervir em uma
3575 decisão do Comitê de bacias hidrográfica. E só termino agora pedindo ao
3576 secretário que talvez dentro dessas revisões administrativas e regulamentares,
3577 porque o sistema amadurece e precisa de revisões, como foi posto aqui na
3578 Resolução nº 5, que nós também fizemos uma revisão comportamental das
3579 Câmaras Técnicas. Pelo seguinte, a Câmara Técnica é assessora desse Plenário.
3580 Ela não pode vir por um tema, como foi bem dito pelo conselheiro. Ela é assessora
3581 desse Plenário. Ela como assessora desse Plenário numa condição feita essa que
3582 ficou quase que empatado, digamos assim, uma decisão, o parecer não é voto
3583 vencido e nem o voto vencedor. O parecer é inconclusivo porque tantos disseram
3584 assim e outros tantos, quase no mesmo número, disseram assado. A Câmara
3585 Técnica não delibera. Então, a aprovação, votação fica muito esquisito no
3586 colegiado que não é deliberativo. Esse colegiado ou sai por consenso ou os
3587 dissensos têm que vir aqui muito bem relatados para que nós conselheiros, que
3588 não participamos da discussão, saibamos porque votou a favor ou contra e quais
3589 são os motivos. Porque como minha assessora, como a Câmara é minha

assessora dos membros desse Plenário, eu preciso saber do conteúdo das discussões lá e não uma votação cinco a seis, seis a cinco, coisas desse tipo. É isso. Obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Agradeço a intervenção da conselheira Patrícia. E como temos ainda vários oradores inscritos, eu solicito que se atendem ao tempo regulamentar de três minutos. Conselheiro Leonardo.

O SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (IMASUL) – Presidente, eu ia até falar um pouco, mas até para ficar nos nossos três minutos, eu vou passar a palavra ao Bento, presidente do Paranaíba.

O SR. BENTO DE GODOY NETO (CBH Paranaíba) – Bem, eu acho que depois do que a Patrícia falou. Então, nós percebemos aqui que todas as falas de aumento de valores e tudo vieram de algum ponto, algum ponto bem menor, bem mais baixo da curva do que o que tem hoje. Por exemplo, o Doce e etc., os exemplos aqui, os top 10 vieram de baixo. Ainda mais de lugares onde você nunca teve cobrança, uma coisa nova, está chegando ali igual Goiás. Goiás precisa mesmo de ter essa cobrança, mas tem que começar por algum lugar. Então estão começando pela calha. O valor acordado dentro do Comitê depois de dois anos, a ANA diz que são quatro anos até de discussão, dentro do Comitê, chegou-se a esses valores, nesse mecanismo. E hoje depois de indicação da própria CTCOB, nós nos sensibilizamos enquanto Comitê e mandamos, inclusive uma moção que foi mandada para todos os conselheiros, afirmando que temos a disposição enquanto Comitê de até três anos, depois de começada a cobrança, melhora alguma coisa do que nada, dentro desses Comitês que foi o possível acordado e foi feito, para que voltar isso dentro de um Comitê para discutir de novo o que já foi discutido. Não é razoável. Seria o Conselho Nacional falando para o Comitê que não fez a lição de casa. Vocês discutiram, mas manda outra coisa que esse aí não serve. Então, em três anos nós nos comprometemos enquanto Comitê de trazer uma nova possibilidade aqui dentro, tanto de mecanismo quanto de valor. Isso já tem essa moção já encaminhada a todos. Então, mais uma vez como já pedimos na CTCOB, foram oito horas e meia de reunião, não foi só 6h, não. Então, foi um assunto que foi lá na frente e voltou, mas foi. E na CTIL também teve essa apreciação e hoje estamos aqui. Ávidos por termos a nossa carteira de habilitação e começar a atingir a maioria dentro do Comitê. Ser um Comitê que faça a cobrança. E começa ali de pouquinho, mas que vai aí como um adolescente que está com os seus 30 anos dentro de casa ano. Mas que comece a realmente ganhar o seu espaço e crescendo e fazer algo pela bacia. E nós não esperamos de forma alguma que esse dinheiro da cobrança seja suficiente para resolver todos os problemas, que não é. Os Estados têm as suas funções, o

Comitê tem a dele. E é isso que nós queremos. Nós queremos essa liberdade de continuar trabalhando e continuar realmente fazendo a diferença dentro da bacia do Paranaíba e trazer essas cobrança e etc., e melhor planejamento para dentro dessa bacia, que é muito importante para nove milhões de habitantes que estão dentro dela. Muito obrigado a todos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) –
Agradecemos a sua intervenção. Convidamos o conselheiro Wilson.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Segmento de Turismo) - Bem, esse assunto do Paranaíba, quem já falou antes de mim já contemplou muito do que eu ia colocar aqui para vocês. Você tem como colocar o mapa da bacia que está na apresentação da Agência Nacional de Águas? Eu queria chamar atenção de vocês o tamanho dessa bacia hidrográfica. Ela é imensa, pega quatro Estados da Federação. Então é natural que existem divergências principalmente de legislação e diferentes estágios de implementação da Política de Recursos Hídricos em cada Estado. Então, há necessidades de se fazer alguns ajustes institucionais e legais para possibilitar que esse Comitê que foi criado com o objetivo de ser um Comitê de Integração venha de fato ser um Comitê de Integração e tenha uma agência de bacia para toda a bacia de modo a diminuir o custo e possibilitar a sua sustentabilidade. Então, essa cobrança que foi pactuada dentro do Comitê só vai para calha do Paranaíba e para alguns rios do domínio da União, acredito que o São Marcos e alguns aqui, o Descoberto talvez. É claro que essa cobrança não é suficiente nesse momento para dar a dita sustentabilidade a agência que já foi criada. Essa agência foi criada. Agora, tem esse questionamento que a Patrícia falou que eu concordo com ele. Quer dizer, se será que somente o dinheiro, sete e meio da cobrança é que tem que financiar o funcionamento da agência? Isso é questionável, é discutível. Isso é pauta do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, o que eu queria colocar aqui, diferente do meu colega aí do grande Estado da Paraíba, é que esses valores foram pactuados no Comitê. Houve um avanço no setor agropecuário de preços. Porque a tradição dos outros Comitês são os preços muito subsidiados para o setor agrícola. E nós avançamos bem aqui na estipulação do PPU para o setor de irrigação principalmente. E nós temos aqui na bacia do São Marcos a maior área irrigada do País. Então, nesse sentido, eu gostaria de pedir para essa plenária aprovar os valores que foram pactuados. Lembrando que esse é um Comitê de Integração. Quando a cobrança for implementada no Estado de Goiás, com certeza haverá sustentabilidade também no Distrito Federal e no restante de Minas. Porque Minas tem cobrança só na bacia do Araguari. E tem mais duas bacias hidrográficas no Estado de Minas Gerais. Com certeza, haverá essa sustentabilidade financeira. Era só isso. Muito obrigado.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (Organizações Técnicas) – Queria só fazer umas reflexões com relação ao que tem sido colocado, já foram algumas falas que eu acho importante. A questão da revisão, da normatização, as diretrizes, as orientações e a questão da cobrança. E isso nós temos já como encaminhamento do próprio plano, na prioridade nº 13. Então, eu acho que isso tem que colocar na pauta agora, na primeira reunião de CTCOB e fazer o estudo de todas essas normativas que nós temos com relação a cobrança para poder orientar. Da mesma forma as questões metodológicas. Quer dizer, já tem uma experimentação muito grande já colocada e já existe um amadurecimento do que deu certo e do que não deu certo, o que precisa melhorar. Enfim, também revisar isso e isso também está na pauta da nossa revisão do plano, aliás, nas prioridades colocadas no plano. Então eu acho que isso é extremamente importante justamente para aproveitar isso. E esse caso em específico é bem significativo, na minha visão pessoal. É importante começar, se é para começar e depois revisar. E ter esse prazo para revisar. Eu acho que nós precisamos ter dentro dessas revisões de normatização. O que é valor mínimo? Eu acho muito bem colocado pelo João Fernandes. É importante isso entrar na discussão, estudos de qual é o valor realmente que nós vamos dar para essa água, eu acho que é importante. Esse valor não é um valor de valorização, mas é um valor arbitrado em função de alguns estudos de possibilidades, enfim. A questão da porcentagem da sustentabilidade foi colocado, eu acho que foi colocado também pelos meus antecessores. E a questão rediscutir realmente de onde virá o recurso para sustentar a agência. Isso lá no Rio Grande do Sul também tivemos uma discussão bem grande esse ano. Nós formamos um seminário porque nós também não temos nenhuma agência lá. E achamos que a agência não deve ser realmente única e exclusivamente sustenta pela cobrança, senão não vamos conseguir iniciar a cobrança. E a frequência de correção. Acho que essa questão tem que ser colocada no CTCOB, eu acho que é extremamente importante. Não dá para ter um valor que fique congelado sabe lá por quantos anos porque realmente o sistema enfim não vai funcionar. Isso é coisa para ser refletida, pensada, analisada, amadurecida dentro da Câmara Técnica. Então, eu acho que esse encaminhamento eu deixo, eu peço para colocar. E eu tenho a minha opinião com relação a esse início. Eu acho que tem que iniciar de alguma forma, não é o ideal e não está OK. Não vai sustentar a agência, mas é uma maneira de experimentação.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Agradeço. Convido a conselheira Jordana a se manifestar.

A SR^a. JORDANA GABRIEL SARA (FAEG) – Bem, todos que falaram antes já puseram todos os pontos. Uma coisa que tem ficar bem clara para todos os conselheiros é que a construção do Paranaíba como já colocaram e eu estou reforçando, ela já prévia que enquanto a cobrança não fosse feita a nível de

Comitês Estaduais e calha federal, ela não teria sustentabilidade. Isso foi apresentado em todos os cenários E mesmo assim o setor usuário se dispôs a discutir um mecanismo e aprovar valores. Valores que por muitos podem ser ditos baixo, o setor que paga que é o setor usuário fez a conta. Isso foi levado em consideração para se chegar nesses valores de PPU. Afinal, quem está pagando a conta tem que saber o quanto que isso eu vá impactar no custo. Outra coisa que coloca-se e já existe também, já foi feita um repasse de uma cota para viabilizar até mesmo essa agência, enquanto os estaduais não cobriam, que seria um repasse pago pelo setor hidroelétrico, para dar uma maior possibilidade. Até onde me lembro foi falado também que a ANA faria esse tipo de repasse, seria uma cota. Então, eu acho que nós simplesmente colocar e achar que os valores são baixos, houveram três anos de discussões em cima disso. E se nós lembrarmos bem quando foram estabelecidos os valores dentro do Paranaíba, eu posso falar porque participei da construção de todo o processo dentro de Paranaíba, a conta nunca é feita pelo o que a agência precisa para se manter, é que o setor consegue arcar, pagar para ter o sistema funcionando também. Então, eu acho que isso tem que sim ser levado com bastante consideração. E os valores para quem paga têm uma projeção que foi até apresentada pela ANA. E se você ver uma projeção de um ano para o outro aumentar mais de 30%, eu acho maior que qualquer correção que alguém poderia estar sugerindo. Então progressão levou em consideração esses reajustes. E como foi colocado nenhum Comitê começa cobrando 13 centavos, 0,13, 0,15. Então, a Paranaíba para começar foi o que o setor usuário ano passado em pleno momento de crise para todos os setores esteve disposto a discutir e chegar a valores que seriam aceitáveis e caberiam como insumos como por muitos foram colocados.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Nossa posição é que a sinalização econômica é extremamente importante no uso racional para incentivar o uso racional das águas. Uma informação adicional que agora em novembro foi aprovado uma Lei referente ao setor elétrico. E houve um aumento, não é diretamente cobrança, mas é a compensação que o setor hidrelétrico paga. Mas houve um aumento da compensação financeira pelo uso do recurso hídrico de 6,75% para 7%, em contramão de tudo isso de redução que nós discutindo valor. O setor elétrico por iniciativa de uma MP houve um aumento da compensação financeira e, inclusive as PCHS também vão passar a pagar compensação financeira. Nós entendemos, eu ratifico novamente, que a sinalização econômica é fundamental, até porque os projetos de eficiências energéticas normalmente quando são trabalhados do ponto de vista do setor elétrico levam em consideração a tarifa de energia elétrica. Se tiver uma tarifa de uso, uma cobrança de uso de água que não viabiliza esses projetos de redução de consumo de água, os projetos não vão acontecer. E me chama atenção também é que eu resgato aquele relatório da OCDE, governança de recursos hídricos no Brasil. A OCDE destaca duas bacias no Brasil onde tem grandes problemas de uso de água, conflitos de uso de água, são quais? São Francisco e a bacia do São Marcos. Pelo

o que eu observo ali na tabela são as duas bacias com menor valor de cobrança de recursos hídricos. Como que pode onde tem conflito ter uma tarifa que é a mais baixa do Brasil? Eu acho isso inadmissível. O setor elétrico vem contribuindo bastante em termo de recursos financeiros através da SEFUR para manutenção de toda a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. E essa é uma responsabilidade que tem que ser compartilhada entre todos os usuários, não somente o setor hidrelétrico tem que arcar com essa questão de cobrança.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Eu agradeço. Eu convido o conselheiro Sílvio.

O SR. SILVIO RENATO SIQUEIRA (SABESP) – Bom, primeiro eu queria manifestar aqui em que pese a minha profunda admiração e respeito pelo colega João Fernandes. Com relação a brincadeira quanto a cobrança, eu queria registrar que ninguém aqui está brincando sobre esse assunto, não estamos aqui de brincadeira. O Conselho não está aqui de brincadeira. O Conselho não está aqui de brincadeira, a coordenação não é de brincadeira, essa brincadeira custa para a instituição que eu represento a faixa da 80 milhões de reais por ano, então é uma brincadeira bastante onerosa e que precisa ter resultados efetivos na aplicação dos recursos, é para isso que está estamos aqui todos empenhados em busca de melhoria, é um processo de melhoria no que tange a arrecadação e também ao uso dos recursos arrecadados. Isso tem que passar também pela questão da uniformização, quer dizer, nós vemos distorções ainda remanescentes, estamos caminhando nessa Resolução do Paranaíba no sentido de reduzir as diferenças de tratamento em relação aos setores de usuário, isso é muito importante. Eu queria colocar também que como já visto na questão que foi tratada na matéria anterior do para o Paraíba do Sul em relação a transposição do Guandu em que houve um pacto entre os setores representantes, os Comitês foram, o pacto foi respeitado, foi obtido através de muita negociação, e nesse caso do Paranaíba não é diferente, temos que enaltecer esqui o esforço dos setores, de todos os setores representantes do sistema em atingir uma situação de consenso que pudesse satisfazer os anseios do todos os segmentos, isso foi conseguido pelo Comitê. E o que foi reiterado ainda por meio de um ofício que o Comitê enviou a este Conselho manifestando se com relação que fossem respeitadas as duas decisões tomadas ao longo do processo de discussão, então eu acho que não cabe a est Conselho brincar de descentralizar, ou seja, se há um processo de descentralizar a decisão, a descentralização ocorreu, foi legitimamente tomada pelo Comitê, então não cabe aqui a este Conselho criar formas de impor vontades que não necessariamente correspondem a maioria dos representantes sobre à manifestação que o Comitê legitimamente tomou nas suas discussões dentre os seus membros. Reitero que a matéria seja aprovada na forma foi recomendada pela CTIL e que finalmente possamos então continuar com o processo que o Comitê vai se propor a aprimorar, quer dizer, já houve uma evolução no sentido de

que num certo espaço de tempo, a princípio três anos, essa discussão vai ser retomada no Comitê, ele poderá seguir com as discussões e a melhoria do sistema. Já houve uma evolução de valores no que foi proposto pelo Comitê, no sentido de uma progressividade, a apresentação da ANA mostrou no primeiro slide apenas do primeiro ano em que as distorções, as diferenças entre os outros Comitês eram mais visíveis, mas não mostrou o *slide* do ano final em o que valor proposto pelo Paranaíba era até maior do que os outros Comitês que foram apresentados, se aproximando ao Comitê do São Francisco. Já houve uma preocupação na manutenção, na evolução dos valores da cobrança, dos valores arrecadados. Valores esses que como já foi dito pelos colegas que me antecederam, não são aqueles valores que serão responsáveis por resolver todos os problemas da bacia, não foi para isso que o sistema foi querido. Então existem outras fontes de recurso, outras alternativas, e isso tem que ser trabalho e gestado tanto por esse Conselho, como pelas demais instituições que atuam nesse meio. Eu queria mais uma vez registrar que a matéria seja, no ponto de vista do meu segmento, seja votada no sentido do encaminhamento da aprovação e da forma como veio encaminhado pela CTIL. Muito obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –
Ok, obrigado, conselheiro. Conselheiro, Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (Organizações Não-Governamentais) – Evidente que com essas falas todas eu me sinto bastante contemplado. Contudo eu queria aproveitar a discussão para colocar um ponto que me chama muito a atenção, e que às vezes, esse raciocínio muito simplista de associar a cobrança, a função do Comitê ao exercício da cobrança, ele por si só explica o que é o sistema, para que serve o Comitê, para que serve a cobrança em si, e eu vejo que há uma certa pobreza nessa discussão, porque o Comitê como ente de tomada de decisão sobre o uso dos recursos hídricos de uma bacia, ele tem uma amplitude muito grande que não ocupa esse espaço, que não diz respeito somente ao exercício de obras em um determinado afluente ou na calha em função do dinheiro que arrecada, ele tem um papel de instância política, de identidade política que interfere nos outros entes de governança para que ações sejam feitas, articuladas para melhorar as condições socioambientais e qualidade e quantidade de água. Então eu quero com essa minha fala dizer que não é saudável associar a eficácia e a existência de uma agência ou então do Comitê a simplesmente um exercício de cobrança, eu penso que existe uma pobreza muito grande em muitos Comitês que poderiam estar tomando decisões que não tem muita relação com o instrumento da cobrança, e sim com o posicionamento político que ele poderia ter feito, eu participei no Comitê do Santo Antônio, uma fluente lá do Rio Doce onde o Comitê teve um papel fundamental na articulação de recursos da FUNASA para melhorar as condições de saneamento da bacia. Então a existência do Comitê com a sua agência delegatária, a entidade

delegatória funcionando por si só, ela pode dar sentido a aplicação desses sete e meio por cento, que tem que continuar a existir essa possibilidade do Comitê se posicionar politicamente, se ele não tem dinheiro para condições de definir aplicação do recurso e infraestrutura e melhoria das condições da bacia, mas ele tem esse espaço que precisa ser mantido enquanto ente de governança e tomada de decisão, alguns presidentes do Comitê, algumas diretorias ou até mesmo alguns Comitês desconhecem essa possibilidade. O professor Anivaldo, do Comitê do São Francisco me falou sobre sessenta e duas normas que dizem que o Comitê pode intervir e opinar em uma determinada bacia para que as condições de uso e sustentabilidade dela sejam melhoradas em relação a outras políticas públicas. Então nessa linha de raciocínio, senhor presidente, senhor secretário, eu queria dar esse subsídio para que nós aprovássemos essa Resolução nos moldes que foi aprovado, evidentemente que vai dizer para as ONGs que foi bom, que esse é o melhor resultado? Não foi, nós tivemos muitas viagens, foi muito cansativo, três anos ou foram dois anos de discussão e sentimos que houve uma flexibilização, eu mesmo que era quatro reais, não me lembro do valor, baixamos para dois e foi chegando em um acordo, eu acho que o exercício mais bonito da política é quando nós conseguimos convergir e cria um ambiente propício para conseguir superar o problema depois, eu tenho certeza, e não foi de mal sentimento o fato de nós não termos conseguido o melhor que foi de valor, nem tampouco porque colocou esse reajuste, eu sou em tese plenamente a favor do reajuste e de se colocar aqui o ambiente de revisão desse tipo de situação, e essa CTCOB pode voltar isso como prioridade, eu peço ao secretário para colocar isso como prioridade na discussão e nós aprovarmos essa Resolução do jeito que está, porque deu muito trabalho para chegar nisso aí.

O SR. PAULO VARELA (ANA) – Eu gostaria de dar a palavra para o colega Ney Murtha.

O SR. NEY MURTHA (ANA) - Bom dia a todos, infelizmente eu vou ter que ficar de costas para alguns aqui... para os meus companheiros. Bom, nós temos trabalhado no Paranaíba já algum tempo, acompanhando de perto esse processo, e nós precisamos dizer que a avaliação que a ANA tem é que os valores e mecanismos propostos pelo Comitê, do modo como saíram de lá, eles não representam nosso modo de ver, um avanço na gestão da bacia, pelo contrário, esses valores, senhor secretário, se eles forem reproduzidos em todos os domínios da área de atuação do Paranaíba, eles não representam a sustentabilidade da agência como foi aprovado pelo próprio Comitê do Paranaíba. Então não é para nós um avanço na gestão, começar com valores baixos, eu queria dizer que é um outro prejuízo para a gestão, por quê? Isso não é nenhum modelo teórico que se desenvolveu, isso é experiência. Em todos os Comitês que implementaram a cobrança em nenhum deles o valor do preço público unitário ou da arrecadação melhorou com o passar do tempo. Então essa é infelizmente a

3905 experiência que nós temos dos outros Comitês e nós não temos motivo nenhum
3906 para crer que vá ser diferente no Paranaíba, infelizmente. Nós não temos
3907 expectativa de que no curto prazo Goiás vá implementar cobrança nos domínios
3908 do Estado na área de atuação do Comitê do Paranaíba. Então nós estamos aqui
3909 para dizer muito claramente que a sustentabilidade da agência é sim uma das
3910 grandes referências que nós temos quando nós vamos avaliar os preços públicos
3911 que são propostos pelo Comitê. E aí eu queria me referir a um termo que foi usado
3912 aqui anteriormente, o Conselho Nacional não está palpitando naquilo que foi
3913 enviado pelo Comitê, isso é uma atribuição legal do Conselho Nacional de
3914 Recursos Hídricos estabelecer os valores propostos pelo Comitê. Então um pouco
3915 mais de respeito com os Conselheiros e com o Conselho. Nós precisamos dizer
3916 que dos três objetivos da cobrança, reconhecer água como bem econômico,
3917 incentivar a racionalização e obter recursos para implementação do plano e mais
3918 adiante a lei que fala para sustentar a agência nenhum desses objetivos são
3919 atingidos com os valores propostos pelo Comitê. Nós tivemos a oportunidade de
3920 falar sobre isso longamente no CTCOB, a CTCOB se sensibilizou com os
3921 argumentos e da nossa análise técnica anterior nós já tínhamos sugerido que
3922 esses valores propostos pelos Comitês seriam inadequados e que na nossa
3923 opinião o mais adequado seria devolver ao Comitê para uma reanálise. Obrigado.

3924
3925
3926 **A SR^a. PATRÍCIA BOZON (FIENG)** – Bom, eu vou tentar ser bem rápida porque
3927 eu estou sempre extrapolando. Bom, a primeira coisa é que PPU não é taxa, não
3928 é tarifa, aumentos de taxas, de tarifas tem legalizações próprias para isso,
3929 infelizmente o PPU não tem, apesar de nós termos pedido aqui várias vezes para
3930 que se tivesse uma discussão nesse Conselho a respeito disso. Segundo dizer
3931 que o único estudo sério a respeito da relação cobrança e melhoria da eficiência
3932 empresarial no uso da água é do PCJ, e a melhoria foi de 50%, então em quase
3933 todos aumentou muito a melhoria. Nós reduzimos o valor da outorga em mais de
3934 50% com a cobrança pelo uso da água. Terceiro, não há nenhum estudo sério
3935 dizendo qual é valor pequeno ou valor grande, fala-se em valor pequeno ou
3936 grande por sentimento, pela unidade do dinheiro aí centavo é pequeno, não existe
3937 nada sério a respeito disso, e foi a reação do representante do saneamento ela é
3938 totalmente plausível, porque o maior usuário pagante é o saneamento, ele repassa
3939 corretamente para quem realmente usa para que ele, essa pessoa tenha o real
3940 valor da água e a sociedade brasileira, ninguém avaliou se a sociedade brasileira
3941 está preparada para absorver aumento de tarifa de água advindo de aumento de
3942 PPU, ninguém está preparado para isso, não existe nenhum estudo sério, como
3943 não existe nenhum estudo sério da cadeia produtiva, o que é lá na ponta custar
3944 isso e chegar até a minha geladeira em casa, também não tem nenhum estudo
3945 sério a respeito, esse é um ponto. Segundo ponto, eu acho que atraso na
3946 cobrança pelo uso da água, não avançar na cobrança do uso da água é passar 13
3947 anos e o privado não ter acesso a esse dinheiro, é passado 13 anos e não ter uma
3948 regulamentação própria para o controle pelo uso da água, esse é efetivamente um
3949 grande atraso mesmo que nós precisamos parar para pensar. E por fim dizer o

3950 seguinte, de novo, de manhã mais cedo fiquei sensibilizada com a nossa proposta
3951 aqui de não estar interferindo em uma decisão do Comitê ou não suspender uma
3952 discussão do Comitê. Eu aqui, secretário, deveria até apoiar voltar para o Comitê,
3953 você sabe por quê? Vai ficar mais dois anos discutindo e como eu sou pagante, eu
3954 vou adorar, porque isso vai, essa cobrança que era para vir agora em 2017 vai vir
3955 lá para 2018, não tem problema, não teria problema nenhum se eu fosse
3956 desonesta com os princípios, aprovar isso e depois deixar lá no Comitê mais dois
3957 anos discutindo, mas não. Eu estou sendo aqui honesta com o que foi posto, tudo
3958 aqui pela parte da manhã, o respeito ao que os Comitês decidiram, porque eles
3959 decidiram assim porque conhecem a bacia, porque sabem, fizeram as contas, os
3960 usuários lá presentes fizeram as contas, por isso que eles decidiram assim, é
3961 muito fácil decidir de Brasília o que vai impactar lá na ponta, obrigada.

3962
3963
3964 **O SR. GUSTAVO (Ministério das Cidades)** – Eu queria dizer aqui o seguinte,
3965 concordo com a Patrícia nesse aspecto de que realmente na parte da manhã teve
3966 uma discussão aqui e o encaminhamento foi de que a partir de Brasília nós não
3967 desrespeitássemos uma decisão que estava sendo emanada do Comitê, até em
3968 função de uma colocação ou de uma proposta de moção do Ministério de Minas e
3969 Energia, que era em proposta que refletiu a preocupação do setor elétrico dentro
3970 da atuação do próprio Comitê. Eu queria aproveitar para dizer o seguinte, a
3971 questão do setor elétrico por alguma razão o setor elétrico tem recebido um certo
3972 massacre de mídia, como se o setor elétrico fosse responsável pela crise que nós
3973 estamos passando, em função das decisões que foram tomadas, isso em parte
3974 pode ter realmente acontecido toda intervenção governamental que é feita as
3975 vezes por critérios políticos acaba dano problemas, mas nós temos que entender,
3976 e eu queria colocar isso claramente aqui, que o setor elétrico é um setor
3977 fundamental para o país, a preocupação que nós tínhamos e que nas reuniões
3978 nossa também foram reservados é que se em uma situação limite todos os
3979 Comitês resolvessem colocar o setor elétrico no último lugar das suas prioridades,
3980 isso poderia gerar um problema muito grande no país, não precisa nem ser todos
3981 os Comitês não, uma parte dos Comitês. Então esse é um assunto que tem
3982 relevância nacional, eu penso que o Comitê, que é o Conselho Nacional de
3983 Recursos Hídricos tem que ter uma atuação também no sentido de procurar
3984 mecanismos que possam harmonizar os conflitos existentes, que ainda estão
3985 restritos a algumas bacias, mas que com a evolução do tempo podem se
3986 generalizar. Então eu penso que nós não podemos, concordo com a Patrícia, nós
3987 não podemos ter dois pesos e duas medidas. Eu ouvi a fala do presidente do
3988 Comitê do Paranaíba, e o que ele colocou é que ele, vamos dizer, já foi objeto de
3989 uma longa discussão lá dentro no Comitê, uma discussão que levou anos e eu
3990 penso que voltar tudo à estaca zero de novo e começar outra vez uma nova
3991 discussão não é um mecanismo que seja adequado ou produtivo. Por outro lado,
3992 ele está dizendo que está se comprometendo a em um período aqui de tempo, se
3993 eu não engano já foram dois ou três anos, é de fazer uma revisão desses valores,
3994 mas pelo menos vai ter sido dado início a um processo, lá em Minas Gerais tem

um ditado que fala que o começo de angu é mingau, então não sei, talvez vamos começar pelo mingau, pelo menos institui a cobrança, e nesse meio tempo eu acho que a própria situação de conscientização do país, a questão de verificar como é que vai ficar a cobrança no estado de Goiás, precisa ter um encaminhamento, quem sabe o CNRH possa ter até uma atuação, não no sentido de imposição, mas no sentido de conscientização. E finalmente a questão do preço da água no saneamento, a água, embora isso seja mais ou menos de conhecimento geral, mas a água que as empresas de saneamento os presidente horas de serviço cobram é a água tratada, não é a água que vem do... a água não sai do rio e vai direto para a casa do consumidor, ela tem todo um processo de engenharia e um processo até industrial no meio, representado pela captação, pela adução, pelo bombeamento, pelas adutoras, pela chegada nas estações de tratamento de água, onde a água bruta é passada por um processo de recebimento de cal, sulfato de alumínio, de floculação, de decantação, de filtragem, de reservação, de bombeamento para reservatórios, de distribuição, isso tudo tem um custo, inclusive o custo de energia elétrica é um custo bastante significativo, por isso que eu coloco aqui sempre a preocupação também de nós não inviabilizarmos o setor elétrico, não criar custos adicionais para o setor elétrico, porque esse custo depois se reflete para toda a sociedade, inclusive também para o setor de saneamento, que é um setor sacrificado, obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –
Agradeço pela intervenção, e nós temos ainda três oradores inscritos. Então eu gostaria de após esses três, encerrar a discussão. Conselheira Jussara.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (Organizações Técnicas) – Eu queria refletir mais um pouquinho, eu entendo perfeitamente o posicionamento e o argumento dos técnicos da ANA, realmente existe toda essa preocupação legítima, mas por outro lado, e acredito nisso, nós temos discutido muito aonde nós vamos, nessa linha de ponto de vista, porém eu acho que é importante colocarmos o tempo que essa bacia já discutiu tudo isso e chegou nessa conclusão, eu acho que vou de acordo com o último colega que falou, será que deixar na estaca zero não é muito difícil de chegar para frente? A solução de implementar e aí fazer um escalonamento de implantação progressiva nas demais bacia, porque ali pelo que eu entendi, não é em toda bacia que vai ser colocada, me corrijam por favor se eu estiver errada. Então na verdade, esses valores em função do que atualmente desse início que vai colocar. Então ter todo um trabalho de desenvolvimento nesse prazo aí de três anos de estabelecer um cronograma de implementação, de articulação com os Estados para que isso comece a ser articulado e chegar ao longo desse período de três anos, há um *status quo* de pactuação para toda bacia, de todas as sub bacias integrantes, além disso, pactuação também nos valores progressivos, porque nesse meio tempo é possível discutir e trabalhar uma forma de compreensão de que isso possa ser corrigido, aumentado, enfim, tanto as

metas progressivas da inclusão de novos usuários pagantes, como também nos valores progressivos ao longo do tempo. Eu acho que essa colocação que ela pode ser de repente até uma outra moção do próprio CNRH, de que o Comitê trabalhe nessa linha, enfim, pode sair junto com isso, mas eu acho interessante do ponto de vista de dar início ao processo, de dar a arrancada, fazer essa experimentação. É minha.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –
Eu agradeço, convido o conselheiro Paulo Varela.

O SR. PAULO VARELA (ANA) – Prometo ser muito rápido, não vamos entrar aí numa polêmica. Eu quero primeiro expressar o profundo respeito a todas as posições de todos os colegas, o que a ANA está tentando fazer é avançar do ponto de vista do que ela entende, mas com profundo respeito, inclusive enfim, a decisão que esse Conselho vier a tomar. Eu só queria rapidamente colocar a seguinte reflexão, nós não estamos para saber o que estamos votando, eu vi falas que falam da importância do Comitê, o espaço político, nós não estamos discutindo isso, o Comitê terá as condições para tanto, seja qual for o resultado, como está tendo hoje sem cobrança mesmo. Então isso nós não temos nenhuma dúvida, e as vezes nós nos confundimos, é tanta fala que nós já não sabemos o que votamos, parece que estamos votando aqui se o Comitê é importante ou não, se será dado a ele condição de continuar, continuará não tem nenhuma dúvida. O que nós estamos tentando fazer é avançar no processo. Mas, eu pedi realmente a palavra porque uma das coisas que a Patrícia colocou, essa necessidade de estudos mais conclusivos, mas que nada dá a informação, eu quero dar a palavra aqui ao superintendente Tom Berto Gonçalves, sobre um estudo que está sendo levado efeito nesse momento, que procura aprofundar esse processo, inclusive com a ajuda da OCDE.

O SR. HUMBERTO GONÇALVES (ANA) – Você não me avisou que eu ia falar, mais tudo bem. Mas eu acho que os Conselheiros estão cientes, a Patrícia inclusive, que a ANA contratou a OCDE para fazer um estudo sobre instrumentos econômicos com foco em cobrança. Então nós começamos os estudos, já tivemos uma primeira reunião de aproximação, onde passamos uma semana inteira, a OCDE convidou todos os segmentos, a Patrícia participou, o Conselho participou, foi convidado, teve um último dia na sexta-feira, teve um dia específico para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, foram colocadas várias questões, eles anotaram tudo isso, vamos ter agora um relatório da experiência internacional, que eles estão nos devendo agora, e a partir de fevereiro nós temos uma primeira semana de estudos de casos, nós vamos para o Rio de Janeiro, nós temos um estudo que nós vamos trabalhar o Paraíba do Sul, que foi o primeiro que começou a cobrar, e vamos trabalhar também a questão do modelo de cobrança do Rio de Janeiro, que é um modelo interessante, que é diferenciado dos outros Estados,

das outras cobranças, e vamos depois na sequência para o Rio Grande do Norte, na cidade de Caicó, na região do Piranhas-Açu, Piancó Piranhas-Açu, que é uma outra realidade que nós escolhemos também para que a OCDE se debruçasse um pouco sobre a questão de instrumentos econômicos e cobrança em uma região que é carente de água, que eu estou, o João Fernandez vem falando aqui desde de manhã as dificuldades de gestão numa bacia que não tem água. Então nós vamos levar lá, tem uma maratona para levar todo mundo da OCDE, nós vamos ter um dia de campo e mais uma sessão de conversas com os membros do Comitê, da mesma forma que nós vamos ter na região do Rio de Janeiro. Então dentro desse processo especificamente para Patrícia, nós também estamos evoluindo bastante nas suas ponderações. Nós estamos evoluindo. Temos um acordo já firmado com a CNI, acho que você está ciente desse acordo para discutir uma série de mecanismos, e de modelagem de cobrança. Nós estamos trabalhando já, até por uma sugestão sua, uma cobrança sua em uma última reunião no ano passado, sobre a questão de acesso do privado ao setor, do acesso ao recurso da cobrança pelo usuário, isso está sendo negociado, está sendo discutido e já temos uma conversa junto com a CNI sobre isso. Então estamos evoluindo sim, estamos evoluindo em todos os pontos que você colocou hoje como se estivesse estagnado, mas não estão, estão trabalhando, ok.

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (Energisa Soluções S.A) – Eu me segurei, tentei não falar, mas não consegui, não deu. Eu vou tentar, eu acho que na verdade, com essa experiência toda que a grande maioria nós temos do Comitê. Eu fico com pena do Comitê do Paranaíba, porque na verdade nós estamos jogando todas as nossas ansiedades, tudo que nós outros tantos Comitês precisamos ver resolvido em uma única deliberação do Comitê do Paranaíba, engraçado que eu comecei a enxergar isso agora, eu não tinha enxergado isso antes, eu comecei a enxergar isso agora aqui nas discussões. Eu queria levantar alguns pontos, o representante do MME falou sobre a questão do 075 que nós pagamos da compensação financeira, e eu ainda falei baixinho ali na hora, um baixinho para todo mundo ouvir, que na verdade nós já tivemos 800% de aumento do setor hidrelétrico, que nesse 075 e o que sustenta esse sistema hoje é o recurso que vem para a Agência Nacional de Águas, tudo bem, Patrícia, é tarifa, não fomos nós que escolhemos, veio de cima para baixo. Quem paga, não fomos nós que escolhemos, é tarifa, como saneamento é repassado como um todo. Todo mundo, só aço que não consegue passar, os outros todos, nós discutimos isso exaustivamente no Comitê, só aço não consegue passar para o seu produto, o resto, todos os outros usos. Então o que nós temos hoje do setor elétrico é esse 075, é tarifa e teve 800% de aumento, desde 2000, quando foi criada a lei 9984 que começou a cobrança desse 075, e tem proposta no Congresso hoje para aumentar esses 075 para passar recursos para municípios e Estado, e em nenhum momento veio falando: vamos aumentar para passar recursos para o sistema, tem Estado que ainda passa, investe esse recurso em recursos hídricos, município não investe, mas esse é outro assunto. O que eu

4130 queria colocar é o seguinte: nós temos uma ansiedade, eu não quero colocar esse
4131 nome, porque toda vez que nós falamos de índice de correção monetária, parece
4132 que nós estamos falando de alguma coisa que é pecaminosa. Eu não tenho um
4133 nome similar ou algum outro nome que nós possamos dar a isso. Mas eu quero
4134 dar um exemplo, no CEIVAP nós tivemos a ponto de ter que demitir cinco a seis
4135 funcionários da AGEVAP, porque nós estamos desde que nós aprovamos a
4136 cobrança sem ter aumento do PPU, e aí eu pergunto: é interessante para nós
4137 ficarmos nessa insegurança de aumento de PPU a cada vez que nós precisamos
4138 renegociar investimento? Então não é interessante ter aumento de PPU, acho que
4139 PPU tem que ser uma coisa consolidada, sólida, discutida, como eu falei hoje aqui
4140 que foi a nossa discussão no CEIVAP, nós sentamos todos os usos, discutimos,
4141 enquanto todo mundo não levou o seu dever de casa, foi lá, fez as contas, não,
4142 isso aqui dá para nós colocarmos, vamos fechar e fechamos todos juntos, que
4143 parece que é o que o Paranaíba está colocando aqui. Só me preocupa uma coisa,
4144 quando nós apresentamos uma proposta no Conselho, a nota técnica da ANA veio
4145 dizendo que essa era uma cobrança que, isso há 13 anos atrás, tudo bem, que
4146 era viável, hoje nós temos uma nota técnica da ANA que não mostra essa
4147 viabilidade, eu estou colocando como preocupação. E aí um pouco do que Nei não
4148 falou, nós temos sim, eu acho que nós temos que fortalecer o Comitê, agora se
4149 nós não precisamos da manifestação do Conselho Nacional, então nós tiramos
4150 isso da lei e isso não precisa vir aqui para o Conselho mais, isso fica resolvido no
4151 âmbito do Comitê. Então para quê vir para o Conselho para nós discutirmos.
4152 Então eu acho que esse é um ponto. O outro ponto é: não acho justo nós
4153 colocarmos esse peso dessa ansiedade toda nossa, de todos os Comitês em uma
4154 resolução de um único Comitê. Então talvez nós assumirmos aqui, criar coragem e
4155 levar essa questão para a CTCOB e dar um prazo, o Conselho Nacional dar um
4156 prazo a CTCOB para se manifestar sobre essa questão para todos os Comitês,
4157 como regulamentação, nós não discutimos hoje de manhã que o papel do
4158 Conselho é regulamentar, é criar normativa gerais? Então nós damos um prazo
4159 para a CTCOB apresentar para o Conselho Nacional proposta, isso, mas agora
4160 nós damos um prazo, mas aí nós estamos assumindo isso aqui, Patrícia, com
4161 prazo e tudo, nós vamos ter que sair daqui com o Conselho dando um prazo para
4162 a CTCOB para apresentar essa discussão. Eu acho com que isso nós tiramos um
4163 das costas do Paranaíba essa ansiedade do Comitê, só acho, não me tira a
4164 preocupação, eu continuo falando, eu continuo preocupada com a nota técnica da
4165 ANA dizendo que não há viabilidade financeira, isso é preocupante. Eu acho que
4166 nós temos que pensar nisso sim, porque o CEIVAP nós tivemos... aí sabe o que
4167 nós fizemos? Nós reunimos quanto que nós precisamos aumentar para não ter
4168 que demitir esses funcionários, é assim que nós vamos funcionar? Esse é o
4169 funcionamento? Eu acho que não é esse o funcionamento. Então que não seja
4170 índice, que não seja correção, que nós demos outro nome, mas nós precisamos
4171 de alguma atualização, porque o salário do funcionário da agência é atualizado
4172 todo ano pela CLT, não adianta nós fugirmos dessa questão. Então são questões
4173 que são postas e que nós não podemos fugir. Então tem o 075 do setor elétrico,
4174 vamos colocar a mão nessa caixa de marimbondo e vamos discutir isso também.

Nós temos tentado fazer isso aqui no Conselho Nacional há um bom tempo, vamos trazer o 075 para essa discussão também. Então que nós tragamos tudo isso, mas que nós sentemos e amadureça como nós achamos que já temos uma estrada que nós já percorremos que está na hora, que nós já estamos um pouco maduros para nós começarmos a discutir sobre isso. O que não dá é nós termos medo de falar as palavras certas, as discussões certas, e às vezes para poder colocarmos essa nossa ansiedade, talvez frustrar o Comitê, uma bacia, então para não frustrar um Comitê e uma bacia nós vamos com uma proposta, dá um prazo pensando na preocupação dessa nota técnica da ANA, que eu acho que nós não podemos desmerecer o papel do Conselho, dar um prazo, então esse foi o consenso do Comitê, no CEIVAP o Conselho não deu prazo para vários, não colocou vários estudos que nós tínhamos que fazer ao longo de seis anos para provarmos que aquela cobrança era viável? Nós aprovamos como o Comitê está propondo, mas damos um prazo de dois anos para ele retornar, porque menos de dois na bacia nós sabemos que não dá, para ele retornar aqui e mostrar que esses valores que ele propôs é viável, mas aliado a isso encaminha para a Câmara Técnica com um prazo de retorno, a Câmara Técnica de cobrança com um prazo, lá está de três anos, ok. A Câmara Técnica de cobrança com um prazo para sentarmos aqui e discutir de verdade, gente, o que é essa questão de atualização, correção, seja lá o que for, que nome nós dermos, mas o que nós não podemos é ficar com um valor, quando nós sabemos que quando você aprovou lá há 13 anos atrás e ele tinha um valor e ele hoje o valor é outro, então não adianta falar: eu não quero índice, mas eu aprovei um valor que ele hoje no valor real dele não é o mesmo mais. Então nós temos que sentar e nos debruçarmos sobre essa questão, e aí como eu falei, colocarmos a mão na caixa de marimbondo e nós discutirmos a 075 do setor hidrelétrico também nessa discussão.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –
Ok, conselheira Aparecida. Fechou com chave de ouro, com sete minutos de tempo. Após as amplas manifestações do plenário, vamos colocar em votação a proposta. Explicita a CTIL, por favor.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUT (SRHU/DRH) – Pelo que eu entendi, Aparecida, é que a proposta do CTIL e faz o encaminhamento para que a Câmara Técnica CTCOB discuta esse assunto. Você sabe que... não aqui. Então eu proponho que nós discutimos a aprovação conforme a recomendação da CTIL e fica, consta em ata que a CTCOB estude esse problema no prazo... mas não pode colocar na Resolução... e onde vai pôr se não for na ata?

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (Energisa Soluções S.A) – Júlio, nós aprovamos a resolução, e condicionando que para retirar o que está posto lá pela CTCOB nós levemos esse assunto para a CTCOB de volta e dá um prazo para a

CTCOB se manifestar no Conselho. Eu estou condicionando para eu poder votar na retirada, eu estou pondo uma condicionante.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Qual é a proposta? Vamos lá. Qual seria o prazo? CTCOB com a palavra. Eu também acho que tem que separar.

A SR^a. LÍVIA ROMANO (CTCOB) – Realmente, vamos tratar de forma separada, em relação ao prazo, menos de duas reuniões é completamente inviável, duas reuniões do plenário, uma discussão muito densa. Não necessariamente erro da CTCOB, do plenário, menos de duas reuniões é inviável... o plenário, plenário daqui, porque lá não é plenário... isso, menos de duas reuniões é inviável, que é uma discussão muito densa.

A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*... para esse conselho, para que ele se fortaleça, então ele não precisa ficar se reunindo só duas vezes ao ano ordinariamente, se nós tivermos um assunto de muito denso de interesse, essa reunião vai acontecer.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) – Conselheira Jussara.

A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (Organizações Técnicas) – O que eu entendo é o seguinte, uma coisa é a Resolução é essa para aprovar, para um assunto, o outro do encaminhamento é exatamente aquilo que inclusive nós aprovamos hoje no plano, a CTCOB já está com essa incumbência de rever todas essas questões que estão colocadas na pauta, então a questão é só do prazo, lá no plano está o prazo de dezembro de 2019. Então isso é uma votação outra que nós colocamos, se esse prazo está razoável ou se nós mexermos nesse prazo, só isso. Porque aí nós podemos destacar um tema da CTCOB, porque ali nós estamos colocando lá no plano para revisar tudo, para ver se está tudo ok, e etc. Mas aí nós podemos destacar esse item específico, com um prazo X lá para a CTCOB, esse é um outro assunto, então eu acho que a minha sugestão é votar a minuta e depois ver se cabe aqui votar em seguida prazo para a CTCOB ou se nós deixamos para depois.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –
Não é por aí. Você pode votar contra.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu tinha entendido, vejo só, nós estamos discutindo aqui uma resolução, aí tem a proposta da matéria voltar para a CTIL, para a Comissão, para a CTCOB. A companheira tenta conciliar votando a proposta dela que é devolver para se elaborar uma proposta mais geral, se é o que entendi que a senhora disse... uma resolução do Comitê e devolve para... está vendo que é uma torre de Babel, professor. Então eu estava ouvindo ali do canto a professora quando ela colocou que era preciso ter uma regra mais geral, veja só, eu estava ouvindo a professora ali do canto, quando teríamos que ter uma regra geral que deveria ser observada por todos para não discriminar ninguém, e eu passei a entender que a proposta era no sentido de devolver para a Comissão, que a Comissão elaborasse uma proposta, eu ia contrapor nisso, nós temos que acabar com isso de só devolver para a Comissão, por que aqui não se forma uma Comissão daqui para elaborar uma proposta, entregar para lá? Porque nós mandamos para geração espontânea, entrega ao doutor Sérgio e ao doutor Jair, o que eles fizerem está bom. Isso é que é meio equivocado com a grande responsabilidade que tem esse Conselho, esse Conselho tem que começar a se comprometer com a construção das soluções dos problemas dos recursos hídricos no Brasil. Então eu tinha entendido o seguinte que nós votávamos a devolução da matéria para lá. Ok.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUT (SRHQ/DRH) – Eu acho que todos, inclusive Aparecida, concorda que nós coloquemos em votação essa proposta. Então vamos colocar em votação a proposta. A proposta segundo a recomendação que vem da CTIL, nós colocamos em votação isso. É óbvio se aprovada, está aprovada, se for recusada, recusada, e se faça outra e depois não se quando. Vamos fazer isso, e depois vamos discutir os outros pontos que queiram, porque senão nós não avançamos, porque cada um dá uma ideia e cada um tem três ideias, vai para a casa e tem mais três, vira nove. A minha sugestão é essa.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –
A sugestão acatada de minha parte. Então vamos colocar em votação a Resolução que está na tela, proposta pela CTIL. Os senhores Conselheiros que aprovam, por gentileza, levantem o crachá. Ok. Os Conselheiros contrários. Contrários? Dois votos contrários. Abstenção? Três abstenções, quatro abstenções. Então a Resolução está aprovada. (*Palmas!*).

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Agora tem um encaminhamento.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –
Pois não... Três minutos, não é, Conselheira? Conselheira, três minutinhos.

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (Energisa Soluções S.A) – Eu vou falar com menos. Eu quero fazer uma sugestão de seis meses e vou justificar porque, eu quero sugerir nós criamos um Grupo de Trabalho no âmbito da CTCOB, que dá mais celeridade, você não tem de cumprir o rito para convocação de Câmara, então é criar, e já me inscrevo nesse grupo, fui rápida. Um Grupo de Trabalho no âmbito da CTCOB e dando, trazendo para esse Grupo de Trabalho o ofício que tem das indústrias, que a Patrícia já citou, fazendo esse mesmo pedido. E nós temos nesse Grupo de Trabalho e CTCOB, seis meses para retornar para a plenária com uma proposta.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –
Ok.

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (Energisa Soluções S.A) – Não vou falar o nome. Ou é índice, ou é correção, nós vamos ter que discutir, é atualização. Eu falei que eu estou de medo, nós sabemos que é alguma forma de nós conseguirmos atualizar esse PPU. Isso. Gastei menos de um minuto e meio, fiquei com crédito a minha próxima intervenção.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Eu só queria ponderar que esse tema da sustentabilidade das agências está ligado com correção de valores, esse tema já é pauta da CTCOB. Já é pauta. Então eu acho o seguinte, não só esse tema como outros estão pautados na CTCOB. E eu acho que eles estão atrelados, então eu acho o seguinte, quer dizer, se houver uma proposta, eu tenho a impressão que qualquer conselheiro pode propor uma pauta para o Conselho. Agora eu acho que isso tem que ser feito assim, não é no meio da reunião você vir com uma pauta, quer dizer, eu acho que tem que ter um...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Sem problema.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –
Bom, então temos uma proposta de criação de um Grupo de Trabalho no âmbito da CTCOB para em seis meses apresentar um resultado. Vamos colocar em votação?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

A SR^a. LÍVIA ROMANO (CTCOB) – Olha a ameaça *(Risos)*. Olha o constrangimento. Mas a proposta do Grupo de Trabalho, vai trazer a proposta para a CTCOB e a CTCOB vai rediscutir tudo que o Grupo de Trabalho discutiu, pelo que nós conhecemos do perfil de nossa Câmara Técnica, então assim, a própria Câmara Técnica precisa debruçar e discutir esse assunto. Precisa amadurecer o pensamento e chegar a alguma conclusão. Nós vamos fazer um Grupo de Trabalho, provavelmente isso vai levar mais tempo do que se for direto pela CTCOB.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

A SR^a. LÍVIA ROMANO (CTCOB) – Sim, mas o subsídio da própria Câmara Técnica, isso que é a minha preocupação, nesse ponto específico, a própria Câmara Técnica precisa de uma reflexão muito profunda, a matéria não está amadurecida, tanto que eu falei aqui da votação que foi sete a seis com voto de minerva. Então nós precisamos realmente discutir cada membro, e chegar a uma análise profunda, se nós criamos um Grupo de Trabalho nós tiramos um pouco dessa reflexão, porque é o grupo que vai fazer esse estudo, é o grupo que vai apresentar na CTCOB e nós vamos acabar referendando ou rediscutindo tudo o Grupo de Trabalho discutiu. É essa a sugestão de realmente ir direto para a CTCOB, se os Conselheiros que estão na CTCOB discutirem e chegarem à conclusão que realmente não dá para levar a discussão com os membros que estão ali, que tem que ser criado um Grupo de Trabalho menor, que nós criemos no próprio âmbito da CTCOB. Nós, essa amarra de ser um Grupo de Trabalho é que me preocupa, nós precisamos realmente refletir profundamente isso dentro da própria CTCOB, com cada Conselheiro e ouvir a todo mundo, e por isso que eu falei, o mínimo seriam duas reuniões plenárias no Conselho, porque eu sei que isso não é um debate rápido, nós ficamos oito horas para discutir esse ponto para um Comitê, você imagina quanto tempo vai levar para discutir isso para vários Comitês. É uma regra geral que vai ser... eu sei, Aparecida, mas é uma regra geral que vai ser aplicada ao Comitê, é nesse sentido.

4398 **A SR^a. PATRÍCIA BOZON (FIENG)** – O assunto não é simples realmente, é um
4399 assunto complexo, e talvez a CTCOB tenha que convocar especialistas, fazer
4400 alguns seminários, algumas discussões, até porque os encaminhamentos talvez
4401 sejam até lei, não sejam encaminhamentos simplesmente administrativos, tem que
4402 vir até o encaminhamento legal. Eu quero dizer que a pressão da Aparecida tem
4403 toda razão de ser, e isso está em pauta desde 2003, que foi quando foi implantada
4404 a primeira cobrança no país, e nunca sai. Toda vez esse assunto vem para cá,
4405 vem o assunto de aumento, nós estamos em andamento sim, tem coisas andando
4406 sim, mas nada pronto. E eu quero lembrar que o último avanço que nós tivemos
4407 pela cobrança do uso da água foi a 1.0881 em 2004, e sabe por que ela saiu,
4408 secretário? Ela saiu porque o usuário resolveu pagar em juízo, porque os recursos
4409 estavam sendo contingenciados, aí o maior usuário da bacia resolveu pagar em
4410 juízo para que se houvesse um normativo que impedisse esse contingenciamento.
4411 Então nós também não queremos chegar a isso, a judicializar, até arrepio, a
4412 judicializar qualquer coisa, uma discussão que nós acreditamos que pode ser
4413 resolvida aqui. Agora, ela tem toda razão, a discussão não é simples, existe,
4414 inclusive, Aparecida, um modelo que já foi posto para São Francisco que está em
4415 discussão, separar o aumento que é do custeio, que tem aumentos realmente
4416 automáticos, do aumento do PPU como um todo, que é para ser aplicado na
4417 bacia. Porque ao contrário do que o Ney disse, 92% que é da cobrança, a
4418 referência maior é aplicar para melhoria da quantidade e qualidade. A referência
4419 não é custeio de bacia. Eu fiquei meio assustada até quando a ANA disse que a
4420 maior referência era o custeio de bacia, socorro, não é, nem percentualmente é.
4421 Então, quer dizer, não é uma coisa simples, eu acho que inclusive nós podemos
4422 por até prazo, mas não sermos rígidos nisso, que é melhor uma proposta bem-
4423 feita do que uma proposta malfeita, para depois não dar prazo, e é um tema
4424 também recorrente. Então coloque prazo podendo ser renovado, mas deixa a
4425 CTCOB dar liberdade de fazer como queira, que ela pode fazer inclusive
4426 convocando especialistas, fazendo seminários, fazendo discussões mais amplas,
4427 ok?

4428
4429
4430 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUT (SRHU/DRH)** – Só para reforçar e
4431 concordar, a Patrícia acabou de tirar da minha boca o que eu ia dizer, eu
4432 concordo, concordo também com a Livia, que nós sabemos que não é um assunto
4433 fácil, se fosse fácil teria sido resolvido logo. Também concordo que tem que se dar
4434 um prazo para nós não ficarmos, mas esse prazo deixar por conta da própria
4435 Câmara Técnica para se estruturar e resolver essa questão, se dentro de duas
4436 reuniões, na segunda reunião se não chegar, ela viria aqui e explicaria porque não
4437 chegou, o que está faltando e o que deixou de contar, eu pediria um prazo maior.
4438 Mas deixaria para a Câmara Técnica, nós percebemos que nós não resistimos a
4439 discutir resultado de Grupo de Trabalho, daí todo negócio vem, volta, muda a
4440 vírgula. Então é preferível deixar a Câmara Técnica desencadear o processo
4441 segundo... eu concordo com o que o presidente da Câmara Técnica falou, e com a
4442 conselheira Patrícia.

4443 **O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –**
4444 Muito obrigado, diante das manifestações eu consulto a conselheira Aparecida
4445 se... ok. Então colocamos em votação, acho que não precisa, já é consenso.
4446 Consulto o plenário se nós podemos encerrar e continuar amanhã com o item 3.6
4447 da pauta. A matéria foi aprovada, seis meses. Amanhã, 9h da manhã, tenham
4448 todos uma boa noite e bom descanso.